

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A QUESTÃO CHRISTIE E A ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO JOÃO
BATISTA CALÓGERAS. (1862-1865)**

Daniel Jacuá Sinésio

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A QUESTÃO CHRISTIE E A ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO JOÃO BATISTA
CALÓGERAS. (1862-1865)**

Daniel Jacuá Sinésio

Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Niterói, 2013

Daniel Jacuá Sinésio

A QUESTÃO CHRISTIE E A ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO JOÃO BATISTA
CALÓGERAS. (1862-1865)

Banca Examinadora:

Professor Dr. Carlos Gabriel Guimarães (orientador)

Professor Dra. Mariana Muaze (arguidora)

Professor Dr. Luis Fernando Saraiva (arguidor)

Professora Dr. Maria Fernanda Martins (suplente)

Em memória de Sérgio Ricardo Sinésio de Lima.

Agradecimentos

Essa dissertação contou com o carinho e incentivo de muitas pessoas. Gostaria de agradecer, principalmente, a minha mãe que sempre acreditou no meu sucesso e fez de tudo para que eu trilhasse o caminho correto. Ao meu irmão Caio que sempre esteve ao meu lado durante a minha caminhada. A minha avó, Carmem, pelo exemplo de vida e pelo apoio material ao longo de todos esses anos. A Thalita pela paciência, afeto e ajuda ao longo do mestrado. Ao Lennon, que sempre ofereceu seu apoio, mesmo que de forma agressiva e rabugenta.

Ao Programa de Pós- Graduação da UFF, agradeço a todos os funcionários pela gentileza e atenção aos meus questionamentos e necessidades. As disciplinas cursadas no primeiro ano que foram fundamentais para escrever a dissertação. Agradeço aos funcionários das instituições que visitei e a paciência de ajudar um historiador novato que não tinha uma vivência em arquivos e pesquisas.

Gostaria de agradecer aos meus amigos de fé, Claudio Falcão, Rogério Athayde, Guilherme Gabriel pelos conselhos e amizade, e particularmente ao Alan Miranda pela ajuda na revisão do texto. Aos meus amigos de infância e de escola, André Censi, Claudio Spada, Guilherme Pereira Dias, Lucas Messias Cardoso, Leonardo Paz Neves, Rafael Cunha e Luis Felipe Soares, que mesmo com críticas e agressões, sempre torceram por mim e pelo meu sucesso. Gostaria de fazer um agradecimento em especial ao Felipe Marquês dos Santos (e a Sandra Maria) pelo apoio estrutural para a produção da dissertação. Felipe me ajudou na montagem da minha área de trabalho, imprimiu todos os papéis referentes ao Mestrado e me incentivou nos momentos mais complicados do processo da dissertação.

Aos amigos, do trabalho, da vida e mestrado, Gabriel Onofre, Tássia Lima, Fernanda Scherer, Manuel Pimenta, Elisa Defelipe, Igor Vieria, Augusto Neto, Bruno Malízia, Marina Lopes, Hevelly Ferreira Acruche e Lívia Magalhães pela amizade, discussões acadêmicas e existenciais. Ao Márcio Branco (meu professor no vestibular que me fez optar pela carreira de historiador), Felipe Marquês e Carlos Ferrão que acreditaram em mim e pela primeira vez na vida me deram um horário de trabalho que pudesse conciliar a minha vida profissional com a acadêmica, mesmo que no final.

Aos professores, aos mestres. Não tenho palavras para agradecer ao meu professor na graduação e mestrado, além de ser meu orientador, Carlos Gabriel. Como

professor, eu sempre acreditei na possibilidade de mudar a vida das pessoas. O professor Gabriel me fez crer mais uma vez nisso, pois depois da graduação e um afastamento da academia, eu tenho certeza que se não fosse por seu apoio, a minha dissertação não seria nada mais do que um sonho distante. Tenho muito a agradecer aos professores Humberto Fernandes Costa e Luis Fernando Saraiva pelos questionamentos e dicas na minha qualificação do mestrado. E a professora Mariana Muaze pelo aceite para participar da minha banca.

Tenho muito a agradecer pela amizade e presença de todos ao longo de minha vida acadêmica. Todos tiveram uma participação importante no trabalho. Obrigado!

A QUESTÃO CHRISTIE E A ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO JOÃO BATISTA CALÓGERAS. (1862-1865)

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar o desenvolvimento e o amadurecimento do Estado imperial e sua política externa em meados do século XIX, particularmente, no que se refere ao incidente diplomático conhecido como Questão Christie. Pretendemos, portanto, problematizar e discutir os limites e avanços da política externa brasileira, e comparar as versões de Brasil e Grã-Bretanha em relação ao ocorrido. Ao mesmo tempo, intentamos investigar a trajetória de João Batista Calógeras, um funcionário que trabalhou por quinze anos no ministério e que participou das negociações políticas entre Brasil e Grã-Bretanha, com isso, abrir um novo caminho para a compreensão da burocracia imperial nos negócios do Estado. Desse modo, pensamos em demonstrar que a agressividade da diplomacia britânica de combate ao tráfico de escravos combinado com uma política defensiva e autônoma do Império foram às causas fundamentais para o rompimento diplomático entre os dois países.

Palavras chaves: Questão Christie – Trajetória – Relações Internacionais – João Batista Calógeras.

THE CHRISTIE AFFAIR AND THE PERFORMANCE OF SECRETARY JOÃO BATISTA CALÓGERAS. (1862-1865)

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the development and maturation of the Imperial State and its foreign policy in the mid-nineteenth century, particularly in regard to the diplomatic incident known as the Christie Affair. We intend, therefore, to reflect on and discuss the limits and improvements of the Brazilian foreign policy, and to compare Brazil's and England's versions of the incident. In addition, we intend to investigate João Batista Calógeras' trajectory, a government employee who worked for 15 years in the Ministry and took part in some political negotiations between Brazil and England, and as a result, to promote a new way to comprehend the imperial bureaucracy in the State's business. All in all, we aim to demonstrate that the aggressiveness in the English diplomacy against the slave trade combined with a defensive and independent policy of the Imperial government was the fundamental cause of the rupture between the countries.

Key words: Christie Affair – Trajectory – International Relations – João Batista Calógeras.

Sumário:

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1. A Questão Christie e a versão britânica sobre o rompimento diplomático.	20
1.1 A atuação da diplomacia britânica nas décadas de 1840 e 1850 frente à consolidação do Estado Imperial:	20
1.2 A atuação de Christie na defesa dos interesses britânicos - década de 1860	34
1.3 O naufrágio do navio britânico Prince of Wales.	41
1.4 A prisão dos marinheiros britânicos no Rio de Janeiro, o caso do “Forte”	51
1.5 A Represália britânica	55
2 Capítulo. A Trajetória do “velho” Calógeras na burocracia imperial.	69
2.1 Os primeiros passos de João Batista Calógeras no Brasil:	69
2.2 O trabalho pedagógico-intelectual de João Batista Calógeras:.....	75
2.3 O funcionário público João Batista Calógeras: “A vocação de todos”	83
2.4 As relações comerciais e patrimoniais da família Calógeras.	91
3 A Questão Christie e a versão brasileira sobre o rompimento diplomático.....	99
3.1 A chegada dos “progressistas” e o contexto externo na década 1860:	99
3.2 A versão brasileira e a atuação de Calógeras na Questão Christie.	109
3.3 As repercussões da Questão Christie na Semana Ilustrada:	126
Considerações finais:.....	131
Fontes primárias:	134
Fontes primárias publicadas:.....	135
Referências Bibliográficas:.....	136

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Barco britânico HMS Forte, os três oficiais britânicos presos no Rio de Janeiro faziam parte da tripulação.

Figura 2: Charge anônima do Cônsul William Christie sobre um barril de pólvora segurando uma bomba com os dizeres: "direito das gentes".

Figura 3: Pintura de Vitor Meirelles retratando a população da capital Rio de Janeiro cercando o monarca D. Pedro II durante o episódio conhecido como Questão Christie.

Figura 4: Propaganda do Colégio Calógeras no jornal Correio Mercantil.

Figura 5: Quadro de empregados da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ano 1867.

Figura 6: Fluxograma da empresa comercial da família Ralli.

Figura 7: Logotipo da empresa Ralli Brothers.

Figura 8: Charge fazendo uma alusão ao alcoolismo de Christie.

Figura 9: Charge referente aos atritos causados pelo embaixador William Christie.

Figura 10: Charge ressaltando a postura arrogante do embaixador William Christie.

Figura 11: Charge de um brasileiro repudiando as influências britânicas no Brasil.

Figura 12: Lorde Russel e Marquês de Abrantes negociando a indenização do navio Prince of Wales.

Tabela 1: O Comércio Importador e Exportador entre o Brasil e Grã-Bretanha (1860-1863).

Tabela 2: Ranking das principais casas gregas na Grã-Bretanha (1848-1850).

INTRODUÇÃO

Durante o processo para escolha do objeto de pesquisa para a dissertação de mestrado, por muitas vezes refleti sobre os motivos que me levaram a seguir a carreira de historiador, e qual deveria ser minha função como professor de história. Acredito que pensar em história significa responder as exigências constantes de uma reflexão analítica sobre os métodos e o lugar da teoria na produção do conhecimento histórico. Tanto em sala de aula, quanto na academia, o dever do historiador é responder aos desafios científicos e principalmente políticos e sociais do país.

Digo isso porque o historiador pensa, opina e produz conhecimento imerso no contexto em que vive. Percebemos a importância de pesquisas que analisam as transformações do Estado brasileiro. Principalmente, no tocante a cultura política gestada desde 1822 e que hoje parece pouco mudar. Penso que o olhar para o passado poderá desenvolver um senso crítico em relação aos problemas que acometem nosso país atualmente e gerar um entendimento sobre a permanência de casos tão flagrantes de apropriação da esfera pública para satisfazer demandas individuais.

A escolha de João Batista Calógeras ¹se deu de forma acidental depois da leitura do livro “*A construção da Ordem*” de José Murilo de Carvalho². Numa nota de rodapé, o escritor mencionou a atuação de Calógeras na burocracia imperial e que esse indivíduo merecia uma maior pesquisa para ajudar na compreensão do Estado. No entanto, encontramos muitos trabalhos acadêmicos sobre o Estado brasileiro do século XIX, numa perspectiva generalizante ou estrutural. Sem desmerecer os grandes avanços da historiografia brasileira, acreditamos que as pesquisas que associam instituições tão complexas como o Senado, Câmara dos Deputados ou os Ministérios acabam por gerar uma imagem mais compacta do todo e podem não trazer a tona todas as relações da sociedade brasileira do século XIX.

¹ João Batista foi o avô de João Pandiá Calógeras, um dos mais importantes políticos na Primeira República e no governo Vargas.

² José Murilo utilizou o livro de Antonio Gontijo de Carvalho “*Um ministério visto por dentro*”, para demonstrar o papel de João Batista Calógeras que trabalhou por quinze anos no ministério e estabeleceu laços de confiança com o alto escalão, aponto de Antonio Gontijo afirmar que alguns documentos entregues por João Batista eram assinados pelo ministro Abrantes sem ler o conteúdo. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp.45.

O destino individual de Calógeras foi influenciado pelo contexto social, o desafio do sociólogo ou historiador como apontou Nbert Elias em *Mozart, Sociologia de um Gênio*,

(...) é difícil elucidar os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais (...). É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sob o indivíduo.³

O grande desafio, como apontou Sabina Loriga, é de restabelecer o peso coercitivo das instituições ditas totais e perceber a capacidade de interação dos indivíduos.⁴ Por isso, é fundamental um olhar na perspectiva da micro-história para se entender as decisões dos atores sociais imersos num contexto histórico amplo, percebendo que este indivíduo tem a capacidade de responder de forma múltipla e variável e muitas vezes imprevisível aos constrangimentos vividos. Sabina em seu artigo “*A biografia como problema*”, mencionou Hippolyte Taine para afirmar que as idéias e os sentimentos deveriam ser observados em sua variedade no indivíduo, uma vez que estes representavam a verdadeira causa das ações humanas.⁵

Neste sentido, com base em Friedrich Barth, o historiador deve levar em consideração as variantes comportamentais dos atores envolvidos nos processos sociais.⁶ Numa perspectiva antropológica, a contribuição de Barth na nossa pesquisa esta baseada na percepção que não adianta classificar ou inserir João Batista Calógeras em esquemas pré-definidos. A tese desenvolvida nesse trabalho precisou se adaptar as fontes coletadas, pois as praticas sociais são fundamentais para se compreender os valores inerentes na sociedade.⁷

A biografia não significa estudar apenas uma pessoa, mas um indivíduo histórico que tem características do grupo e que reproduz a estrutura social e o contexto de uma época.⁸ O estudo da trajetória de João Batista Calógeras permitiu reconstruir uma

³ ELIAS, Nbert. *Mozart, Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, pp. 18.

⁴ Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica a Benito Bisso Schmidt. Essa entrevista foi realizada por e-mail, em junho de 2002., www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/.../704.

⁵ LORIGA, Sabina. A Biografia como Problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 241

⁶ BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo/Bergen/Tromso: Universitetsforlaget, 1972.

⁷ Idem, pp. 35.

⁸ LEVI, Giovanni. *Les usages de la biographie*. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, v. 44, n. 6, pp. 1325-1336, 1989. A posição de Levi pode ser vista como uma resposta à crítica de Pierre Bourdieu no texto a Ilusão Biográfica. Cf. BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais e AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998,

interpretação sobre o século XIX, no que se diz respeito ao contexto político, diplomático e da própria burocracia imperial. Por isso, almejamos traçar o caminho que esse indivíduo percorreu dentro das relações sociais que se envolveu. O papel que realizou no Colégio Pedro II e no seu próprio colégio⁹, no IHGB e, especialmente, no interior do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por conseguinte, a utilização da trajetória de João Batista Calógeras servirá de exemplo para construir o ambiente das elites políticas no Império. Analisar suas estratégias, práticas políticas no interior de uma grande rede de negociações políticas, permitiu demonstrar como a prática de reconstituição das relações patrimonialistas, combinada à avaliação da trajetória individual, permite trazer novos elementos para análise da própria dinâmica da política imperial.

A presente dissertação tem por objetivo investigar o desenvolvimento da política externa do Império brasileiro em meados do século XIX, no que se refere ao incidente político e diplomático conhecido como a Questão Christie¹⁰. O estudo da sua trajetória poderá ajudar a entender um pouco mais a história da política externa do Brasil e, particularmente, no momento mais tenso das relações internacionais do país no século XIX, desde o rompimento diplomático com a Grã-Bretanha até o ano de 1865. Calógeras foi protagonista na Questão Christie, pois, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Abrantes enviou Calógeras diversas vezes para buscar uma conciliação com embaixador britânico. Como citou Antonio Gontijo de Carvalho,

Abrantes mandou Calógeras para conversar com Christie que mandou uma nota dizendo que o emissário era inteligente e perspicaz, e oferecendo suspender as represálias em condições favoráveis do que o próprio governo brasileiro tinha proposto. Christie concordou em mandar as duas questões para arbitramento internacional.¹¹

A dissertação está dividida na apresentação, três capítulos e conclusão. No primeiro capítulo, abordaremos a versão britânica sobre os acontecimentos relacionados ao naufrágio do navio britânico no Sul do Brasil, a prisão de três oficiais britânicos no Rio de Janeiro e a organização de uma represália da marinha britânica na capital do Império.

pp. 183-192 (o texto de G. Levi também foi editado no livro de Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, pp. 169-182.

⁹ Cf capítulo 2.

¹⁰ CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1992.

¹¹ CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Um ministério visto por dentro. Cartas inéditas de João Batista Calógeras*. Rio de Janeiro, Editora José Olimpio, 1959, pp.84-85.

Por meio da investigação da atuação do cônsul William Dougal Christie, pretendemos analisar as ações e discursos do governo britânico com o uso do *British Foreign of Papers* e o livro escrito por Christie, durante sua estada no Brasil, *Notes on Brazilian Questions*. Não faremos uma defesa do cônsul. Objetivo, no entanto, é problematizar e entender os incidentes ocorridos de acordo com o ponto de vista da Grã-Bretanha.

O objetivo é trazer a tona uma nova perspectiva para entender a dinâmica das relações externas entre Brasil e Grã-Bretanha. Não intentamos diminuir o peso das teorias que até hoje explicam a Questão Christie, mas compreendê-las num contexto ligado aos problemas relacionados à extinção do tráfico de escravos. Isto é, modificar o foco das motivações dadas pelos políticos envolvidos no processo, pois acreditamos serem mais amplas do que os incidentes diplomáticos.

No segundo capítulo, analisaremos a trajetória de João Batista Calógeras na burocracia imperial. O estudo de sua vida poderá ilustrar outros pontos importantes da política externa imperial. Particularmente, no momento mais tenso das relações internacionais do país no século XIX. Acreditamos ser fundamental interpretar a atuação de Calógeras juntos aos poderosos do primeiro escalão e dimensionar a força de um funcionário público que ascendeu por méritos e negociações políticas na burocracia imperial. Isso porque o estudo sobre o ministério dos negócios estrangeiros, como instância de relacionamento entre o Estado e as elites, assumiu, inegável importância, uma vez que a instituição traduziu, por um lado, o pensamento do governo e por outro, sua adequação aos interesses das elites políticas ali representadas.

Permitindo assim, observarmos como se davam as relações entre os grupos dominantes e compreender os espaços e os limites que se colocavam para a execução de seus princípios e projetos para o país. Além disso, por meio de uma investigação da vida de Calógeras, buscaremos mapear os principais passos de Calógeras, desde sua chegada ao Brasil, à atuação como professor do Colégio Pedro II, a fundação do seu próprio colégio, suas produções acadêmicas e a relação de sua família com uma grande empresa comercial grega.

No terceiro capítulo, abordaremos a participação de Calógeras no momento das represálias britânica e a versão imperial sobre os conflitos com os britânicos até o rompimento diplomático entre Brasil e Grã-Bretanha. A consolidação do Estado na década de 1850 gerou um ambiente político que permitiu a elite imperial repensar o

projeto internacional brasileiro e até mesmo modificar uma situação de extrema submissão externa imposto pela Grã-Bretanha ao Brasil desde a nossa independência.

Pretendemos, portanto, problematizar e discutir os limites e avanços dessa política externa brasileira, e esboçar possíveis interpretações teóricas acerca das ações, projetos e conflitos entre Brasil e Grã-Bretanha. Não é nossa intenção em reproduzir parte dos discursos proferidos pelas autoridades imperiais da época em relação à postura brasileira. Porém, achamos ser fundamental aprofundar a análise sobre os impactos das represálias sofridas pelo Brasil e as subseqüentes respostas promovidas pela diplomacia imperial.

...

A chamada Questão Christie foi uma escalada de incidentes que culminou no atrito entre o embaixador britânico William Dougal Christie e D. Pedro II no ano de 1863. No dia 7 de junho de 1861, um navio britânico foi saqueado depois do naufrágio na costa da província do Rio Grande Sul, e supostamente, alguns tripulantes foram assassinados pela população local. No inquérito, foram apresentados apenas quatro corpos e outros seis desapareceram. O governo da Grã-Bretanha solicitou que um navio de guerra fosse mandado para colaborar com as investigações, pois acreditavam que as autoridades locais prejudicavam as investigações. No entanto, o presidente da província recusou a ajuda da marinha britânica acreditando ser uma forma de ameaça britânica a soberania nacional. Como resultado final, sete acusados foram interrogados, mas nenhum suspeito preso.¹²

Entretanto, antes da conclusão do processo do naufrágio, outro incidente ocorreu no Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1862, quando três marinheiros britânicos foram presos na Tijuca por desacato e desentendimentos com a polícia brasileira. Com a intervenção das autoridades britânicas, os marinheiros foram soltos sem nenhuma acusação formal. Tanto o embaixador William Christie e o Almirante Warren, comandantes dos marinheiros, pediram a demissão dos policiais que prenderam os oficiais e um pedido de desculpa formal do governo brasileiro pelo incidente ocorrido. Além disso, Christie pediu uma indenização dos prejuízos do navio que naufragou no sul do país. Entrementes, o governo brasileiro se recusou a pedir desculpas e demitir os policiais que efetuaram a prisão dos britânicos. As autoridades brasileiras acusaram os

¹² MANCHESTER, Alan K. *A preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. São Paulo; Editora Brasiliense, 1973, pp. 237.

marinheiros de provocarem a confusão. No caso do naufrágio, o governo imperial não aceitou a tese de assassinato dos tripulantes.¹³

Face à negativa por parte do governo brasileiro, o embaixador britânico ordenou uma represália da esquadra britânica que fechou o porto do Rio de Janeiro, e confiscou cinco navios brasileiros e impediu a entrada de outros navios brasileiros no porto. Como resposta, o governo brasileiro pediu uma satisfação pelas represálias e também um pedido formal de desculpas. Nesse ínterim, o ministro brasileiro em Londres Francisco Ignácio Carvalho Moreira, o Barão de Penedo¹⁴, pagou a indenização pelo incidente do naufrágio e a questão entre Brasil e Grã-Bretanha foi para um arbitramento internacional. Em virtude dos britânicos não tomarem a iniciativa de se retratarem e pagarem os prejuízos causados pelo bloqueio ao porto do Rio de Janeiro, D. Pedro II cortou as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

(...) o Brasil foi capaz de conduzir a disputa de uma forma que lhe era favorável e terminar por romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Com esse lance, esgotou-se momentaneamente o repertório de medidas contra o governo imperial brasileiro, Sem poder ir além (o que só poderia significar uma invasão ainda que temporária do território brasileiro) em retaliações contra o governo imperial e tendo contra a decisão de uma arbitragem internacional em relação ao conflito, (...) Para o Brasil, a questão Christie significou pôr as cartas na mesa e deixar claro os limites da pressão inglesa.¹⁵

Pode parecer que esses acontecimentos foram incidentes sem grandes motivos e que demonstrou mais uma vez, a arrogância britânica e a de seu embaixador em organizar um cerco ao país. No entanto, diferentemente de outros tempos, D. Pedro II não aceitou os ataques britânicos, inclusive proferindo um discurso inflamado para a população. O imperador pouco tempo depois rompeu as relações diplomáticas com o país mais rico e poderoso do planeta. Apenas com o começo da Guerra do Paraguai, o embaixador britânico Eduard Thornton¹⁶ se retratou diante de D. Pedro II.

¹³ Idem, pp. 238-239.

¹⁴ A respeito da trajetória e atuação do Barão de Penedo como ministro plenipotenciário em Londres durante o período de 1855 e 1888, exceto entre 1863-1866 quando ocorreu o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Grã Bretanha, Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001; BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. *Estudos Avançados*. 2009, vol. 23, nº. 65 pp. 207-229; SANTOS, Paulo Coelho M.. *O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações*. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências da Terra). UNICAMP, Instituto de Geociências.

¹⁵ SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990, pp. 46-47.

¹⁶ Cf capítulo 3.

Acreditamos ser necessário analisar o ponto de vista britânico sobre o incidente conhecido com a Questão Christie. Pois percebemos que parte da historiografia brasileira não se aprofundou nos motivos que levaram a represália britânica, e por muitas vezes, reproduziram incessantemente o discurso de defesa da soberania nacional relacionada ao intervencionismo britânico.

Compreendemos que a ruptura diplomática promovida pelo Império depois das represálias se desenvolveu por questões que ultrapassam as explicações tradicionais como, por exemplo, a prisão de oficiais britânicos no Rio de Janeiro e o naufrágio do navio britânico no sul do país.¹⁷ Por isso, acreditamos ser fundamental a investigação do contexto das motivações políticas e ações ofensivas britânicas e as reações do governo imperial brasileiro durante os anos que antecederam o conflito.

Não duvidamos do caráter intervencionista da política externa britânica do século XIX¹⁸; no entanto, devemos analisar algumas evidências e justificativas dos atos dos britânicos que levaram a organização das represálias no Rio de Janeiro e determinar como os movimentos políticos do governo imperial contribuíram para esse acontecimento¹⁹. Para tanto, daremos um enfoque do problema para a atuação chave de William Dougal Christie, cônsul britânico no Rio de Janeiro, suas atuações junto ao governo brasileiro que culminaram nas retaliações organizadas pela marinha britânica e posteriormente o rompimento diplomático promovido pelo governo brasileiro.²⁰

Por meio da publicação, “*Notes on Brazilian Questions*”, Christie escreveu um relato para Lorde Palmerston, primeiro-ministro britânico na época²¹, no qual justificou as suas ações como representante do governo britânico no Brasil (1859-1863). Este relato e as correspondências do *British and Foreign, State of Papers*, permitiram

¹⁷ Tal leitura ainda está presente nos livros didáticos do Ensino Médio.

¹⁸ HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. 3ª Ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁹ Neste sentido concordamos com Paulo G. F. Vizentini, quando destaca que “Na análise da política externa, emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar, quem a formula e, em segundo, de que forma que ela se articula à política interna. Quanto ao primeiro aspecto, qualquer estudo empírico mais aprofundado demonstra que os rumos e as decisões da política externa não são definidos pelo conjunto do bloco social de poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos desse bloco. É preciso considerar que, graças à porosidade do estado moderno, *lobbies* e grupos de interesse conseguem influir em determinadas áreas da política externa”. VIZENTINI, Paulo G. F.. *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 20, nº 1, pp. 134, 1999.

²⁰ Trataremos da a respeito de William Dougal Christie e sua biografia mais adiante, no item 2.3.

²¹ Henry John Temple, 3.º Visconde Palmerston, era um dos dirigentes do Partido Whig. Foi ministro dos negócios estrangeiros nos períodos de 1830-1834, 1835-1841 e 1846-1851, e primeiro ministro nos períodos de 1855-1858 e 1859-1865.

averiguar parte das motivações e justificativas britânicas no Brasil, os pontos de tensão e os conflitos com as autoridades brasileiras até o momento da crise diplomática.²²

Entretanto, importante ressaltar que, no tocante às fontes, não podemos interpretar a produção dos discursos do governo britânico de forma isolada, pois, como destacou Alfredo Almeida, é preciso buscar os produtores desse discurso ao longo do contexto definido e relativizá-los²³. O discurso é uma prática social que não se restringe ao evento de discursar. Além disso, as opiniões dos políticos não são produtos de um único agente ou grupo específico, o discurso está relacionado à estrutura social, por isso, é condição e efeito do outro ao mesmo tempo.²⁴

²² Richard Graham, no seu livro sobre a escravidão brasileira numa perspectiva comparada, utilizou a mesma documentação do *British and Foreign State paper* para tratar da questão Christie. Cf. GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

²³ ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *A Ideologia da Decadência*. São Paulo: IPES, 1983.

²⁴ FAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001, pp. 90-131.

Capítulo 1. A Questão Christie e a versão britânica sobre o rompimento diplomático.

1.1 A atuação da diplomacia britânica nas décadas de 1840 e 1850 frente à consolidação do Estado Imperial:

Pela análise inicial dos documentos britânicos, podemos afirmar que a política externa para o Brasil, em meados do século XIX, teve como umas de suas principais características o combate ao tráfico internacional de escravos²⁵. As motivações eram inúmeras: os sentimentos humanitários em relação à situação desumana dos africanos; a disparidade das disputas econômicas entre a produção das colônias britânicas que adotaram o trabalho assalariado e as regiões escravistas e o projeto imperialista na África. Os britânicos, na visão de Leslie Bethell, não queriam perder trabalhadores africanos para a América, no momento de sua expansão econômica e política para o continente africano²⁶. Na visão de José Honório Rodrigues,

Duas correntes irreconciliáveis (...) a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades crescentes do nosso desenvolvimento agrícola (...) a Segunda (...) afastou-nos da África por causa da insistência inglesa na abolição do comércio de escravos (...). Este conflito entre necessidades nacionais e exigências inglesas foi à verdadeira essência da nossa história durante os primeiros cinquenta anos do século XIX.²⁷

Desde a vinda da família real para o Brasil, os britânicos pressionaram o governo português para restringir o comércio de cativos. Nos tratados organizados em 1815 e 1817 com Portugal e no Congresso de Viena, os políticos britânicos conseguiram criar restrições ao tráfico internacional de escravos ao norte do Equador.

As to the slaves, they shall receive from the Mixed Commission a certificate of emancipation, and shall be delivered over to the government on whose territory the Commission which shall have so judged them shall be established, to be employed as servants or free laborers. Each of the two

²⁵ CHRISTIE, William Dougal. *Notes on Brazilian Questions*, London: Macmillian and Co.1865. Introdução, pp. XIX.

²⁶BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

²⁷ RODRIGUES, José Honório, *Brasil e África: Outro horizonte*. 2ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira. 1964, pp. 115.

governments binds itself to guarantee the liberty of such portion of these individuals as shall be respectively consigned to it.

(Art. 7 of Regulations appended to the Convention with Portugal of July 28, 1817)²⁸

Com a independência, o novo governo brasileiro recebeu a herança de submissão aos interesses do governo britânico, principalmente no que tange aos acordos firmados em relação ao tráfico de escravos. A política externa brasileira, em sua primeira fase, na década de 1820, serviu de instrumento com que se viabilizou a subordinação do país nas relações com outros países. Paulo Roberto de Almeida analisou de forma crítica esse período, mostrando a falta de sensibilidade do governo brasileiro em entender que a política externa poderia ser um instrumento de fortalecimento econômico e político do Brasil perante a comunidade internacional. Segundo o autor,

(...) se no período colonial, a metrópole portuguesa manteve o monopólio de comércio com o Brasil (...) durante a primeira fase da vida independente esse papel foi exercido pela Inglaterra que consegue fazer passar seus interesses econômicos no bojo do processo de reconhecimento político da jovem nação independente, ao determinar as condições pelas quais se daria o restabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, chave da normalização política com as demais potências européias.²⁹

Para exemplificar essa situação, podemos citar o tratado firmado entre o Império brasileiro e a Grã Bretanha 1826 e ratificado no ano de 1827. Esse acordo estabeleceu a ilegalidade do tráfico internacional de escravos num prazo de três anos no Brasil; a organização de Comissões Mistas, com sedes no Rio de Janeiro e Serra Leoa, que trataram dos julgamentos e capturas de africanos; a libertação dos negros importados ilegalmente e a renovação dos privilégios alfandegários para a Grã-Bretanha.³⁰ Além disso, o acordo estabelecia um prazo máximo de 15 anos de vigência.

²⁸ Correio Braziliense, nº. 083. Abril de 1815 extraído do site <http://www.brasiliana.usp.br>. *E quanto aos escravos, eles devem receber da Comissão Mista um certificado de emancipação, e devem ser entregues ao governo em cujo território a Comissão julgar que devem se estabelecer, sendo empregados como serviçais ou empregados livres. Cada um dos dois governos se vincula para garantir a liberdade dessa porção de indivíduos e devem ser respectivamente consignados a tal.* (Tradução nossa)

²⁹ ALMEIDA, op. cit. pp. 116-117.

³⁰ Idem, pp. 119. A respeito desse Tratado e a Lei de 1831, conhecida como a “Lei para inglês ver”, cf. CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; BETHELL, op. cit. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/cecult, 2000; MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila (org.). Dossiê – Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nº 1/2/3, Jan/Dez 2007, pp.86-340; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; PEIXOTO, Rafael Cupello. *O poder e a Lei: o jogo político no processo de*

Deste modo, com a Lei de 1831, todos os negros que entrassem no Brasil não eram considerados mais escravos. Entretanto, os acordos celebrados não impediram os crescentes conflitos entre os governos, pois os britânicos, por meio das capturas de navios negreiros, responsabilizavam o governo imperial brasileiro, como também Portugal, pela atividade crescente negreira desenvolvida por traficantes, como Manuel Pinto da Fonseca.³¹ No entanto, como afirmou Bethell, punir os comerciantes brasileiros como piratas era severo demais até mesmo para Grã-Bretanha.³² Muitos traficantes de escravos pertenciam à elite política e econômica imperial e tinham relações íntimas com a burocracia estatal. Com isso, o tráfico de cativos permaneceu pujante com a condescendência do governo imperial, e como destacou James Hudson,

Ele [Brasil] precisa de mão-de-obra barata (...) o africano é o trabalhador mais barato de todos (...). Nós nos comprometemos a impedi-lo de obter tal mão-de-obra. É possível dois estados serem mais completamente envolvidos por qualquer questão?³³

Segundo Alan K. Manchester, no final da década de 1820, a *proeminência inglesa* estava consolidada no Brasil³⁴. No entanto, o autor afirma também que a insistência da Grã-Bretanha em abolir o tráfico foi causa direta para o declínio da hegemonia do país no Brasil. Para o autor, a pressão britânica foi diretamente responsável pelo estremecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Grã-Bretanha nas décadas de 1830 e 1840. O principal ponto da política externa britânica era a

elaboração da "lei para inglês ver" (1826-1831). Niterói, Dissertação (Mestrado em História), UFF/PPGH, 2012.

³¹ Não existe um trabalho específico sobre o mais importante negreiro pós-1831, até a lei de 1850 do fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, o português Manuel Pinto da Fonseca. Entre os vários trabalhos que trataram da atividade negreira do traficante e as repercussões do fim do comércio legal cf. Cf. KARASH, Mary. *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*. Madison, University of Wisconsin, 1967 (dissertação de mestrado inédita); TAVARES, Luis Henrique Dias. *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo: Ática, 1988, FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Rio de Janeiro, 1ª versão revisada. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 1996; CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007. (agradeço ao Prof. Carlos Gabriel pelas indicações bibliográficas)

³² BETHELL, op. cit. pp.104.

³³ James Hudson foi secretário da Legação Britânica no Rio de Janeiro em 1845 e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em 1850. Teve uma participação ativa para o cumprimento da lei de 1831, bem como no cumprimento da lei de 1850 por parte do governo imperial. Cf. PEREIRA, Walter Luiz C. *Tráfico Ilegal de africanos e conexões interprovinciais*.

<http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST08/ST08.4%20Walter%20Luiz%20C%20de%20M%20Pereira.pdf> ; MAMIGONIAN, Beatriz. A Grã-Bretanha, o Brasil e as "complicações no estado atual da nossa população": revisitando a abolição do tráfico atlântico de escravos (1848-1851).

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/beatrizmami gonian.pdf>

³⁴ MANCHESTER, op. cit. pp. 192.

inclusão do direito de busca e apreensão de navios negreiros mesmo sem escravos, na Convenção de 1817. Já que muitas vezes os traficantes jogavam os cativos ao mar quando eram interceptados por cruzadores britânicos, a marinha britânica queria que os equipamentos dos navios (grilhões, algemas e vãos no convés) fossem utilizados como provas para o confisco.

A chegada de D. Pedro II ao poder ainda em 1840³⁵ coincidiu com o término dos últimos tratados comerciais assinados na independência do Brasil com muitos países³⁶. A criação da Tarifa Alves Branco em 1844 pode ser considerada um marco na mudança de postura do governo brasileiro em relação às prioridades nacionais frente à pressão externa. Segundo Carlos Gabriel Guimarães,

A criação de tal tarifa estava ligada a necessidade de controlar as finanças do Estado, que em virtude do crescente déficit do orçamento, comprometia o projeto de centralização e organização do mesmo (...). A saída encontrada pelo governo imperial para controlar o déficit, como não podia deixar de ser, veio com o aumento da tarifa de importações. Não podendo penalizar as exportações, e mesmo contrariando os interesses da Inglaterra, que esperava a continuidade dos tratados comerciais de 1810 e 1827(...) ³⁷

Este contexto pode ser caracterizado pela estabilidade política, a organização burocrática e consolidação de uma política estatal afinada aos interesses de uma elite política e econômica. Podemos citar vários exemplos, como a criação da Lei de Terras (1850), as intervenções militares contra Rosas na Argentina e Oribe no Uruguai, a reforma do Código do processo eleitoral, a organização do Código Comercial e do meio circulante, construção de ferrovias, a reforma da Guarda Nacional e a criação da Província do Amazonas³⁸.

O Imperador, por meio do Poder Moderador, coordenou o sistema parlamentar, atenuou gradativamente as brigas entre as facções liberais e conservadoras e agregou as elites ao poder estatal. Segundo Ilmar Rohloff, podemos observar a afirmação de um projeto político formulado pela **Trindade Saquarema**, composta pelos conservadores

³⁵ O golpe da maioria foi patrocinado pelos liberais e a facção aulica contra os regressistas e conservadores, que estavam a frente desde a renúncia de Feijó em 1837, com Pedro de Araujo Lima (futuro marquês de Olinda) como regente desde 1837. Cf. BENTIVOGLIO, Julio. A Facção Aulica e a Maioridade: a presença de Aureliano Coutinho na transição para o Segundo Reinado. <http://www.catalao.ufg.br/historia/arquivos/Simposios/historia/VISIMPOSIO/PDF%20resumo/Texto%20Completo/Julio%20Bentivoglio.pdf>.

³⁶ ALMEIDA, op. Cit. caps. 6 e 7.

³⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. Tese (doutorado em História Econômica), USP. PPGHE, pp. 64.

³⁸ CARVALHO, op. cit. Cf. também CARVALHO, Jose Murilo de. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí – Ministro da Fazenda), Paulino Soares de Souza (visconde de Uruguai – Ministro dos Negócios Estrangeiros) e Eusébio de Queiros (Ministro da Justiça). Além dos proprietários de terras e escravos, os “monopolizadores da região de agricultura mercantil-escravista” e os “homens de negócio e capital” foram sendo incorporados ao projeto³⁹, na medida em que seus negócios se expandiram protegidos pelo Estado patrimonial.⁴⁰

Mesmo com o domínio de políticos conservadores a partir da década de 1850⁴¹, o Imperador coordenou a **conciliação**⁴² entre as facções liberais e conservadoras. Pedro II convocou Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, para presidir o Conselho dos Ministros e, como destacou José Murilo de Carvalho,

A maturidade política de D. Pedro ficou evidente no fato de que pela primeira vez entregou a um presidente de Conselho, e logo o maduro e independente Paraná, instruções contendo ideias do governo. Entre essas ideias, estavam a introdução da eleição direta acompanhada do sistema majoritário de votação, chamada de “círculos”, a promoção da educação primária e secundária, a execução da Lei de Terras, a colonização, a repressão energética ao tráfico de escravos, o afastamento dos militares da política e a construção de estradas de ferro.⁴³

Paraná assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1853 e se cercou de jovens deputados, entre eles, José Maria da Silva Paranhos (futuro visconde de Rio Branco), João Maurício Wanderley (futuro barão de Cotejipe), Nabuco de Araújo e o amigo de infância do Imperador, Luís Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro).⁴⁴ A ideia de Carneiro Leão não era de fundir os dois partidos, mas conciliar as divergências que abalaram as estruturas do país no período regencial. Paraná esclareceu a natureza do seu programa político:

Nesse programa declarei muito expressamente que considerava como uma utopia qualquer conciliação que se tentasse com o fim de procurar unir os partidos, conciliá-los, e dar-lhes uma unidade de pensamento que não poderia existir sem compreensão. Disse, porém, que havia uma certa conciliação, uma certa maneira de encarar a política do estado atual, que poderia de alguma sorte apresentar bons resultados, que poderia dar ao ministério um

³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, pp.166-167.

⁴⁰ URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978.

⁴¹ SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack Revista eletrônica semestral*, novembro 2012, nº 4. <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/issue/current>

⁴² A palavra conciliação é originada do latim *conciliatio*, é o ato de ajuntar, casar, harmonizar, reunir. O Aurélio refere-se à harmonização entre litigantes.

⁴³ CARVALHO (2007), op. cit. pp. 55 e 56.

⁴⁴ Idem, pp. 55.

apoio mais amplo de alguns indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem.⁴⁵

Essa aliança entre os partidos permitiu ao governo imperial, assim como o próprio Imperador, ter uma tranquilidade e legitimação para colocar em prática seus projetos nacionais. Isto é, mostrar através de atos, decretos e discursos a existência de uma identidade política comum no Brasil. O discurso do Estado funcionou para legitimar um corpo de homens livres (é claro que não pode entrar nesse conjunto escravos, gentios e pobres) que se reconhecem e se fazem reconhecer como membros de uma comunidade, um mundo civilizado dominado pelas classes senhoriais. O Estado buscou criar condições para edificar uma unidade cultural, o Imperador incentivou concursos literários para exaltar a pátria e o nacionalismo. Como abordou Ricardo Salles,

No plano cultural, esta situação correspondia aos tempos de predomínio do romantismo, em que a nação e história, pela via política bem real de construção ou consolidação dos Estados nacionais, estavam indissoluvelmente ligadas.⁴⁶

Como já citado os famosos concursos literários, temos a emergência de escritores românticos que amadureceram com a Regência e o Golpe da Maioridade. Sendo fundamentais para nossa história, como citou Antonio Candido no seu livro, “*Formação da Literatura Brasileira*”. Podemos citar escritores como Gonçalves Dias, Martins Pena, criador do teatro brasileiro e Gonçalves Magalhães. Antonio Candido mostrou a importância desses escritores e outros tantos para a formação de uma identidade cultural,

(...) os escritores impregnaram-se quase todos da densa atmosfera, então vigente, de paixão partidária e ideológica. (...) a obra se situa como uma peça de um processo de construção patriótica.⁴⁷

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório. *O Brasil Monárquico*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, t. II, v. 3. p. 48. Cf. também ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH. Pós-graduação em História Social.

⁴⁶ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996, pp. 30.

⁴⁷ CANDIDO, Antonio, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Editora Ouro sobre Azul, 2007, pp.43.

Esses escritores foram incentivados com a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Esse instituto foi criado para abrigar um centro de pesquisa literária, centro de estudos, estimulando a vida intelectual e seria um elo entre uma cultura produzida e o Estado Imperial.⁴⁸ O objetivo era claro, a criação de uma instituição que exaltasse a pátria, a produção de uma história separada da Europa e fundação por meio das palavras a Nação. O Estado utilizou os escritores para efetivar o processo de edificação cultural do Estado, o imperador em pessoa liderou o projeto de destacar a memória e realização de uma transformação do Estado, enaltecendo a nacionalidade.

Antonio Candido apontou que a maior influência individual para a criação de uma literatura nacional foi Gonçalves de Magalhães. O escritor ganhou comendas do Imperador e influenciou uma gama de outros escritores que aprofundaram os estudos e produções sobre o Romantismo no Brasil. Inaugurando uma fase nacionalista, épica e indianista, com o objetivo de criar um passado comum, ao mesmo tempo glorioso, colocando o índio não mais como um cenário do passado colonial, mas sim o primeiro brasileiro da civilização brasileira.

Além de uma literatura nacionalista, o Estado incentivou intelectuais a resgatarem de forma histórica com relatos e documentos arquivados no IHGB, o passado do Brasil para a compreensão do seu presente. Podemos citar Varnhagem, o visconde de Porto Seguro, que buscou num “passado brasileiro” idealizado, a compreensão do Império do século XIX⁴⁹. Para concluir esse tema, Ricardo Salles exemplifica de forma clara, a formação de um projeto civilizacional com relação direta com as produções artísticas,

Importante ressaltar é que, mais que mitos de uma escola artística e literária foram e são mitos relativos á formação da própria nacionalidade e do que poderíamos chamar de um ‘projeto brasileiro’, expressão de uma certa vocação nacional protagonizada pelo Estado-Nação. Trata-se de mitos de formação na medida em que corresponderam historicamente à constituição

⁴⁸ SCHWACZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II. In: Idem. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Cia das Letras, 1998, Cap. 7; GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>.

⁴⁹ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, pp. 159-207. <http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi15/topoi%2015%20-%20artigo7.pdf>; SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 9, agosto 2012, 88-105. www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/download/366/301

desta “entidade” Brasil enquanto superação e resgate de seu passado colonial e constituição de uma formação social, política, cultural e ideologicamente autônoma.⁵⁰

A consolidação do projeto de Estado Imperial proporcionou uma mudança de postura do país em relação aos interesses do capitalismo internacional. Significou, na visão do autor, uma maior defesa dos interesses econômicos e políticos do país. Embora não rompesse com a situação de economia agrário-exportadora e dependente de capitais externos, Paulo Roberto de Almeida destacou que

(...) O Império tornou-se finalmente livre para estabelecer em novas bases suas relações comerciais com todas as demais nações, desenvolvendo uma política externa de caráter nacional desimpedida das limitações contraídas no processo de independência.⁵¹

Além disso, podemos citar a intenção do governo em igualar os tratamentos dados por outros países ao Brasil. Como explicou o relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros:

(...) embarcações das nações que carregassem sobre os navios brasileiros ancoragem ou quaisquer outros direitos de porto maiores do que pagam os seus próprios navios (...) e que fosse também arrecadado nas alfândegas do Império um direito diferencial sobre as mercadorias importadas em navios daquelas nações que cobrassem, sobre quaisquer gêneros importados em seus portos em navios brasileiros, maiores direitos de consumo do que se fossem importados em seus próprios navios.⁵²

Postura essa corroborada por Antonio Limpo de Abreu, visconde com grandeza de Abaeté, novamente ministro dos Negócios Estrangeiros no período de 1853 a 1855. Disse o ministro que,

(...) os decretos tinham por fim proteger a marinha mercante do Império, obrigando por um sistema de represálias a cessarem contra ela nos portos das nações estrangeiras os direitos diferenciais, que lhe tiravam a faculdade de poder concorrer no mesmo pé de igualdade com navios daquelas nações (...). A reciprocidade que aí se exige não consiste em que cada nação cobre sobre os nossos navios o mesmo que nós cobramos sobre os dela, mas sim que cobre sobre os nossos o mesmo que sobre os seus, por isso que nós cobramos sobre os seus o mesmos que sobre os nossos. Daí resultou quererem as nações que comerciam em nossos portos ajustes diplomáticos que garantissem a igualdade de tratamento tanto a respeito dos direitos de navegação e de porto como da alfândega.⁵³

⁵⁰ SALLES (1996), op. cit. pp. 34.

⁵¹ ALMEIDA (2001), op. cit. pp. 126.

⁵² Idem, pp. 135.

⁵³ Idem, pp. 136.

Por fim, citamos também João Pandiá Calógeras, neto de João Batista Calógeras, que comentou:

Em geral a grita contra os tratados de comércio. Estavam todos convencidos de que, pelas condições peculiares em que havia sido celebrado, o Brasil fora sacrificado aos interesses das potências estrangeiras.⁵⁴

Com o desenvolvimento econômico e o amadurecimento política externa do Império, o governo brasileiro comunicou por nota de 12 de março de 1845 o fim da convenção sobre o tráfico, do direito de visita e busca e a extinção das comissões mistas no prazo de seis meses. As autoridades brasileiras interpretavam os tratados assinados como uma pressão britânica que afetava a soberania do Império. Por isso, segundo o entendimento de Antonio Paulino Limpo de Abreu, o visconde do Abaeté, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1845, o compromisso assumido, por tratado, do Brasil com a Grã-Bretanha se extinguia, diminuindo pelo menos na teoria a pressão sob o governo brasileiro em relação aos acordos assumidos pelo fim do tráfico de cativos e comerciais.

Sendo um dos artigos explicativos também adotados e renovados pela dita Convenção de 1826 o artigo separado de 11 de setembro do mesmo anno, conforme o qual aquellas medidas devião cessar depois de 15 annos contados desde o dia que o tráfico de escravos fosse totalmente abolido.⁵⁵

O Parlamento britânico, por sua vez, tratou de, unilateralmente, autorizar o direito dos navios de guerra britânicos de apreender navios suspeitos para serem julgados nos tribunais de almirantados e vice-almirantados, através da Bill Aberdeen.⁵⁶ Na leitura de Rafael Marquese e Tamis Parron, “a ousada recusa brasileira em achar um compromisso com a Grã-Bretanha em 1844-1845 – que daria origem, em 1845, ao Bill Aberdeen – pode ter sido insuflada pela atuação norte-americana”.⁵⁷ Pouco antes da promulgação da lei de 1845, o diplomata Hamilton mandou um despacho para Aberdeen aconselhando-o a agir de forma mais dura em relação ao comércio de escravos no Brasil.

⁵⁴ CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império*. Volume 3. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1933. Pg. 371. Livro extraído do site <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/22/A-politica-exterior-do-Imperio-v-III-Da-Regencia-a-queda-de-Rosas>.

⁵⁵ ABAETÉ, Visconde (Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil) Protesto contra o acto do Parlamento Britânico, Imprensa del comercio del Plata, 1845. Antonio Paulino teve importante papel nos tratado de 1826 e seu desdobramento na Lei de 1831. Cf. PEIXOTO, op. cit.

⁵⁶ CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo, op. cit. pp. 72-73.

⁵⁷ MARQUESE, Rafael Bivar e PARRON, Tâmis. *A Internacional Pró-Escravista: a política da escravidão nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, c.1820-1860*, pp. 12. <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Rafael%20Marquese%20.pdf>.

(...) um pouco de “coerção suave” (...) como o único meio eficaz ainda a nossa disposição (...) um bloqueio do porto do Rio de Janeiro por uns poucos dias seria amplamente suficiente para abrir os olhos deles e clarear-lhes o juízo.⁵⁸

William Christie, quase duas décadas depois, relatou que a medida não criou problemas dentro da política britânica, como era acusado pelo governo brasileiro. Segundo o ministro britânico,

O “Ato Aberdeen” foi introduzido na Casa dos Senhores por Lord Aberdeen em 7 de Julho de 1845. Ele passou por ambas as Casas de Parlamento em menos de um mês, sem nenhuma seção. Na Casa dos Senhores ninguém levantou voz em oposição, na câmara Sir Thomas Wilde, depois Lord Truro e Lord Chancellor, declararam algumas objeções à medida, mas não dividiram a Casa⁵⁹

As tensões entre os países só foram arrefecidas depois da lei Eusébio de Queiroz em 1850, quando o governo brasileiro aboliu o tráfico internacional de escravos. A lei punia os envolvidos no comércio, os navios seriam vendidos e o lucro dividido entre os captores e informantes. Os escravos libertados seriam empregados em trabalhos supervisionados pelo governo durante 14 anos de aprendizagem.⁶⁰

Mesmo assim, o governo britânico não revogou a “*Abeerden Act*”, pois, pelas palavras do Lorde Abeerden e ratificadas por Christie, o tráfico ainda não tinha cessado completamente. Por isso, a manutenção da patrulha da costa brasileira foi mantida em busca de navios negreiros. Os governantes britânicos acreditavam que o *Bill Aberdeen* seria um instrumento de segurança em relação ao comércio ilegal de escravos. O medo do governo britânico era que o recuo das pressões poderia gerar a volta do tráfico de escravos. Além disso, o governo brasileiro não tinha aceitado organizar um novo acordo em relação à condição dos emancipados e o direito da marinha britânica de buscar e capturar navios dentro do território marítimo brasileiro.

Ele propôs o “Ato de Aberdeen” em 1845 com a maior relutância, sob uma opressiva sensação de dever e necessidade, - que ele apreciava como uma

⁵⁸ Hamilton para Aberdeen, 28 de maio de 1845, B. M Add. MSS 43124 (*Aberdeen Papers*) in BETHELL, op. cit. pp. 288.

⁵⁹ CHRISTIE, op. cit, p. 54. *The "Aberdeen Act" was introduced into the House of Lords by Lord Aberdeen on the 7th of July, 1845. It passed through both Houses of Parliament in less than a month, without a single division. In the House of Lords no voice was raised in opposition; in the Commons Sir Thomas Wilde, afterwards Lord Truro and Lord Chancellor, stated some objections to the measure, but did not divide the house (Tradução nossa)* Thomas Wild foi o primeiro Barão Truro e pertenceu ao Conselho Privado (Majesty's Most Honourable Privy Council) da rainha Vitória.

⁶⁰ BETHELL, op. cit. pp. 285.

medida necessitada por um longo caminho de conduta do governo Brasileiro, o qual ele mesmo descreveu com “violação sistemática” de compromissos de tratado, e como “justificando, e quase clamando, uma expressão de ressentimento nacional,”- que ele sempre esperou ser habilitado a revogar o ato por uma supressão inteira de tráfico de escravos ou pela conclusão de um novo Tratado de tráfico de Escravos.⁶¹

Por esses motivos, no período de 1850 até 1863, mesmo com o declínio acentuado do tráfico, as instruções do governo britânico foram de pressionar as autoridades brasileiras a promoverem a emancipação dos africanos importados ilegalmente desde 1831. Existiam duas categorias de emancipados. A primeira de africanos que foram importados ilegalmente e apreendidos pelas autoridades e alugados para particulares sob a condição de aprendizes até a repatriação para a África. E a segunda categoria de africanos que foram libertados pela Comissão Mista e trabalhavam no serviço público ou entregue para particulares como aprendizes.⁶²

Percebemos nas correspondências de Christie com o governo imperial que, mesmo durante os incidentes diplomáticos no Rio Grande do Sul do país e no Rio de Janeiro, a preocupação com a questão dos africanos foi crucial para a política externa britânica. Por isso, a necessidade de darmos uma maior atenção a questão dos africanos para compreender as relações políticas entre Brasil e Grã-Bretanha.

Podemos explicitar essa preocupação britânica, analisando a correspondência do ministro plenipotenciário britânico no Brasil James Hudson para Paulino de Souza (visconde do Uruguai), ministro dos negócios estrangeiros em 1851. No documento, podemos perceber que logo após a supressão do tráfico, o governo britânico, por meio de seus representantes, pressionava o governo brasileiro em relação à implantação da lei e principalmente pela fiscalização dos “piratas” que ainda traficavam escravos para o território brasileiro⁶³. O medo do governo britânico era que a lei não fosse de fato aplicada.

⁶¹CHRISTIE, op. cit, pp. 65. (...) *he proposed the "Aberdeen Act" in 1845 with the greatest reluctance, under an overwhelming sense of duty and necessity,—that he regarded it as a measure necessitated by a long course of conduct of the Brazilian government which he himself described as " systematic violation " of treaty engagements, and as "justifying, and almost calling for, an expression of national resentment,"—that he always hoped to be enabled to repeal the act by an entire suppression of the slave-trade or by the conclusion of a new Slave trade Treaty(...)(Tradução nossa)*

⁶²BETHELL, op. cit., pp. 428.

⁶³ A respeito do tráfico ilegal pós-1850 cf. PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850*. Tempo [online]. 2011, vol. 17, n.º. 31, pp. 285-312. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/12.pdf>; ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Niterói: FUNARJ/Imp. Oficial, 2012.

Excelentíssimo Senhor, - Quando o parlamento brasileiro passou, e Sua Majestade Imperial Dom Pedro sancionou a lei contra o tráfico de escravos no último 4 de setembro, as autoridades civil e militar da Rainha neste país tinha o direito de esperar que o governo Brasileiro, a fim de defender o desejo Imperial assim como a lei Imperial, teria posto tal lei e a lei de 7 de Novembro de 1831 efetivamente em operação contra os traficantes de carne humana. (...).⁶⁴

Ainda em 1851, Hudson recebeu um despacho do visconde de Palmerston, ministro dos negócios estrangeiros da Grã Bretanha na época, sobre a recusa do visconde do Uruguai em organizar uma nova Comissão para tratar da condição dos milhares de africanos que foram importados ilegalmente desde 1831 e que deveriam ser emancipados. Palmerston não concordava com o visconde de Uruguai, pois, para o primeiro, a nova comissão deveria ser organizada nos mesmos moldes que a Convenção de 1826, não ferindo as leis internacionais e a soberania brasileira.⁶⁵

Importante ressaltar, como vem sendo destacado na historiografia sobre o tráfico ilegal⁶⁶, que, os africanos apreendidos pelos navios britânicos e que ficavam no Brasil, “o governo resolveu que fossem, de maneira provisória, distribuídos pelos estabelecimentos públicos e particulares, mediante arrematação de seus serviços, em troca de educação moral e religiosa”⁶⁷. Portanto, mesmo com a proibição pela lei de 1850, a utilização da mão de obra dos africanos apreendidos era muito comum e “passaram a ser cedidos para trabalho em órgãos públicos”, sendo “o próprio ministro da Justiça Eusébio de Queiroz acusado de ceder africanos livres para particulares”.⁶⁸

Nos anos seguintes, os diplomatas britânicos continuaram a reclamar da presença de escravos ilegais no Brasil, da ausência de punição para os senhores e traficantes e uma fiscalização frágil por parte do governo imperial⁶⁹. Mesmo assim, em 1854, visconde do Paraná (presidente do conselho dos ministros na época) reclamou da manutenção do “*Aberdeen Act*”, mesmo depois da Lei de 1850, para o ministro Henry

⁶⁴ Ibidem, pp. 196-202. *Excellent Sir,—When the Brazilian parliament passed, and His Imperial Majesty Don Pedro sanctioned the law against slave-trade of the 4th of September last, the civil and military authorities of the Queen in this country had good right to expect that the Brazilian government, who he office in order to carry out the Imperial will and the Imperial law, would have put that law and the law of 7th November, 1831, effectively in operation against the traffickers in human flesh (...)*(Tradução nossa)

⁶⁵ Ibidem, pp. 210.

⁶⁶ Nota 29.

⁶⁷ ACCIOLI, op. cit. pp. 80.

⁶⁸ Idem, pp. 80.

⁶⁹ No Relatório de 1852, o ministro da justiça destacou que, “após a lei de 1850, foram apreendidos 1.678 africanos que estavam em poder dos traficantes”. ACCIOLI, op. cit. pp.79.

Howard⁷⁰. Este último comentou que as imposições britânicas foram reflexos da recusa do governo brasileiro em renovar o tratado de 1826.

Ainda no ano de 1854, outra preocupação britânica estava ligada ao comércio entre Brasil e Grã-Bretanha. O ministro plenipotenciário britânico no Brasil, Henry Francis Howard⁷¹, despachou um comunicado relando as insatisfações pela não renovação das vantagens alfandegárias obtidas em 1827 pela Grã-Bretanha.⁷² Em consonância com a política externa agressiva da Grã Bretanha, o ministro residente no Brasil afirmou que as atividades dos navios britânicos pressionaram e aceleraram as ações tomadas pelo governo brasileiro, como por exemplo, na questão das heranças dos britânicos,

Após o primeiro ponto, peço licença para observar que, daquela informação a qual foi fornecida a meus comerciantes ingleses aqui, parece que desde a expiração de nosso Tratado comercial com o Brasil em 1827, quando as mercadorias Inglesas se tornaram passíveis a um direito duplo ao qual eles eram sujeitos sob o Tratado, nenhuma modificação essencial da tarifa rentável Brasileira a Inglaterra ocorreu. Visando o Segundo ponto, se o Cavaleiro de Macedo deixa parecer, como parece nesta nota, que o governo Brasileiro tenha cedido às solicitações do governo de Sua Majestade a questão das heranças, ele estranhamente ignorava o real estado da causa; e nem tanto pôde receber, ou deveria ter negligenciado o Relatório apresentado a Legislatura.⁷³

No entanto, a maioria das notas dos cônsules britânicos no Brasil pode atestar que até o início da década de 1860, persistiu as discussões em torno da questão escravista. Podemos citar o desembarque de escravos clandestinos em Pernambuco⁷⁴, a situação dos africanos emancipados⁷⁵ e o aumento do tráfico interprovincial de

⁷⁰ Ibidem, pp. 208.

⁷¹ Sucedeu Henry Southern como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Grã Bretanha no Brasil, durante o período de 1853-1855.

⁷² Ibidem, pp. 217.

⁷³ Ibidem, pp. 217- 218. (...) *Upon the first point, I beg leave to remark, that from the information which has been furnished to me by English merchants here, it appears, that since the expiration of our commercial Treaty with Brazil of 1827, when British goods became liable to a duty double that to which they were subjected under the Treaty, no essential modification of the Brazilian tariff profitable to British merchandise has taken place. With regard to the second point, if the Chevalier de Macedo means to imply, as appears from his note, that the Brazilian government have yielded to the requests of Her Majesty's government on the question of inheritances, he is in strange ignorance of the real state of the case ; and either cannot have received, or must have overlooked, the Report presented to the Legislature (Tradução nossa)*

⁷⁴ Ibidem, pp. 221, 222 e 225 (Notas do dia 9 e 17 de janeiro e 11 de dezembro de 1856).). A respeito do tráfico em Pernambuco cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. Tráfico, traficantes e sociedade Pernambucana. In: Idem. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, pp. 93-172.

⁷⁵ Ibidem, pp. 223 (Nota de 9 de abril de 1856). O encarregado dos negócios Henry Stafford-Jerningham, 9º Barão de Stafford, comentou para o ministro dos negócios estrangeiros da Grã Bretanha, George

escravos. Peter Campbell Scarlett⁷⁶ alertava ao governo britânico sobre a condição das províncias sulistas do Brasil que estavam cada vez mais importando escravos das fazendas endividadas do norte, já que os cafeicultores não poderiam trazer cativos da África.⁷⁷ Segundo o referido Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grã Bretanha no Rio de Janeiro, de 1853 a 1855,

Visconde Abaéte procedeu com o pedido para o Brasil de mérito da supressão do comércio de escravos, afirmando que a relutância por parte do governo de Sua Majestade para repelir o Ato de 1845 é ainda mais notável, pois é inegável que a extinção do comércio no império é única e exclusivamente o efeito das medidas legislativas decretadas pelas Câmaras, e os meios utilizados pelo governo. Liderando a Emancipação de africanos livres, Visconde de Abaeté dá conta das comunicações trocadas entre Legação de Sua Majestade e si mesmo sobre o assunto, e afirma que ele considera a discussão encerrada. Enquanto eu estou sempre disposto a reconhecer os esforços que são feitos pelo atual governo brasileiro para a supressão do comércio de escravos, eu lamento dizer que eu observo negligência por parte das autoridades imperiais na execução das medidas parciais de seu próprio governo para a configuração real em liberdade dos africanos assim chamados livres, que têm servido particulares durante 14 anos; pois, como Vossa Senhoria tem conhecimento, o governo brasileiro reteve a emancipação daqueles que estão empregados nos estabelecimentos públicos.⁷⁸

Guillermo Frederick Villiers, 4º Conde de Clarendon, sobre o retorno em 1853, da concessão da liberdade para os africanos, que desembarcados no Império brasileiro depois de 1831, após 14 anos de trabalho. Entretanto, na prática, os africanos não estavam sendo soltos. A respeito desta questão dos africanos após a lei de 1831 cf. MAMIGONIAN, Beatriz. *Revisitando o problema da "transição para o trabalho livre" no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres*. (RTF).

<http://www.antiga.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/JHT> Beatriz Mamigonian.

⁷⁶ Sucedeu Henry Francis Howard como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Grã Bretanha no Brasil, durante o período de 1855 a 1858.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 226.

⁷⁸ CHRISTIE (1865), op. cit, pp. 220. *Viscount Abaéte proceeds to claim for Brazil the whole merit of the suppression of the slave-trade, saying that the reluctance on the part of Her Majesty's government to repeal the Act of 1845 is the more remarkable, as it is undeniable that the extinction of the trade in the empire is solely and exclusively the effect of the legislative measures decreed by the Chambers, and the means employed by the government. Under the head of Emancipation of free Africans, Viscount Abaéte gives an account of the communications exchanged between Her Majesty's Legation and himself on that subject, and states that he considers the discussion to be terminated. Whilst I am always willing to acknowledge the efforts which are made by the present Brazilian government for the suppression of the slave-trade, I regret to say that I observe much remissness on the part of the Imperial authorities in carrying out the partial measures of their own government for the actual setting at liberty of the so-called free Africans who have served private individuals during fourteen years ; for, as your Lordship is aware, the Brazilian government withheld emancipation from those who are employed in the public establishments (Tradução nossa)*

1.2 A atuação de Christie na defesa dos interesses britânicos - década de 1860

A William Christie.

Diplomata insolente! - ave maldita
Entre as brumas do norte aviventada
A quem a pátria recusou bafejos
E o sol um raio que aquescesse o rosto!
Dize, filho da sombra, - onde aprendeste
A voar como as águias?... Em que terras
Te cresceram as penas borrifadas
Nas lagoas impuras da Bretanha?
Que céu dourado, - que estações benditas,
Que meigas flores, - que harmonias santas
Alentaram-te o cérebro? - Que sonhos
Te passaram na mente? - Que riquezas,
O teu berço natal mostrou-te aos olhos?
Que doce inspiração roçou-te n'alma
E deu-te crenças que revela o mérito?

Pisaste uma nação, - nação tão grande
Que a loucura perdoa-te! - Cuspiste
Na face dessa que afogara em vagas,
Em rios de ouro teu país ingrato!
Procuraste lançar um véu de sombras
Sobre essa terra que fascina o globo
Ao clarão dos diamantes, e piedosa
Teus irmãos agasalha junto ao peito!

Basta de humilhações!... dize a teus amos
Que a terra de Cabral está cansada
De ultrajes suportar! - Que a seus clamores
No seio das florestas ressuscita
Um mundo de guerreiros que não teme
O troar dos canhões, - que um povo ardente
Se levanta inspirado à voz dos bardos
Do pendão auriverde à sombra amiga!

Quereis ouro e riqueza?... Ah! nós vos damos,
É em nome da Irlanda miserável
Que sucumbe de fome! - É por piedade
Dos filhos do Levante que se estorcem
Entre sangue e veneno! - É pelos tristes
Que soluçam nos ferros, - pelos gênios
Que morrem na miséria e no abandono,
Pela virtude sem defesa e amparo!...

Vai, - teu país é poderoso e ousado,
Teus vasos cobrem a amplidão dos mares,
Teus soldados são célebres e fortes,
Teus canhões são medonhos, - ferem certo.
A nós isto não importa? - se atrevidos
As nossas praias aportam loucos,
Cada província é um povo de guerreiros,
Cada guerreiro um destemido Anteu!⁷⁹

⁷⁹ Luís Nicolau Fagundes Varela nasceu em Rio Claro em 17 de agosto de 1841, e faleceu em Niterói no dia 18 de fevereiro de 1875. Foi um poeta brasileiro, e um dos patronos da Academia Brasileira de Letras. Disponível em, <http://www.cafedostoievski.info/literatura/escritores/fagundesvarela/auriverde.html>.

Dez anos após graduar-se por Cambridge, Sir William Dougal Christie (1816-1874) entrou para o serviço diplomático. Foi no princípio cônsul geral no território Mosquito, depois secretário de legação na Confederação, Suíça, em seguida ministro na Argentina, e, finalmente em 1859, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Grã Bretanha no Brasil até 1863.⁸⁰ Não pretendemos fazer uma defesa da atuação desse embaixador no processo de ruptura entre Brasil e a Grã-Bretanha, mas sim de problematizar, investigar e entender os incidentes acontecidos de acordo com o ponto de vista do governo britânico. Deixamos de lado o discurso nacionalista brasileiro, como o do poema Fagundes Varela acima, que construído no século XIX, culpou a atuação do ministro plenipotenciário Christie pelos eventos ocorridos.

Podemos afirmar que as instruções do governo britânico para Christie não foram alteradas em relação às décadas passadas, na medida em que o assunto principal ainda girava em torno da escravidão. Nas cartas enviadas para Lorde Russell, Christie apontou para a dificuldade de se conseguir as listas e as condições de trabalho dos africanos emancipados, como outros cônsules já tinham feito anteriormente.⁸¹ Essa questão envolvendo a cobrança junto ao governo brasileiro de uma lista das condições dos africanos “livres” estava no despacho abaixo de Christie junto ao governo imperial, especificamente ao ministro dos negócios estrangeiro Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai. Além de relatar o famoso caso da omissão das informações sobre os africanos na Fábrica Real de Ferro de Ipanema, Christie criticava o comportamento do governo imperial a respeito da emancipação dos escravos.

Desde que eu me dirigi a Seu Senhorio em meu despacho de 17 de Maio, sobre a questão geral dos negros livres no Brasil, já tive a oportunidade para considerar esta questão ainda mais, e Seu Senhorio terá visto pelos meus despachos relativos ao caso Ipanema a dificuldade que existe em obter informações do governo brasileiro sobre esses negros, e quanto tempo alguns destes empregados em Ipanema têm estado em servidão. Os negros livres de Ipanema, os quais minha atenção foi acidentalmente voltada, são apenas alguns dos cerca de 5.000 ou 6.000 detidos em cativo real pelo governo brasileiro. Nas dificuldades do jogo que tomei conhecimento em meus esforços para obter informações sobre eles, iria participar quaisquer perguntas que eu poderia instituir sobre qualquer outro pequeno destacamento; e eu sinto que a única maneira de lidar satisfatoriamente com esta questão é levá-la grosso modo. Eu não posso pensar, no entanto, que o governo do Brasil pôde se recusar a fornecer ao governo de Sua Majestade uma lista detalhada de todos os negros livres que foram entregues a eles,

⁸⁰ Em 1854, Christie foi nomeado cônsul geral na Argentina, sendo ministro plenipotenciário em 1856 e teve uma atuação importante nas relações dos países da Bacia do Prata. Ver mais em AMARAL, José Maria do. *Diários, cartas e apontamentos, 1857-1862*. Cadernos do CHDD, ano 6 número 11, 2007.

⁸¹ CHRISTIE, op. cit. pp. 228- 229.

explicando o que aconteceu com eles, se morto, emancipado, ou ainda em serviço, e a emancipação de todos os que têm servido além do prazo de aprendizagem prescrito pelas leis brasileiras poderiam, então, ser exigida pelo governo de Sua Majestade.⁸²

Nesse ponto, podemos perceber as divergências entre os discursos e ações dos dois países, pois, os políticos britânicos no Brasil sempre afirmaram que o governo brasileiro negligenciava suas demandas para não efetivar os compromissos assumidos em relação **à condição dos emancipados,**

A ocasião desta exposição dolorosa foi um inquérito quanto ao destino ou condição dos emancipados, ou africanos libertados, sobre a qual o Ministério das Relações Exteriores não pode, diz ele, obter do Brasil todas as informações que deseja. E por quê? Simplesmente porque, ele pede por impossibilidades. O último destes africanos foi admitido no Brasil em 1845, ou cerca de 20 anos atrás. Eles foram, no âmbito do Tratado que foi encerrado no mesmo ano, aprendizes de plantadores em um império tão grande quanto a Rússia, espalhados por províncias imperfeitamente organizadas e distribuídos entre os proprietários de escravos. Para a distribuição deles, o governo Inglês é muito mais responsável do que o governo Brasileiro, pois deveriam ter tido a previsão, ao fazer o Tratado, para fazer adaptações para a libertação destes homens de cor para suas próprias colônias tropicais ou restaurado-los para África, em vez de deixá-los em um país ofegante no momento para o trabalho escravo. Lá, no entanto, eles foram deixados, e agora, 20 anos após os últimos de eles estarem tão alienados, e 34 anos após os primeiros aprendizes, o governo britânico insiste em sua identificação, dentre três milhões de escravos, na entrega de listas deles, e sobre a recuperação de sua liberdade. Quem dera que fosse possível para o governo brasileiro cumprir esses requisitos. Sem dúvida, os plantadores que receberam estes africanos têm consignado muitos deles com a escravidão, mas como é que o governo brasileiro vai recuperá-los?⁸³

⁸²Idem, pp. 230-231. A respeito desta ambiguidade do trabalho dos africanos na fábrica de Ypanema cf. RODRIGUES, Jaime. *Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema*. História Social, Campinas,-SP, n° 4/5. 29-42, 1997/1998. *Since I addressed your Lordship in my dispatch of the 17th of May, on the general question of the free blacks in Brazil, I have had frequent occasion to consider this question further, and your Lordship will have seen by my dispatches relating to the Ypanema affair what difficulty there is in obtaining information from the Brazilian government about these blacks, and how long some of these employed at Ypanema have been in servitude. The free blacks of Ypanema, to whom my attention has been accidentally called, are only a few of some 5,000 or 6,000 detained in real captivity by the Brazilian government. The same difficulties which have met me in my endeavors to obtain information about them would attend any inquiries that I might institute about any other small detachment; and I feel that the only way of satisfactorily dealing with this question is to take it in the gross. I cannot think, however, that the government of Brazil could refuse to furnish Her Majesty's government with a detailed list of all the free blacks who were handed over to them, explaining what has become of them, whether dead, emancipated, or still in service; and the emancipation of all who have served beyond the term of apprenticeship prescribed by the Brazilian laws might then be demanded by Her Majesty's government (...)* (Tradução nossa)

⁸³ Artigo publicado no *Daily News* de Lord Palmerston, 14 de junho, 1862. *The occasion of this painful display was an inquiry as to the fate or condition of the emancipated, or liberated Africans, about which the Foreign Office cannot, it says, get from Brazil all the information it wants. And why? Simply because, it asks for impossibilities. The last of these Africans was admitted into Brazil in 1845, or nearly twenty years ago. They were, under the Treaty which was terminated in that year, apprenticed to planters in an Empire as large as Russia, scattered over provinces imperfectly organized, and distributed amongst slave-owners. For this distribution of them the English government is far more responsible than the Brazilian government, for it ought to have had the foresight, in making the Treaty, to make arrangements*

Pelo lado brasileiro, a resposta sempre foi de defesa da honra e soberania nacional o que impedia o governo de agir enquanto estivesse pressionado por um governo estrangeiro⁸⁴. Os esforços estavam sendo realizados pelo governo de forma espontânea e que as acusações britânicas eram injustas, como destacou João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, visconde de Sinimbu, ministro dos negócios estrangeiros do então gabinete conservador presidido pelo barão de Uruguaiana, Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

O abaixo-assinado tem a honra de informar Mr. Christie que o governo Imperial, desejoso, como sempre tem sido, para colocar os africanos livres em uma posição mais vantajosa, promoveu e continua a promover em maior escala, a emancipação daqueles que, tendo completado o tempo de serviço fixado no decreto de 28 de Dezembro de 1853, têm direito ao pleno gozo de sua liberdade. E para que esta medida possa ser estendida a todos os que têm direito a ela, o mesmo ministério ordenou o juiz do Tribunal de Orfãos a fornecer uma lista de todos de africanos livres que foram primeiro capturados e julgados como tal pela Comissão Brasileira e Inglesa mista, e que foram distribuídos para o serviço. O abaixo-assinado tem a satisfação de assegurar o Sr. Christie que o governo Imperial, no desempenho do seu dever, movido por seus próprios sentimentos de justiça vai fazer todo o possível dentro da esfera de sua atribuição para melhorar a condição destes africanos, promovendo a sua emancipação e as medidas mais adequadas para a aquisição de emprego útil e rentável para eles.⁸⁵

Essa visão foi criticada por Christie, por meio de cartas que o embaixador britânico enviou aos políticos brasileiros e que na maioria das vezes não eram respondidas. Por exemplo, o cônsul britânico comentou sobre os despachos enviados para João Lins Vieira de Cansansão Sinimbu, em dezembro de 1860, e para José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, em junho de 1861⁸⁶, pedindo informações

in it for carrying these coloured men to its own tropical colonies or restored them to Africa, instead of leaving them in a country panting at the time for slave labour. There, however, they were left; and now, twenty years after the last of them were so disposed of, and thirty-four years after the first were apprenticed, the British government insists on their identification from amongst three millions of slaves, on the delivery of lists of them, and on their restoration to freedom. Would that it were possible for the Brazilian government to fulfil these requirements. No doubt the planters who received these Africans have consigned many of them to slavery; but how is the Brazilian government to recover them?

(Tradução nossa)

⁸⁴ CHRISTIE, op. cit. pp. 35.

⁸⁵ Discurso de Sinimbu, 28 de fevereiro de 1861. In: CHRISTIE, op. cit. pp. 14-15. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, primeiro e único Barão e Visconde com grandeza de Sinimbu, foi um dos políticos mais atuantes do Império, exercendo vários cargos, desde presidente de província de Alagoas (sua terra natal) e Sergipe, a ministro em várias pastas. Foi também senador em 1856 e conselheiro do Conselho de Estado.

⁸⁶ O liberal José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, antecedeu conservador Sinimbu na pasta do ministério dos Negócios Estrangeiros, período de 1858-1859, e foi ministro da fazenda no período de 1861 a 1862, substituindo o conservador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana. Importante destacar que o Visconde do Rio Branco, quando ministro da fazenda de 1861-1862, estava a serviço do gabinete conservador de Luiz Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, período de 2/03/1861 a

sobre o deslocamento, salário, idade de africanos que seriam enviados para Itapura.⁸⁷ O discurso do governo britânico não era de interferir na soberania brasileira, mas aplicar as leis acordadas dentro dos acordos firmados entre os países e acabar com as práticas degradantes e os crimes cometidos contra os africanos.⁸⁸

No período entre 1860 e 1863, Christie afirmou que ofereceu ajuda para organizar a lista de africanos livres, mas o governo brasileiro declinou a oferta e não deu as informações pedidas, como aconteceu com os embaixadores antecessores: Henry Hudson, Henry Howard e Campbell Scarlett⁸⁹. Tanto que no dia 12 de junho de 1861, Lorde Palmerston fez um discurso no Parlamento mostrando às dificuldades de acesso as informações (as ditas listas) ligadas aos emancipados.

Este problema tem sido assunto de frequentes representações da parte do governo Britânico; mas estas representações não foram atendidas. **Nós pedimos uma lista de negros, mas não obtivemos sucesso. Todos os esforços que fizemos para obter justiça para aqueles emancipados fracassaram, e nós não fomos capazes de obter a lista.** (destaque nosso) Nós sabemos que quando eles são atribuídos a um proprietário, ele empregou-os em conjunto com os seus escravos, e quando um escravo morreu, ele colocou um emancipado em seu lugar, e relatou a morte do emancipado, e não a morte do escravo.⁹⁰

A postura do governo brasileiro demonstrou claramente que mesmo com a troca de embaixadores, as instruções de Londres não foram alteradas ou que Christie tinha se posicionado de forma independente para a obtenção de respostas como foi acusado por

24/05/1862. Eram amigos, e suas esposas se tratavam como primas, informação essa retirada do texto de Sérgio Buarque de Holanda. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova História*. Organizador Marcos Costa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 123. Sobre a amizade de Paranhos com Caxias conferir também MARIZ, Vasco. A mocidade do Barão do Rio Branco e sua tormentosa nomeação para a carreira diplomática. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

⁸⁷ Itapura era um estabelecimento do governo organizado pelos militares. Cartas do dia 19 de dezembro de 1860 e 3 de junho de 1861. In: CHRISTIE, op. cit., pp. 37. . A respeito dos africanos livres enviados para a colônia de Itapura cf. BERTIN, Enideli. Construindo novas identidades: a emancipação dos africanos livres. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009. <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/enideliibertin.pdf>.

⁸⁸ Despacho do dia 30 de abril de 1850 de Lorde Russell. In: CHRISTIE (1865), op. cit., pp. 39.

⁸⁹ Christie citou os despachos de Hudson (17 de outubro de 1846 e 13 de fevereiro de 1847) para atestar a negligência do governo brasileiro e o esforço de outros embaixadores para conseguir informações. Cf. CHRISTIE (1865), op. cit., pp. 41-42.

⁹⁰ Idem, pp. 20. *This matter has been the subject of frequent representations on the part of the British government; but these representations have not been attended to. We have asked for lists of these negroes, but have not succeeded in obtaining them All the efforts we have made to obtain justice for those emancipated have failed, and we have not been able to obtain a list of them.* (destaque nosso) *We know that when they are assigned to an owner, he has employed them in conjunction with his slaves; and when a slave died he put an emancipado in his place, and reported the death of the emancipado, and not the death of the slave.* (Tradução nossa)

parte de autoridades e da opinião pública brasileira. Para Christie, as divergências e acusações pessoais sofridas foram intensificadas pelas ações do governo brasileiro em manipular as informações que iam e chegavam de Londres. Christie acusou jornalistas e periódicos alemães de receberem “incentivos financeiros” do governo brasileiro e publicarem notícias contra ele.

Essas subvenções são notoriamente dadas pelo governo brasileiro para jornais europeus. Recebi, no que eu acredito ser boa autoridade, detalhes a respeito de operações no Brasil com a imprensa alemã, que, desde as represálias, tem sido trabalhado com veemência no abuso do governo de Sua Majestade e eu mesmo. Um alemão que tem sido o capitão do Exército brasileiro é similarmente empregado em Viena, e é, segundo me disseram, formalmente ligado à legação brasileira lá. Em Hamburgo a imprensa é gerida por um médico alemão, que saiu como um colono no Brasil. O “Gazeta Geral de Emigração de Rudqlfstadt” recebe do governo brasileiro um subsídio de cerca de 700 Libras por ano.⁹¹

Por meio de supostos financiamentos, um escritor, Thomas Frederico Tovey⁹², correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres, assinando apenas como “um amigo dos dois países”, escrevia para o *Daily News* de forma parcial e a favor do Brasil. O embaixador britânico acusa o escritor de manipular a opinião pública brasileira com informações equivocadas e cita Jean Charles Marie Expilly, jornalista e romancista francês que esteve no Brasil por longo período, para corroborar com sua tese. Segundo Christie,

Na Alemanha, França, Suíça e Itália, publicações subsidiadas realizaram uma ativa propaganda (...). Em Paris, as negociações foram abertas com diferentes órgãos da imprensa, com o objetivo declarado de combater as impressões tristes difundidas por contas que foram declaradas "caluniosas" no mais alto grau, e 'hostis' para o Brasil. Um vasto plano foi concebido, pelo qual vários jornais diários, e um número ainda maior de folhas Halfpenny, foram para exaltar, em todos os tons, e sob todas as formas que o pensamento pode assumir, a política progressista do Brasil, a suavidade do seu clima, a hospitalidade de seus habitantes, as produções variadas de seu solo fértil, e se não os benefícios de escravidão, que na Europa, não são muito apreciados,

⁹¹Idem, pp. 74. *Such subventions are notoriously given by tile Brazilian government to European journals. I have received, on what I believe to be good authority, details as to Brazilian operations with the German press, which, since the reprisals, has been worked vehemently in abuse of Her Majesty's government and myself. A Hofrath at Potsdam receives an annual stipend from the Brazilian Legation in Berlin, and instructs the public for Brazil in the Allgemeine Norddeushti Zeitung, and other papers. A German who has been Captain in the Brazilian army is similarly employed at Vienna, and- is; I am told, formally attached to the Brazilian Legation there. At Hamburg the pressis managed by a German doctor, who went out as a colonist to Brazil The General' Emigration Gazette of Rudqlfstadt receives from the Brazilian government a subsidy of about 700 Libras a year. (Tradução nossa)*

⁹² No texto de Nelson Schapochnick, Quadro da Diretoria *The Rio de Janeiro British Subscription Library* (1826-1876), o jornalista Thomas Frederico Tovey apareceu como tesoureiro em 1851. SCHAPOCHNICK, Nelson. *Uma biblioteca desaparecida: The Rio de Janeiro British Subscription Library*. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecadesaparecida.pdf>.

pelo menos, o estado de felicidade perfeita criada para os negros por este eminentemente instituição patriarcal. Esta combinação patriótica necessária, ao que parece um pouco mais de dinheiro do que vinha pela frente, assim que falharam quase totalmente. Uma revista no momento é considerada em Paris ter relações íntimas com o oficial do Brasil.⁹³

Em outra passagem, Christie aponta para as contradições das informações que estavam saindo nos jornais do Brasil e da Grã-Bretanha a respeito da construção de ferrovias por empresas que eram financiadas pelo capital britânico.

A legação brasileira teve parte na criação e direção de três empresas ferroviárias brasileiras organizadas em Londres, com uma garantia de 7 por cento, nas capitais dos governos Imperial e Provincial do Brasil; e o "agente brasileiro" ajudou ativamente na distribuição de ações dessas empresas em sua formação. Uma delas é a empresa Bahia e São Francisco, o trabalho que muito tem decepcionado os acionistas, que agora encontram todos ou a maioria dos 7 por cento garantido, engolido por excesso de despesas sobre os lucros. Uma "comunicação" é feita para o Brasil e River Plate Mail, um jornal publicado em Londres, absolvendo o governo brasileiro de toda a culpa, e afirmando que "os compromissos do governo brasileiro foram cumpridas ao pé da letra." Mas o correspondente em Londres do Jornal do Comércio tinha pouco antes desejado persuadir o governo brasileiro para auxiliar os acionistas em suas dificuldades, uma vez que o governo brasileiro deveria levar total culpa, por ter sacrificado os interesses da Companhia a especulação, e ter quebrado seus compromissos.⁹⁴

Não pretendemos usar esses dados para comprovar a tese de que todas as informações que eram publicadas no Rio de Janeiro ou em Londres eram tendenciosas, mas sim destacar que houve claramente um jogo político para valorizar as posições

⁹³ CHRISTIE, op. cit. pp. 104-105. Citado por Christie, obra de Expilly, *"Le Bresil tel qu'il est."* Second Edition, 1863. *In Germany, France, Switzerland, and Italy, subsidized publications have undertaken an active propaganda (...)* *In Paris, negotiations were opened with different organs of the press, with the avowed object of combating the sad impressions diffused by accounts which were declared to be 'calumnious' in the highest degree, and 'hostile' to Brazil. A vast plan had been conceived, by which several daily journals, and a still larger number of halfpenny sheets, were to exalt, in all tones, and under all forms which thought can assume, the progressive policy of Brazil, the mildness of its climate, the hospitality of its inhabitants, the varied productions of its fertile soil, and if not the benefits of slavery, which in Europe, are not quite appreciated, at least the state of perfect happiness created for the blacks by this eminently patriarchal institution. This patriotic combination required, it seems, a little more money than was forthcoming; thus it failed almost entirely. One journal at present is considered in Paris to have intimate relations with official (Tradução nossa).*

⁹⁴ Idem, pp. 60-61. *The Brazilian Legation has had part in the establishment and direction of three Brazilian railway companies organized in London, with a guarantee of 7 per cent, on the capitals from the Imperial and Provincial governments of Brazil; and the "Brazilian agent" actively assisted in the distribution of shares of these companies on their formation. One of these is the Bahia and San Francisco Company, the working of which has greatly disappointed the shareholders, who now find all or most of the guaranteed 7 per cent, swallowed up by excess of expenses over profits. A "communication" is made to the Brazil and River Plate Mail, a newspaper published in London, absolving the Brazilian government from all blame, and asserting that "the engagements of the Brazilian government have been fulfilled to the letter." But the London correspondent of the Jornal do Commercio had shortly before, wishing to persuade the Brazilian government to assist the shareholders in their difficulties, represented that the Brazilian government alone was to blame, having sacrificed the interests of the Company to jobbery, and having broken its engagements. (Tradução nossa)*

políticas que contribuíram para aumentar a tensão em ambos os países. Christie utilizou exemplos que poderiam atestar seus argumentos e justificar as ações organizadas pelo governo britânico. Por isso, foi necessário analisar não só a veracidade do material produzido, mas também os impactos das informações mesmo que manipuladas para a sociedade brasileira.

Acreditamos que os artigos produzidos pelo *Jornal do Commercio* com ajuda de Thomas Frederico Tovey, ajudaram não só a difamar a figura de Christie como também de transformá-lo no vilão do contexto da crise diplomática entre os dois países. Por isso, a investigação dos pontos de divergência entre os países foram preponderantes para determinarmos até que ponto a Questão Christie foi causada pela política intervencionista e, até que ponto, o governo brasileiro utilizou a pressão britânica para retardar um processo de emancipação dos africanos.

1.3 O naufrágio do navio britânico *Prince of Wales*.

O veleiro mercante de quatro mastros britânico *Prince of Wales* de Jonh Mckinnon zarpu de Glasgow, na Escócia, com destino a Buenos Aires, em dois de abril de 1861. A sua carga era constituída de carvão de pedra, louças, lençóis e fazendas, azeite e vinho, sendo esses últimos produtos portugueses, o que demonstrou paragens também em Portugal. Entre os dias cinco e oito de junho corrente, na costa da província do Rio Grande do Sul, na região deserta e de praias perigosas na altura do farol do Albardão, a 87 quilômetros da barra do arroio Chuí⁹⁵, a embarcação encalhou e começou a adernar. Segundo os relatos, a maioria da tripulação morreu⁹⁶ e alguns dias depois, o cônsul britânico no Rio Grande do Sul, Henry Prendergast Vereker⁹⁷ foi avisado sobre o incidente.

⁹⁵ O arroio Chuí é um pequeno curso d'água do atual estado do Rio Grande do Sul. O arroio nasce no município de Santa Vitória do Palmar e, inicialmente, corre de norte para sul. Atravessando o atual município do Chuí, o arroio muda sua direção para leste, passando a marcar, então, a fronteira do Brasil com o Uruguai até desaguar no Oceano Atlântico junto à Praia da Barra do Chuí, balneário de Santa Vitória do Palmar. É nesta praia com dunas, e considerada a “maior do mundo”, que se localiza, ainda hoje, o farol do Albardão.

Disponível em: <http://www.chui.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143098>.

⁹⁶ Há várias versões sobre o referido episódio. Numa delas, foi ressaltado que os marinheiros, que se salvaram e ficaram na região do forte para receber o socorro vindo da vila de São Pedro do Rio Grande (porto), tiveram as suas cabeças cortadas.

⁹⁷ Além de cônsul inglês no Rio Grande do sul, e elemento destacado na questão Christie, Henry Prendergast Vereker, de família nobre (seu pai John Prendergast Vereker foi o 3º visconde de Gort) e doutor em leis, foi um dos principais cronistas estrangeiros sobre o Rio Grande do Sul. Sua obra, *The*

No primeiro despacho para Lorde Russell⁹⁸, William Christie relatou o ocorrido e suas impressões sobre o acidente, inclusive algumas suspeitas de conexão dos habitantes com o naufrágio.

Vossa Senhoria vai perceber a partir deste relatório de que há total probabilidade de que todas as pessoas que estiveram a bordo morreram. As medidas que adoto, seguindo para a costa e salvando todos os possíveis, também são relatados, bem como o meu pedido de que os corpos das pessoas que naufragaram na barca devem ser levados para o cemitério desta cidade, e, depois de inquérito próprio, devem ser decentemente enterrados. Eu me coloquei em comunicação direta com a sua Excelência o Presidente desta província, com referência aos processos selvagens e cruéis dos nativos ligados ao acidente, como o caso era urgente.⁹⁹

Durante as investigações, o cônsul Vereker comentou que só foi avisado do incidente alguns dias depois e de forma casual¹⁰⁰. Na costa de Albardão foram achados caixas vazias, um barco com remos, baús, bíblias, anotações com o salário dos tripulantes e das ordens das cargas e partes do navio destruído. Dez corpos foram descobertos sem nenhum objeto, sendo que seis foram enterrados pelos nativos supostamente no mesmo local, apenas quatro corpos foram enviados para o funeral. Desde o começo, o cônsul desconfiou de roubo da carga do navio pelo Juiz de Paz, Bento Venâncio Soares, pois, este confessou que pegou uma Bíblia britânica do navio¹⁰¹, como também do inspetor do distrito, Faustino José de Oliveira, por ser genro

British shipmaster's hand book to Rio Grande do Sul, foi publicada em Londres na década de 1860, em que relata a costa do rio-grande.

<http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=46¬icia=53710>.

⁹⁸ John Russell, 1º Conde de Russell, mais conhecido como Lorde John Russell (até 1861), foi um político britânico ligado ao partido Whig e muito próximo de Palmerston. No período de 1861 a 1865, foi novamente convidado pelo primeiro ministro Palmerston para o cargo de ministro das relações exteriores (Foreign Minister) da Grã Bretanha. Em 1865, com a morte súbita de Palmerston, se tornou primeiro ministro (1865-1866).

⁹⁹ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 579, Cônsul Vereker para Lorde Russell, 25 de junho de 1861. *Your Lordship will perceive from this report that there is every probability that all the persons who had been on board perished. The measures which I adopted, proceeding to the coast and saving all possible, are also reported, as well as my application that the bodies of the persons wrecked from that barque should be brought to the cemetery of this city, and, after an inquest had been thereon, should be decently buried. I have placed myself in direct communication with his Excellency the President of this province, with reference to the savage and wicked proceedings of the natives in connection with the wreck, as the case was one of urgency (...)(Tradução nossa)*

¹⁰⁰ A respeito do relato do naufrágio do Pince of Whales na imprensa do Rio Grande do Sul cf. MARQUES, Juliano de Leon Viero. *O caso do Prince of Whales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862)*. Trabalho de final de conclusão de curso. Rio Grande do Sul: Departamento de História/UFRGS, 2010 (orientação do Prof. Dr. Fábio Khün)

¹⁰¹ “As an illustration I may mention that I claimed at Senhor Bento’s House a beautiful edition of the Bible, with Eadie’s “commentaries” and a smaller Bible, both perfect, and showing no stains or signs of having been damp; these, as it was confessed to me, had been taken out of the trunk”. Cf. British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 582, Cônsul Vereker para a secretaria da Junta Comercial, 25 de junho de 1861.

do Juiz de Paz e andar com escolta e não proceder de forma correta durante as investigações.

Embora muitas das caixas e alguns dos barris tenham sido quebrados pela força das ondas, muitos mais foram violentamente arrombados e tiveram seus conteúdos saqueados; muitos barris que continham cerveja são incluídos nesta categoria, e cada caixa foi aberta e teve roubado todo seu conteúdo. Um número delas continha bens manufaturados em latas, na maioria dos casos, as latas tinham sido cortadas, e os conteúdos retirados, mas outras as latas foram levadas completamente. Gostaria de chamar atenção especial às malas dos marinheiros, que haviam sido violentamente abertas, e nem um único artigo deixado dentro, e ainda assim estavam bastante secos por dentro, os forros de papel de alguns não tinham sido manchados, levando a suspeita de que eles tinham chegado com segurança nos barcos.¹⁰²

Por esses motivos, em despacho para Lorde Russell¹⁰³, o cônsul Vereker acusou as autoridades brasileiras de negligentes, por acobertarem o incidente, e por não abrir de maneira prioritária uma investigação para saber se os tripulantes morreram afogados ou assassinados, o desconhecimento do lugar que alguns corpos foram enterrados e pela demora na remoção dos outros corpos para o funeral. A estratégia do Cônsul era de alertar as autoridades britânicas e ao mesmo tempo pressionar o delegado de polícia, Antônio Estevão de Bitancourt e Silva e o subdelegado, Delfino Francisco Gonçalves, no intuito de procederem com as investigações com toda a dedicação.¹⁰⁴

O governo britânico articulou a ajuda do ministro plenipotenciário Christie e do encarregado interino dos negócios estrangeiros Evan Baillie no Rio de Janeiro, para pressionarem as autoridades brasileiras com o envio de um navio de guerra para ajudar o cônsul Vereker nas investigações e proteger a propriedade britânica. Esta medida estava em conformidade com a política externa britânica do século XIX, conhecida como a *diplomacia da canhoneira*.

Você também vai se comunicar com o almirante comandando as Forças Navais de Sua Majestade na estação, já que será desejável que um dos navios de Sua Majestade de guerra, se possível, visite a costa, onde o naufrágio

¹⁰² British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 582, Cônsul Vereker para a secretaria da Junta Comercial, 25 de junho de 1861.

(...) *Although many of the crates and some of the barrels had been manifestly broken by the force of the waves, many more were violently broken open and rifled of their contents; many barrels which had contained beer were this category; and every case and box had been burst open and robbed of all contents. A number had contained manufactured goods in tins, in most cases the tins had been cut open, and the contents taken away; but in others the tins been bodily carried off. I would call special attention to the seamen's trunks, all of which had been violently burst open, and not a single article left inside, and yet they appeared quite dry within, the paper linings of some not having been even soiled, leading to the suspicious that they had come safely in the boats (Tradução nossa)*

¹⁰³ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 583, Cônsul Vereker para Lorde Russell, 5 de julho de 1861.

¹⁰⁴ Idem, pp. 586.

ocorreu, tanto para auxiliar na recuperação e proteção da propriedade destruída, mas também, se a ocasião permitir, para cooperar no inquérito no qual o governo brasileiro, sem dúvida, instituirá sua comunicação com eles sobre este assunto.¹⁰⁵

O resultado inicial das investigações consistiu apenas na prisão de Mariano, um empregado do Juiz de Paz Bento Venâncio, já que outros dois empregados fugiram para o Uruguai. Por isso, o cônsul Vereker entrou em contato com o presidente da província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão¹⁰⁶, pedindo um maior rigor nas investigações. O presidente, por sua vez, respondeu as reivindicações de Vereker afirmando que tudo estava sendo feito para agilizar o inquérito do naufrágio e a recuperação dos corpos.

Houve diante de mim a expedição que Vereker, cônsul de Sua Majestade Britânica, na cidade de Rio Grande, contou a mim no último 28 de junho, dizendo que, embora o delegado de Polícia do distrito de mesma cidade tenha sido conduzido com presteza e energia, respeitando o seu pedido de que os corpos das pobres pessoas que naufragaram na barca Príncipe de Gales deveriam ser trazidos à cidade, onde chegaram apenas 4, enquanto o respectivo inspetor do distrito tinha afirmado a ele que o número dos que tinham sido enterrados era maior, e que, portanto, se a diligência necessária tinha sido empregada o resultado teria sido diferente. (Tradução nossa).¹⁰⁷

Com a ascensão do novo presidente da provincial do Rio Grande, Patrício Correa da Câmara¹⁰⁸, a postura das autoridades locais não foi alterada. Nos despachos

¹⁰⁵Idem, pp. 590. Lorde Russell para Evan Baillie, 6 de setembro de 1861. You will also communicate with the Admiral commanding Her Majesty's Naval Forces on the station, as it will be desirable that one of Her Majesty's vessels of war should, if possible, visit the coast where the wreck occurred both to assist in the recovery and protection of the property wrecked, and also, if occasion offered, to co-operate in the inquiry which the Brazilian Government will doubtless institute on your communication with them on this subject

. (Tradução nossa)

¹⁰⁶ Foi presidente da Província do Rio Grande do Sul de 4 de maio de 1859-17 de outubro de 1861. Exerceu, também, os cargos de ministro da marinha e da Guerra, e foi senador em 1871.

¹⁰⁷ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 585. Joaquim Antão Fernandes Leão para Cônsul Vereker, 11 de julho de 1861.

¹⁰⁸ Sucedeu Joaquim Antão Fernandes no governo da província do Rio Grande do Sul, período de 17 de outubro de 1861-16 de janeiro de 1862. O major e sargento-mor Patrício José Corrêa da Câmara foi vice-presidente da província em vários governos provinciais, e era filho do Tenente-General de Patrício José Correa da Câmara; primeiro Barão de Pelotas, em 1825, Visconde com honras de grandeza de Pelotas, em 1826. O Visconde de Pelotas, que nasceu em Portugal em 1744, teve importante atuação militar nas guerras fronteiriças entre Portugal e Espanha, na campanha do Rio Grande (1801) e nas campanhas de 1812 e 1816, sendo promovido a Tenente-coronel Comandante da fronteira de Rio Pardo e reformado Tenente-general. Com a Independência do Brasil, optou pela nacionalidade brasileira. Foi também Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Comendador da Ordem de Aviz e medalha das Campanhas do Sul. Fonte: www.fuj.com.br/files/5FMN6sqVPoiyex7.rtf. A respeito do tenente-general Patrício José Correa da Câmara e sua trajetória política e militar cf. HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 265-310.

entre o presidente e o chefe da polícia da província Dario Rafael Callado, podemos perceber que o discurso não era sobre o empenho nas investigações, mas na dificuldade de proceder com as mesmas. Os motivos relatados eram da ausência das testemunhas (muitos habitantes se recusaram a comparecer nas audiências justificadas por doenças)¹⁰⁹, poucos recursos e dificuldade de acessar o local do naufrágio.

(...) Eu tenho feito todo possível para o avanço deste processo, que não está sendo possível avançar, uma vez que seja necessário ter os depoimentos de testemunhas para formar a acusação contra o único culpado, que está na cadeia. Isso não pode ser obtido, porque tendo ordenado três vezes que várias pessoas do Albardão e vizinhança deveriam ser notificadas a comparecer nesta cidade todos eles se recusaram, eles não apareceram diante do oficial de justiça, fingindo que estavam doentes; alguns que podem saber algo se ausentaram para o Estado Oriental. Eu não tenho sido capaz de avançar nesse processo, para prejuízo da pessoa infeliz (talvez o menos culpado de todos), que está preso sem ver um fim neste processo, que, com atenção para as dificuldades com as quais luto e a ausência de recursos para esta investigação (...)¹¹⁰

As reivindicações do Cônsul sobre o empenho nas investigações, prisão dos culpados e até o ressarcimento dos gastos pelo funeral de alguns corpos foram cobrados do governo brasileiro nos meses seguintes. A situação ganhou novos rumos com a chegada dos navios britânicos, *Sheldrake* e *Forte*, comandados pelo capitão Saumarez. No despacho, o cônsul comunicou que as atribuições do Capitão Saumarez eram de cuidar do local do acidente e ajudar nos procedimentos do inquérito. No entanto, desde o momento da chegada da força militar britânica no Rio Grande do Sul, as autoridades brasileiras não reconheceram o capitão como um oficial conectado ao caso, com a alegação de não terem recebido nenhum comunicado oficial. Nos despachos subsequentes, Christie afirmou para Vereker que as autoridades do Rio de Janeiro foram avisadas.

Dirigi uma nota, de acordo com o seu conteúdo, ao ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros; e solicitei ao almirante Warren que enviasse uma das canhoneiras, agora sob seu comando, para o Rio Grande do Sul, um oficial capaz de lhe dar auxílio útil. Eu informei ao Governo brasileiro sobre meu

¹⁰⁹ O poder coercitivo das elites locais sobre a sua clientela acabava por melindrar as testemunhas. A respeito da relação do clientelismo e poder local no Império cf. GRAHAN, Richard. *Clientelismo e poder no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1997. Esta leitura de Graham foi criticada por José Murilo de Carvalho e Lilia Schwarcz. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext; SCHWARCZ Lilia M. *Um debate com Richard Graham ou "Com Estado mas sem nação: o modelo Imperial brasileiro de fazer política*. http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa3.html.

¹¹⁰ Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, Anexo-n.1, pp.13 . Despacho de Antonio Ferreira Garcez (policial) para Dario Rafael Callado. 18 de setembro de 1861.

pedido ao almirante Warren, e notifiquei que o oficial naval que pode ser enviado estará, de acordo com o desejo do governo de Sua Majestade, pronto para cooperar em qualquer investigação que pode ser instituída, se o Governo brasileiro assim desejar.¹¹¹

A postura do presidente de província era parecida com a própria postura dos ministros brasileiros em relação à Grã-Bretanha, ou seja, de impedir qualquer tipo de interferência militar nos processos políticos brasileiros. No mesmo dia que os navios chegaram ao Rio Grande do Sul, Christie abordou o ministro dos negócios estrangeiros, Benevenuto Augusto Magalhães Taques¹¹² pelas condições dos negros emancipados no Brasil. No despacho, Christie relatou novamente a negligência dos ministros Paranhos e Sinimbu em relação às demandas britânicas e a ausência de informações sobre as condições dos africanos¹¹³. Interessante notar que durante o processo do naufrágio, pelas correspondências do governo britânico, podemos perceber que a questão do tráfico era o centro das atenções de Christie em relação ao Brasil. Para a diplomacia britânica, o fim do tráfico não estava enfraquecendo a instituição escravista, e nem mesmo ajudando a libertar os negros que deveriam ser emancipados, pois, como já destacado, muitos ainda estavam em cativeiro.

O governo brasileiro criou decreto após decreto para sua vantagem e liberdade final; limitou o período de aprendizagem; ele agora intervém diretamente quando os emancipados são conhecidos por serem aprendizes de pessoas privadas para assegurar sua liberdade quando o termo de serviço acabar; em várias e crescentes instancias, como por exemplo, quando a condução dos aprendizes Africanos para estabelecimentos públicos e bons, lhes dá a liberdade antes da expiração de seu período de aprendizagem. Eu tenho diante de mim, em documentos público,s particularidades de um considerável número então restaurado à liberdade pelo Senhor Sinimbu em 1862.¹¹⁴

¹¹¹ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 607-608.

I have addressed a note, in accordance with its contents, to the Brazilian Minister for Foreign Affairs; and I have requested Admiral Warren to send one of the guns-boats now under his command to Rio Grande do Sul, with an officer capable of giving you useful aid. I have informed the Brazilian Government of my request to Admiral Warren; and have started that the naval officer who may be sent will, according to the wish of Her majesty's Government, be ready to co-operate in any inquiry which may be instituted, if the Brazilian Government should wish it (Tradução nossa)

¹¹² Ocupou vários cargos no Império. Foi presidente das províncias Rio Grande do Norte, Maranhão e Rio de Janeiro, além de várias pastas ministeriais. Foi ministro dos negócios estrangeiros entre 10 de julho de 1861 e 24 de maio de 1862, sucedendo Antonio Coelho de Sá Albuquerque.

¹¹³ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 613.

¹¹⁴ CHRISTIE, op. cit, pp. 22 e 23. It (the Brazilian government) has made decree after decree for their advantage and ultimate freedom ; it has limited the period of apprenticeship ; it now directly intervenes when the emancipated are known to be apprenticed to private persons to ensure their freedom when the term of service is over ; in many and increasing instances, as for example, when the conduct of the Africans apprenticed to public establishments is good, it gives them freedom before the expiration of their apprenticeship.. I have before me in public documents particulars of a considerable number so restored to freedom by Senhor Sinimbu in 1862 (Tradução nossa).

Portanto, a oposição do presidente da província do Rio Grande em relação à presença naval na região, era reflexa de uma mesma postura que o governo central estava desenvolvendo durante anos, seja pela questão comercial, seja pelo fim do tráfico de escravos. A justificativa do governo imperial era de manter a honra e a soberania nacional.

O ministro Marquês de Abrantes,¹¹⁵ sucessor de Taques, foi principal oponente de Christie. Político típico dos que floresceram durante o Império, provinha da aristocracia da terra, estudara na Universidade de Coimbra, e regressara de Portugal justamente a tempo de participar da revolução. Tendo viajado largamente pela Europa, chefiara uma missão especial na Grã-Bretanha, França e Prússia entre 1844 e 1846: Fora o promotor por várias vezes de planos passageiros visando estimular a emigração, o desenvolvimento da agricultura e a reorganização das finanças nacionais¹¹⁶. Neste tempo, 1862, quando se tornara o ministro dos negócios estrangeiros, respondeu as acusações de Christie sobre a lentidão do processo e da presença militar britânica na região do acidente comentou:

(...) Será que o Sr. Christie considera como exagerado ciúme a repugnância que é inspirada num povo pela intervenção de um governo estrangeiro em atos de exclusiva competência da soberania nacional? Sem dúvida que é irracional fingir que a ofensa ao patriotismo tem que tornar um povo desumano e injusto, embora isso tenha acontecido entre as nações mais civilizadas. Mas não pode ser contestado que dentre todas as nações nenhuma delas age, embora justo, realizada sob pressão externa, tenha sido considerada pelas pessoas comuns como prova de fraqueza e covardia. (A frase original estava muito mal construída.)

Na verdade, Sr. Christie, no mesmo dia em que foi oferecido ao governo brasileiro a cooperação de um oficial do esquadrão britânico, solicitou ao Almirante Inglês em Monte Video que mandasse tal oficial, o que foi feito antes do governo Imperial responder a oferta de Christie. Enquanto isso, Sr. Christie expressa surpresa que o Capitão Saumarez tenha tido tempo para alcançar Porto Alegre sem meu antecessor ter informado o Presidente da Província da visita (...)¹¹⁷

¹¹⁵ Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde com grandeza e marquês de Abrantes, foi um dos mais importantes políticos do Império brasileiro desde o primeiro Reinado. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, e descendente de uma poderosa família de senhores do engenho da região do Recôncavo baiano desde o período colonial, o Marquês de Abrantes recebeu diversos títulos, de Grande do Império a Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, foi deputado geral pela Bahia em várias legislaturas no 1º Reinado, Senador por Sergipe em 1837 e Conselheiro do Conselho de Estado. Ocupou vários cargos de ministros no II Reinado, e era o ministro dos negócios estrangeiros do auge da Questão Christie (período de 30 de maio de 1862 a 15 de janeiro de 1864).

¹¹⁶ GRAHAN, Richard. *Os Fundamentos da Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e Grã-Bretanha em 1863*. Tradução de Maria Lúcia Galvão Carneiro. São Paulo, Revista História, n.50, segundo trimestre de 1862, pp. 124.

¹¹⁷ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, Anexo n.1, pp.83.

No caso do naufrágio, o discurso das autoridades brasileiras era baseado em apenas um acidente e que os habitantes de Albardão não tiveram qualquer relação com a morte dos tripulantes. Inclusive, durante a presença militar britânica na região, tanto o cônsul Vereker quanto o capitão Saumarez reclamaram da ausência de novas informações, como também das publicações referentes à presença do capitão no local.

Tendo agora esperado neste porto desde o décimo instante para assistir e cooperar com você em sua investigação, em que o Presidente possa ordenar (de acordo com seu pedido); o Chefe de Polícia, tendo chegado aqui no décimo instante, e partido no décimo primeiro instante; nenhuma comunicação de qualquer tipo a respeito da investigação foi feita a você pelo Presidente ou autoridades Brasileiras, embora o antecessor fielmente nos promettesse em nossas entrevistas nos sétimo e oitavos instantes, que tal investigação deveria acontecer instantaneamente; e que o objeto de minha missão aqui tinha evidentemente se tornado pública, como testemunham os jornais diários.¹¹⁸

Um dos jornais mencionado pelo capitão Saumarez era o *Echo Sul*, fundado em 1856 na cidade de Jaguarão, transferindo-se para Rio Grande dois anos depois.¹¹⁹ A folha foi fundada por Pedro Bernardino de Moura que foi também um dos principais redatores da mesma. Nascido no Rio de Janeiro em 1828, trabalhou como jornalista em diversas folhas, como *Artilheiro*, *o Carijó* e *o Jaguareense*.¹²⁰

Na época do incidente britânico, seu editor, o alemão Carlos Von Koseritz revelou que a imprensa estava exagerando no que diz respeito ao naufrágio. E que a chegada do navio militar não interferia na soberania brasileira e não poderia ser relacionada com o *Aberdeen Act*.¹²¹ No mesmo jornal, o editor comentou que a condenação de três suspeitos foi concretizada depois que os navios da Grã-Bretanha já haviam partido e publicou que

Os princípios do direito das gentes (...) provam, que por parte, que por parte da Inglaterra não há o menor abuso de poder; que a sua reclamação é

¹¹⁸ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 625. Despacho do capitão Saumarez para Vereker, 16 de abril de 1862. *Having now waited in this port since the 10th instant to assist and co-operate with you in any inquiry which the President might order (agreeably with your request); the Chief of Police having arrived here on the 10th instant, and left on the 11th instant; no communications of any kind as to such inquiry having been made to you either by the President or Brazilian authorities, though the former faithfully promised us at our interviews on the 7th and 8th instant that such inquiry should instantly take place; and the object of my mission here evidently having been made public, as witness the daily papers (Tradução nossa)*

¹¹⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pp. 213.

¹²⁰ MARQUES (2010) op. cit., pp. 25.

¹²¹ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 629. Extrato do jornal *Echo Sul*, 7 e 10 de maio de 1862.

inteiramente justa e baseada sobre os sagrados princípios da Lei Natural; que ao nosso governo pertence sujeitar-se a essa reclamação e soffrer os efeitos da negligencia e corrupção das autoridades locais, que deixaram impunes os autores d'um delicto atroz e escandaloso cometido contra súbditos da nação ingleza.¹²²

Podemos perceber que o jornal se posiciona contra boa parte das autoridades locais e também dos outros jornais da região, *O Commercial* e o *Diario do Rio Grande*. Juliano Marques apontou que esses jornais tinham ligações com as autoridades policiais da região, pois o redator do *Diario do Rio Grande* era Antonio Estavão de Bitancourt, delegado de policia do Rio Grande no momento do naufrágio. E o próprio jornal *O Commercial* afirmou ser o órgão oficial da policia.¹²³ Os dois jornais salientavam a ingerência militar britânica na região e a perda de soberania do país.

Agora perguntamos nós: se a missão dos vapores de guerra inglezes é pedir uma explicação ao governo da província como é que deixaram-no subir rio acima! Das duas uma: ou essa noticia pecca por inexata, e sua missão é toda amigável, o que cremos, ou então o vapor Sheldrake cometeu uma violência.¹²⁴

Desse modo, é perceptível que os jornais desenvolveram representações sobre o naufrágio, e por meio de informações publicaram de acordo com seus interesses e influências políticas. Nos despachos finais sobre o acontecimento, o cônsul Vereker acusou as autoridades brasileiras de negligentes e também manipuladoras. Principalmente, no que diz respeito ao Juiz Bento Venâncio que era sogro do inspetor Faustino José da Silveira, ambos participaram efetivamente das investigações. Vereker suspeitou das ações de Faustino que andava sempre com homens armados e não permitiu a vista dos corpos dos tripulantes. O juiz Bento afirmou que não tinha poderes para permitir a referida vista e, além disso, o juiz viajou para Pelotas no mesmo dia da chegada do cônsul na região do acidente. Vereker afirmava que Bento queria se livrar dos produtos deixados pelo seu genro.¹²⁵

Mesmo diante das serias acusações do governo britânico, o ministro Abrantes não aceitou abrir um novo inquérito com a presença de um consultor da Grã-Bretanha, no caso o capitão do navio militar. O ministro afastou o subdelegado e o inspetor do

¹²²MARQUES, op. cit., pp. 26. *Echo do Sul*, Rio Grande, RS, 16 de maio de 1862.

¹²³Idem, pp. 38. *O Commercial*, Rio Grande, RS, 19 e 20 de maio.

¹²⁴Idem, pp. 32. *O Diario Rio Grandense*. Rio Grande, RS, 11 de abril de 1862.

¹²⁵British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 631-632.

distrito por negligência e não por roubo ou assassinato da tripulação do navio¹²⁶. No entanto, mesmo com a posição dura do governo brasileiro, Christie pediu para Abrantes considerar inicialmente um cálculo de uma indenização pelo roubo da carga do navio e criticou a postura do governo brasileiro pela ausência de informações sobre o caso, os reais motivos para a remoção das funções de Delfino Gonçalves e Faustino José de Oliveira e a condescendência das autoridades brasileiras em relação ao possível assassinato dos tripulantes.¹²⁷

A resposta de Abrantes não foi ao tom que o governo britânico gostaria de receber, pois o ministro brasileiro respondeu que o governo estava fazendo o possível para fazer justiça. No caso, a presença de um oficial de outro país não ajudava no processo das investigações e que os funcionários envolvidos com o incidente do naufrágio não foram removidos de suas funções pelo assassinato ou roubo da carga, mas sim pela demora em avisar as autoridades sobre o naufrágio do navio *Prince of Wales*.

Mesmo assim, a opinião do governo britânico era unânime em acreditar no assassinato da tripulação pelas autoridades locais brasileiras. Por exemplo, o Contra-Almirante Warren afirmou para Christie que as pistas encontradas como: os barcos salva-vidas na praia, as caixas quebradas e secas por dentro; o sumiço dos corpos dos tripulantes; as duas bíblias escritas em inglês encontradas na casa do Juiz de Paz, Bento Venâncio e as atitudes suspeitas do inspetor do distrito que estava com escolta durante a visita do Cônsul Vereker no local do acidente; eram decisivos para suspeitar que os tripulantes foram mortos e a carga do navio saqueada.¹²⁸

¹²⁶Idem, pp. 677-681.

¹²⁷Idem, pp. 682-685. Despacho de Christie para Abrantes, 23 de agosto de 1862.

¹²⁸Idem, pp. 713. Despacho do Contra-Almirante Warren para Christie, 23 de setembro de 1862.

1.4 A prisão dos marinheiros britânicos no Rio de Janeiro, o caso do “Forte”.

Figura 1: Navio britânico HMS Forte



(Fonte: Biblioteca Nacional da Austrália)

Antes mesmo das autoridades brasileiras e britânicas resolverem o incidente do naufrágio no sul do Brasil, no ano seguinte, outro evento tenso ocorreu que estremeceu ainda mais as relações já abaladas entre os dois países. No dia 17 de junho de 1862, três oficiais da marinha britânica, o clérigo George Clemenger, o tenente Eliot Pringle e o aspirante Geoffrey Hornby, tripulantes do navio *Forte*¹²⁹, foram presos na Tijuca devido a atritos com policiais brasileiros. Os oficiais estavam de folga e voltavam de um almoço no Hotel de Robert Bennett, na colina da Tijuca, quando encontraram uma cabine da polícia e se envolveram numa luta corporal com policiais brasileiros que resultou na prisão dos oficiais.

Os depoimentos dos envolvidos entraram em contradição durante as investigações. Um dos oficiais, o clérigo Clemenger afirmou que não insultou o guarda Braz Cupertino do Amaral, apenas perguntou “*Que quere você?*”, mas foi agredido e preso junto com seu tenente e um soldado. No depoimento o clérigo afirmou que falou sobre sua nacionalidade e profissão, no entanto, alegou que foi mal tratado e no dia seguinte foram escoltados e obrigados a andar até a delegacia de polícia no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Quando retornava de Tijuca para tomar o “machambomba” às 7 horas da manhã para o Rio, passando pela guarda de polícia, um sentinela veio até

¹²⁹ Em junho de 1861, assumiu o seu comando o já mencionado capitão Thomas Saumarez. Nesse mesmo ano o vice-almirante Warren tornou-se o comandante em chefe da estação naval do Rio de Janeiro.

mim e fez um movimento com seu mosquete e baioneta. Eu me dirigi a ele com as seguintes palavras “Que quere você?”. Ele imediatamente me acertou no peito com a coronha da sua espingarda, e fez uma tentativa de me apunhalar, ao mesmo tempo, chamando a totalidade da guarda, que se apressou até mim com baionetas e espadas, o sentinela referido golpeando-me uma segunda vez com a espingarda. Fui arrastado para a sala da guarda e colocado em confinamento até o oficial da guarda chegar e pedir uma explicação e meu endereço, o que forneci.

Na manhã de quarta feira eu fui posto sob uma escolta de sete soldados, polícia, e obrigado a andar até o Rio, embora eu tivesse pedido para ser autorizado a contratar um transporte, o que me foi negado. Na minha chegada à delegacia eu fui ordenado a dar meu nome e endereço, e depois fui confinado numa prisão cheia de homens e meninos da mais baixa classe da sociedade pelo tempo de duas horas, mas através da intercessão de Sr. Tupper fui removido para outra prisão um pouco mais limpa que a primeira; aqui eu permaneci por uma hora e meia. Eu fui então removido para a delegacia principal e tratado com toda cortesia necessária.

Na quinta feira de manhã, às 11 horas, um oficial veio até minha sala e nos informou que seríamos liberados, sem nos dar nenhuma informação do motivo pelo qual tenhamos sido confinados, ou qual acusação tinha sido levada contra nós.¹³⁰

No final do depoimento, o clérigo comenta que depois da intervenção das autoridades britânicas, o delegado de policia libertou os oficiais sem dar explicações sobre o processo criminal, principalmente do que estavam sendo acusados. Os depoimentos de Pringle e Hornby foram praticamente iguais ao do clérigo Clemenger.¹³¹

No entanto, a versão brasileira sobre o incidente era completamente diferente. O alferes Braz Cupertino do Amaral alegou que os oficiais estrangeiros estavam incomodando os transeuntes com varas de madeira e que depois entraram em atrito com os policiais brasileiros. Por esses motivos, os alferes Manuel Luis Teixeira e João Gonçalves da Silva precisaram usar a força para prender os oficiais. Durante o depoimento, Braz Cupertino pediu que os presos falassem seus nomes, mas que não foi

¹³⁰ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 643. *When returnig from Tijuca to take the “machambomba” at 7 o’clock for Rio, and passing by Police guard-house, a sentinel advanced towards me and made a motion with his musket and fixed bayonet. I addressed him in the following words, “Que quere Voce?”. He immediately struck me on the chest with the butt of his musket, and made an attempt to stab me, at the same time calling out the whole of the guard, who rushed on me with bayonets and swords, the aforesaid sentry striking ne a second time with the musket.*

I was dragged into the guard-room and placed confinement till the officer of the guard came and asked for an explanation and my address, which I gave him.

On Wednesday morning I was placed under an escort of 7 soldiers, policeman, and obliged to talk into Rio, though I had requested to be allowed to hire a conveyance, which was refused. On my arrival at the police-station I was ordered to give my name and address, and then was confined in a prison full of men and boys of the lowest grade of society for the space of two hours, but through the intercession of Mr. Tupper was removed to another prison something cleaner than the first; here I remained for one hour and a half. I was then removed to the head police-station and treat with every courtesy requisite.

On Thursday morning at 11 o’clock an officer came into our room, and informed us that we were liberated, without giving us any information why we had been confined, or what charge had been brought against us. (Tradução nossa)

¹³¹ Idem, pp. 645-646.

atendido. No dia seguinte, comentou que os oficiais britânicos foram removidos a pé para a delegacia no centro do Rio de Janeiro porque não receberam ordens para proceder de outra maneira. O depoimento de Manuel Teixeira e João Gonçalves foi bem parecido com o de Braz Cupertino, apenas acrescentaram que foi chamado o austríaco Rodolph Muller para ajudar na tradução da conversa. Contudo, na versão brasileira, os britânicos não colaboraram com o processo.

(...) Às 7 horas da noite no dia 17 do mês passado, 3 estrangeiros estavam vindo da Tijuca, disputando na estrada com os transeuntes, e com a patrulha, que na época estavam indo para suas rondas, apontando para eles com as varas que levavam e usando ameaças. Ao se aproximar do destacamento comandado pelo depoente, eles encontraram uma pessoa num cavalo, a quem eles pararam, verificando o freio, e foram nesta ocasião abusados pelo indivíduo, que seguia o seu caminho.

Em sua chegada à casa de guarda do destacamento que se situa um pouco além da estrada, subiram os degraus da casa, e se aproximando da sentinela, um deles, quem posteriormente eu soube ter o nome Clemenger disse para o sentinela em Português, “O que está fazendo aí?” e como o sentinela desejava que eles fossem embora, eles contaram que Clemenger disse que “os soldados brasileiros eram os únicos que só serviam para ser pegos pelas calças e jogados fora” e imediatamente levantando suas varas, eles começaram a bater no sentinela, que, se vendo atacado, chamou a guarda e fixou sua baioneta. (...).¹³²

Nas conversas entre o chefe de policia Agostinho Luiz da Gama com o ministro da Justiça João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, podemos perceber que o policial praticamente ratificou os depoimentos da versão brasileira sobre o acontecido. Acrescentou somente que os oficiais britânicos estavam bêbados, pois na noite tinham bebido duas garrafas de vinho Bordeaux e meia garrafa de conhaque. Luiz da Gama ainda confirmou a versão de que os se recusaram a dar suas identidades, mas quando foram identificados com a ajuda do vice-cônsul britânico Thomaz Hollocombe, os oficiais foram levados para celas especiais e depois liberados.¹³³

Logicamente, a réplica dos oficiais estrangeiros rejeitou todas as acusações das autoridades brasileiras. Os oficiais utilizaram a conta do hotel para mostrar que o nível de álcool não era capaz de alterar as funções de três homens e que o clérigo carregava um liquido espiritual em um frasco na hora do incidente. Também negaram as acusações de baderna e que não estavam levando varas de madeira, mas o clérigo estava com seu guarda-chuva. Por fim, afirmaram que foram maltratados pelos policiais

¹³² British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 656-658. Depoimento do alferes Braz Cupertino do Amaral.

¹³³ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 647-649, Thomas Hollocombe foi nomeado vice-cônsul britânico em 1851, cargo este que ocupou até 1865.

brasileiros mesmo colaborando com o tradutor com todas as respostas, e que escreveram uma carta para as autoridades britânicas, e que nunca chegou ao seu destino.

O depoimento de Robert Bennett, o dono do hotel, aponta para o consumo de três garrafas de Bordeaux e meia garrafa de conhaque e que não sabia se os oficiais tinham ingerido mais álcool no caminho até o encontro com os policiais brasileiros¹³⁴. O depoimento de Rodolph Muller, que era austríaco, e que foi chamado para traduzir as primeiras conversas entre os oficiais e os policiais brasileiros, destacou que os britânicos não falaram sobre suas posições na Marinha e que estavam sob efeito do álcool, sendo o clérigo o mais afetado.

Naquela noite de 17 de Junho ele, o depoente estando em casa, foi chamado pelo alferes que comandava o destacamento na Tijuca para ir falar com ele; e chegando à casa de guarda, aquele oficial lhe disse que 3 ingleses, então presentes, tinham sido feitos prisioneiros por quererem bater no sentinela, e como eles pareciam ignorar a língua portuguesa ele solicitou que o depoente agisse como intérprete, e para contar a eles a razão de sua prisão pela autoridade competente, e que dessem seus nomes. Com o depoente concordando, e tendo explicado a eles sua posição, eles responderam a ele com irritação sem declarar suas posições como oficiais da marinha Inglesa; posteriormente chamados a dormir onde não havia camas, porém, oferecendo voluntariamente suas próprias a eles, eles recusaram em aceitar, pois não poderiam acomodar os 3. Assim ele observou que os 3 ingleses não estavam em perfeito juízo, parecendo a ele que eles tinham bebido muito, o mais alto deles sendo o mais desordenado e irracional..¹³⁵

Perante a situação, a atitude do governo britânico, como já destacada, foi de exigir uma punição para os guardas que desrespeitaram seus oficiais. Além disso, o governo brasileiro deveria conceder uma declaração de desculpas pela falta de atenção e comprometimento com o incidente e uma advertência ao chefe de polícia Luiz da Gama que se intrometeu demais no processo e manipulou o ministro da Justiça, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

¹³⁴ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 662. Depoimento de Robert Bennett, 4 de junho de 1862.

¹³⁵ Idem, pp. 663. Depoimento de Rodolph Muller, 4 de junho de 1862. (...) That night of the 17 th of June last he, the deponent being at home, was called by the Ensign commanding the detachment at Tijuca to go and speak with him; and on his reaching the guard-house, that officer told him that 3 Englishman, then present, had been made prisoners for having wanted to beat the sentinel, and as they appeared to be ignorant of the Portuguese language he requested the deponent to act as interpreter, and to tell them the reason of their imprisonment by competent authority, and to demand their names. That the deponent complying therewith, and having explained to them his position, they answered him crossly without declaring their ranks as officers of the English navy; that they afterwards called for the beds to sleep that there were none, but that would voluntary cede his own to them, they refused accept it because it could not accommodate all the 3. That he observed the 3 Englishman not to be in their perfect senses, it appearing to him that they had drunk too much, the tallest of them being the most disorderly and unreasonable. (Tradução nossa)

Por esses motivos, Christie enviou um despacho para o marquês de Abrantes pedindo cópias dos documentos relativos ao processo e negando todas as acusações dos policiais brasileiros. O cônsul britânico citou que o chefe do destacamento não estava no momento do conflito e que os oficiais foram liberados sem acusações formais ou instauração de um inquérito organizado.¹³⁶

1.5 A Represália britânica

O embate entre o governo brasileiro e britânico continuou até o final de 1862. Lorde Russel instruiu Christie para resolver tanto o caso do naufrágio como da prisão dos oficiais. Entretanto, o marquês de Abrantes não aceitava as acusações promovidas pelo governo britânico, principalmente em relação à lentidão da justiça brasileira, já que onze suspeitos foram processados, mas nem todos presos. Além disso, o ministro brasileiro comentou que a presença de um navio de guerra britânico não acelerou o processo e sim prejudicou a estabilidade da região.

A posição da Grã-Bretanha era aceitar a arbitragem no incidente do naufrágio e a possível proposta brasileira de uma indenização para o dono do navio pelo roubo da carga e para a família dos tripulantes pelo roubo dos pertences pessoais. O dono do navio, Jonh Mckinnon, pedia uma indenização para o governo brasileiro pelo saque de sua carga. O comerciante mandou uma carta para o secretário de Lorde Russell, pressionando o governo britânico para apressar a resolução da questão que se arrastava por mais de um ano.

Eu esperei muito pacientemente, esperando que cada coluna me traria alguma compensação para a pilhagem das lojas e assassinato da tripulação do navio Príncipe de Gales pelos brasileiros, e os quais eu de novo relutantemente sou obrigado a chamar a atenção de Vossa Senhoria. É bastante evidente que medidas coercivas vão ser tomadas para obter reparação, e que deveria ter sido feito de uma só vez quando o ultraje foi cometido, e o qual eu sou fortemente da opinião que teria sido o curso adotado por qualquer outra nação.¹³⁷

¹³⁶Idem, pp. 670-671.

¹³⁷Idem, pp. 692. I have waited very patiently, expecting every post would bring me some compensation for the plunder of the stores and murder of the crew of the Prince of Wales ship by the Brazilians, and to which I again reluctantly am obliged to call your Lordship's attention. It is quite evident coercive measures will require to be taken to obtain redress, and which should have been done at once when the outrage was committed, and which I am strongly of opinion would have been the course adopted by any other. (tradução nossa)

Mostrando claramente, que o consulado britânico no Rio de Janeiro não agia por conta própria como foi acusado pelas autoridades brasileiras, Lorde Russell comentou:

Tenho, portanto, que instruí-lo para exigir do governo brasileiro a compensação pelas perdas que tenham sido ocasionadas ao proprietário do Príncipe de Gales pelo ataque à pilhagem dos destroços e tripulação. Sr. Stephens afirma para a carga e lojas, 5.500 l; mercadorias, 1025 l, no total 6.525 l. Mas a alegação não é atualmente sustentada por qualquer evidência suficiente; e seria caberia ao Sr. Stephens produzir uma estimativa devidamente autenticada do valor da carga e lojas; e se qualquer demanda deve ser feita para os bens pessoais pertencentes a qualquer passageiro a bordo, a evidência adequada sobre este ponto deve ser apresentada. Mas com o governo brasileiro admitindo o princípio, o Governo de Sua Majestade está preparado para aceitar uma arbitragem justa sobre a questão quanto ao montante real da indenização a ser feita, e eles vão deixar o mesmo árbitro ou árbitros determinar o montante da compensação a ser feita para os parentes das pessoas a bordo, cujos corpos foram retirados e saqueados.¹³⁸

Entrementes, no caso da prisão dos oficiais, a posição de Lorde Russell era inflexível. O governo acatou os depoimentos dos seus oficiais e exigia uma nova investigação, com uma acareação entre os envolvidos, a demissão do chefe do destacamento, uma punição para o policial que agrediu o clérigo Clemenger e um pedido de desculpa formal do governo brasileiro. Além disso, o chefe de polícia deveria ter uma censura pública pela condução do caso.¹³⁹

As instruções de Lorde Russell também foram enviadas para a força naval britânica que estava estacionada no Rio de Janeiro. Ainda no dia 8 de outubro de 1862, Russell pediu para Christie ficar de prontidão para uma possível organização de represálias ao Brasil.

Estou dirigido por Russell Earl para transmitir-lhe cópias de instruções que serão enviadas ao ministro de Sua Majestade no Rio de Janeiro pelos correios próximo dia 9, especificando o recurso que Seu Governo exigir do governo brasileiro pelos atos de suas autoridades nos casos do Forte e do Príncipe de Gales. Estou a pedir-lhe que coloque essas instruções diante dos comissários Lordes do Almirantado e mover seus senhores para comunicar-lhes o almirante na estação, e ao mesmo tempo, para dirigi-lo a colocar-se em

¹³⁸ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 689. “(...) *I have therefore to instruct you to demand from the Brazilian Government compensation for the losses that have been occasioned to the owner of the Prince of Wales by the wholesale plunder of the wreck and crew. Mr. Stephens claims for the cargo and stores, 5,500l; for freight, 1,025l; in all, 6,525l. But the claim is not at present sustained by any sufficient evidence; and it would be incumbent on Mr. Stephens to produce a properly certified estimate of the value of the cargo and stores; and if any demand is to be made for personal property belonging to any passenger on board, proper evidence on this point must be adduced. But on the Brazilian Government admitting the principle, Her Majesty’s Government are prepared to accept a fair arbitration on the question as to the actual amount of compensation to be made, and they will leave the same arbiter or arbiters to determine the amount of the compensation to be made to relatives of the people on board whose bodies were stripped and plundered (...)*.”(tradução nossa)

¹³⁹ Idem, pp. 691-692.

comunicação com o Sr. Christie, e para conseguir tal acordo com seus navios como deve admitir seu processo, se necessário, a represálias, em relação a qual as instruções serão enviadas pelo próximo correio.¹⁴⁰

A resposta do marquês de Abrantes, mais uma vez, não foi como as autoridades britânicas esperavam. Visto que, o ministro brasileiro argumentou que não existiam provas que os tripulantes no navio *Prince of Wales* tinham sido assassinados e que Delfino Gonçalves e Faustino José de Oliveira estavam envolvidos no incidente. Inclusive, Abrantes afirmou que as informações passadas sobre o afastamento dos funcionários públicos era uma cortesia do governo e que no final das contas, era o Parlamento brasileiro que deveria ser o árbitro da questão.

(...) O governo Imperial irá, em tempo devido, considerar seus procedimentos, não para o Governo de Sua Majestade Britânica, ou ao Sr. Christie, mas para o país representado pela Assembléia Geral Legislativa, o árbitro supremo só de seus atos. No entanto valiosa e digna de respeito pode ser a opinião do Governo de Sua Majestade Britânica, ou de qualquer outro Governo, certamente não se pode esperar ou fingir que isso pode condenar ou absolver atos praticados dentro dos limites de sua própria jurisdição por um Governo independente, como o Brasil se orgulha de ser.¹⁴¹

Em novembro de 1862, Lorde Russell enviou novo despacho para Christie ameaçando o governo brasileiro de intervir militarmente no país, caso as reivindicações não fossem aceitas. Embora, Lorde Russel tenha admitido que fosse uma ação em último caso.

Caso o Governo Brasileiro se recuse a consentir as exigências do Governo de Sua Majestade, em qualquer dos casos do Forte e Príncipe de Gales, e fosse evidente que a negociação ainda é inútil, foi determinado para cumprir essas exigências por represálias contra o Brasil. Neste caso, você terá que consultar com o almirante Warren quanto aos meios de execução dos objetos que o Governo de Sua Majestade tem em vista. O Governo de Sua Majestade é muito relutante em proceder a medidas extremas contra o Brasil, exceto como último recurso, e qualquer proposta por parte dela para a arbitragem sobre as

¹⁴⁰ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 692. Despacho de Hammond (funcionário do ministério dos negócios estrangeiros da Inglaterra) para o secretaria do Almirantado, 8 de outubro de 1862. *I am directed by Earl Russell to transmit to you copies of instructions which will be sent out to Her Majesty's Minister at Rio de Janeiro by mail of the 9th instant, specifying the redress which Her Government require from the Brazilian Government for the acts of their authorities in the cases of the Forte and the Prince of Wales. I am to request that you will lay these instructions before the Lords Commissioners of the Admiralty, and move their Lordships to communicate them to the Admiral on the station, and at the same time to direct him to place himself in communication with Mr. Christie, and to make such an arrangement with his ships as shall admit of his proceeding, if necessary, to reprisals, with regard to which instructions will be sent by the next mail. (tradução nossa)*

¹⁴¹ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, Anexo N.1, pp.95.

questões em causa podem se referir à consideração do Governo de Sua Majestade.¹⁴²

Como Lorde Russell não obteve uma resposta satisfatória, quatro dias depois, o ministro enviou outros dois despachos. O primeiro justificando que a intervenção militar poderia pressionar o governo brasileiro a fazer justiça.

Estas represálias podem ser na forma de apreensão de um navio, ou de uma parte do patrimônio público pertencente ao Brasil, a ser realizada como segurança até que o Governo brasileiro fez justiça nos respectivos processos, e depois foi restaurado para eles ileso. Mas, como esse curso pode levar a colisão entre os dois governos, pode ser preferível que o bens apreendidos sejam propriedade privada. Sobre este ponto, você vai, no entanto, consultar com o almirante Warren, a cuja discricção Governo de Sua Majestade vai deixá-lo ou decidir sobre as medidas a serem tomadas, caso infelizmente for necessário recorrer a represálias.¹⁴³

O segundo despacho, Russell pediu mais uma vez para Christie obter a lista dos emancipados que estavam sob cuidados do governo brasileiro. Comentou que muitos africanos serviram mais que o tempo acordado pela Comissão Mista assinada pelos dois países.

Eu tenho que instruí-lo novamente para chamar a atenção do governo brasileiro para as várias notas que você lhes dirigiu solicitando informações sobre o assunto do negro livre entregue aos cuidados do governo brasileiro pela Corte de Comissão Mista sob as disposições do tratado de 1826. Esses africanos todos serviram consideravelmente mais do que o tempo previsto pela Legislação Brasileira para seu aprendizado, e são, portanto, incontestavelmente intitulados à sua liberdade irrestrita; e você vai dizer ao ministro brasileiro que, como esses negros foram emancipados, sob os auspícios conjuntos do Governo britânico e brasileiro, o Governo de Sua Majestade se sentem na obrigação de ver que a fé é mantida com eles.¹⁴⁴

¹⁴² British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 717. *In case the Brazilian government refuse to comply with the demands of Her Majesty's Government, in either of the cases of the Forte and Prince of Wales, and if it should be evident that further negotiation is useless, it has been determined to enforce those demands by reprisal against Brazil. In this event, you will consult with Admiral Warren as to the means of carrying out the objects that Her Majesty's Government have in view.*

Her Majesty's Government are very reluctant to proceed to extreme measures against Brazil, except as a last resource, and any proposal on her part for arbitration on the questions at issue may referred for the consideration of Her Majesty's Government. (Tradução nossa)

¹⁴³ Idem, pp. 718. Despacho de Russell para Christie, dia 8 de novembro de 1862. (...) *These reprisals might be in the shape of the seizure of some ship, or of some portion of public property belonging to Brazil, to be held as a security until the Brazilian Government did justice in the respective cases, and then restored to them uninjured. But as such a course might lead to collision between the two Governments; it may be preferable that the property seized should be private property. On this point, you will, however, consult with Admiral Warren, to whose discretion Her Majesty's Government will leave it or decide as to the steps to be taken, should it unfortunately be necessary to have recourse to reprisals. (Tradução nossa)*

¹⁴⁴ British and Foreign State of Papers, vol.53, pp. 1319. (...) *I have to instruct you again to call the attention of the Brazilian Government to the several notes which you have addressed to them requesting information on the subject of the free black handed over to the care of the Brazilian Government by the Mixed Commission Court under the provisions of the treaty of 1826.*

Este último despacho de Lorde Russell comprovou, pelo menos em parte, a tese já mencionada anteriormente que mesmo durante os acontecimentos mais emblemáticos na relação do Brasil com a Grã-Bretanha, o tema da escravidão nunca foi esquecido e nem colocado de lado das atenções das autoridades britânicas¹⁴⁵. Ainda no mês de novembro de 1862, Christie enviou novas informações para Lorde Russell sobre a condição dos emancipados na fábrica de Ypanema em Itapura- São Paulo¹⁴⁶. Inclusive, comentou que o governo brasileiro publicou no Diário Oficial uma regulamentação sobre o trabalho dos emancipados¹⁴⁷. No mesmo despacho, Christie destacou que, mais uma vez, não recebeu qualquer informação do governo brasileiro em relação aos africanos.

O início do mês de dezembro assinalou a crescente piora nas relações diplomáticas entre os dois países. A *Royal Navy* estava de prontidão para uma possível represália.¹⁴⁸ Ainda no início do mês, Christie mandou um despacho para o marquês de Abrantes que gerou uma controvérsia diplomática na relação dos dois países, pois, na versão britânica, o despacho dia 5 de dezembro expressava um ultimato ao governo brasileiro para resolver a celeuma.

O Governo de Sua Majestade considera esta questão de forma séria, e não pode deixar tal ultraje sem reparação. Eu estou corretamente instruído para exigir do Governo Imperial:

1. *Que o alferes da guarda deve ser demitido do serviço;*
2. *Que o sentinela que iniciou o ataque deve ser adequadamente punido;*
3. *Que um pedido de desculpas seja feita pelo governo brasileiro por este ultraje a oficiais navais britânicos na estação de polícia do Rio, e seja publicamente censurado.*¹⁴⁹

These Africans have all served considerably more than the time prescribed by the Brazilian Legislature for their apprenticeship, and are therefore incontestably entitled to their unrestricted freedom; and you will state to the Brazilian Minister that as these negroes have been emancipated under the conjoint auspices of the British and Brazilian Government, Her Majesty's Government feel themselves in duty bound to see that faith is kept with them.(Tradução nossa)

¹⁴⁵ GRAHAN, op. cit., BETHELL, op. cit., MAMIGONIAN, op. cit.,

¹⁴⁶ RODRIGUES, op. cit., BERTIN, op. cit.,

¹⁴⁷ British and Foreign State of Papers, vol.53, pp. 1320-1321.

¹⁴⁸ British and Foreign State of Papers, vol.54, pp. 730.

¹⁴⁹ Idem, pp.734. Despacho de Christie para Abrantes do dia 5 de dezembro de 1862.

(...) Her Majesty's Government regard this matter in a serious light, and cannot submit to leave such an outrage unatoned for. I am accordingly instructed to demand from the Imperial Government:

1. *That the Ensign of the guard shall be dismissed from the service;*
2. *That the sentry who commenced the attack shall be adequately punished;*
3. *That an apology be made by the Brazilian Government for this outrage on British naval officers at the Rio police station, be publicly censured*

O cônsul enviou outro despacho no mesmo dia para justificar o ultimato, e também comentou que a o país estaria pronta para que uma arbitragem internacional determinasse a quantia a ser paga pelos prejuízos do naufrágio do navio *Prince of Wales*.¹⁵⁰ Contudo, para a diplomacia brasileira, o despacho foi interpretado como mais rodada de discussões entre os países, ou como os britânicos acusaram, mais uma forma do governo brasileiro protelar o problema. Isso porque, até dia 24 de dezembro, Abrantes ainda não tinha enviado uma resposta sobre o despacho do dia 5 de dezembro.

(...) Having asked the Marquis of Abrantes to endeavour to answer me by the 20th, I arrived in Rio on the morning of that day, and not finding answers waiting for me, I sent Mr. Brodie to the Secretary (João Batista Calógeras) of the Marquis, to ask when I might expect answer in the case of the Forte was not quite ready, a reported this Marquis (...).¹⁵¹

Somente no dia 29 de dezembro foi que o ministro Abrantes respondeu as inquirições de Christie. O ministro brasileiro mencionou os encontros que o cônsul teve com seu secretário, João Batista Calógeras, durante o mês de dezembro. No despacho, Abrantes esclareceu que acionou a Legação brasileira em Londres para facilitar as negociações com o governo britânico. No entanto, a resposta de Christie era que não havia mais tempo para que o cônsul brasileiro em Londres Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, pudesse resolver a situação¹⁵². Interessante notar que o próprio ministro brasileiro recebeu a informação do cônsul britânico que existia uma movimentação do Almirante Warren no porto do Rio de Janeiro, mas que não era uma ameaça a situação diplomática dos países. Como sabemos dois dias depois, o mesmo almirante organizou as represálias britânicas na Baía de Guanabara.

Em virtude da pressão do governo britânico nas questões do naufrágio e a prisão dos oficiais, e com a possibilidade da utilização da famosa “*diplomacia da canhoneira*”, o marquês de Abrantes comentou que, mesmo com as provas a favor do Brasil, a arbitragem internacional poderia ser o melhor caminho para resolver a celeuma. No despacho para Christie, o marquês de Abrantes declarou:

1. (...) Que o Governo de Sua Majestade o Imperador não pode nem deve aderir ao princípio da responsabilidade atribuída a ele, e contra a qual protesta em voz alta e categoricamente.
2. Peremptoriamente que ele se recusa a consentir ou intervir na liquidação proposta das perdas sofridas pelos donos da barca naufragada, e na indenização exigida pelos supostos assassinatos.

¹⁵⁰ *Ibidem*, pp. 735.

¹⁵¹ *Ibidem*, pp. 737. Despacho de Christie para Russell, dia 24 de dezembro de 1862.

¹⁵² A respeito da trajetória do barão de Penedo cf. BETHELL, Leslie e CARVALHO, op. cit. pp. 207-229.

3. Finalmente, que, se obrigado a ceder à força nesta questão pecuniária, ele vai pagar, sob protesto também contra a violência que pode ser oferecido a ele, qualquer quantia que o Sr. Christie ou o Governo de Sua Majestade Britânica escolher demandar.¹⁵³

Esta declaração foi enviada junto com dois extensos memorandos¹⁵⁴ com a versão final brasileira sobre os acontecimentos do naufrágio e a prisão dos oficiais. Mais uma vez, pelo ponto de vista do governo brasileiro, Abrantes deixou claro nos memorandos que o governo e as autoridades locais se empenharam ao máximo para resolver os incidentes. No processo do naufrágio, o inquérito foi instaurado, mesmo com poucas testemunhas, inclusive com o indiciamento de onze pessoas, a presença e pressão do capitão Saumarez atrasou mais do que facilitou o andamento das investigações. A acusação sobre o Juiz de Paz, Bento Venâncio era injusta, pois em posse de duas bíblias em inglês, o seu ajudante preso pelo roubo. Para finalizar, o memorando alegou falta de provas para provar que os tripulantes foram assassinados e que o governo brasileiro não tinha culpa das mortes e nem deveria pagar uma indenização, a não ser uma compensação de parte dos produtos que foram roubados.

No processo das prisões dos oficiais estrangeiros no Rio de Janeiro, o memorando relatou que Christie considerava os depoimentos dos brasileiros contraditórios e que deveria ser organizada uma acareação entre todos os envolvidos. No entanto, o chefe de polícia testemunhou que nenhum dos oficiais apareceu para acareação, e que todos os depoimentos das autoridades locais e das testemunhas comprovaram que os marinheiros eram os culpados. Além disso, como resposta a falta de inquérito ou indiciamento dos envolvidos, o chefe de polícia afirmou que não tinha motivos para fazê-lo, pois todos os envolvidos eram jovens e foi um excitamento do momento sem danos maiores.

A resposta não foi a qual o cônsul britânico esperava, tanto que no despacho dia 30 de dezembro para Abrantes, um dia antes do início das represálias, Christie comentou que não deu um ultimato final para o governo brasileiro, pois esperou um empenho das autoridades para resolver a questão. Logo depois avisou que não poderia receber mais as réplicas do governo imperial devido às instruções recebidas de Londres. No entendimento do ministro britânico Lorde Russell, a indenização reivindicada pelo governo não era pelo assassinato dos tripulantes e sim pela carga roubada. Os relatórios

¹⁵³Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, Anexo, N.1, pp.120.

¹⁵⁴ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 754-768.

do chefe de polícia (10 de março de 1862) apontaram que o inspetor que foi removido do seu cargo porque não relatou o naufrágio e soltou um prisioneiro, que foi detido com objetos do navio. Por fim, Christie afirmou que o governo brasileiro não tinha como aferir se os oficiais estavam bêbedos na hora do conflito com policiais do Rio de Janeiro. E também que não adiantava o Brasil apelar para seu representante em Londres, porque Christie apontou que estava seguindo todas as instruções do seu governo.

No fim do despacho enviado para Abrantes, Christie o avisou que iniciou o processo das represálias e explicou porque o governo britânico estava agindo dessa forma:

O Governo de Sua Majestade, embora eles seriamente esperassem que suas exigências fossem aderidas, parecia correto proporcionar a possibilidade de recusa; e o almirante Warren, o comandante responsável pela esquadra de Sua Majestade nesta estação, avançará imediatamente, sob instruções com as quais ele é fornecido, a tomar medidas para fazer represálias sobre a propriedade brasileira. A propriedade, que pode ser apreendida será mantida como uma segurança até que o Governo de Sua Majestade obter a satisfação que o Governo do Imperador totalmente e peremptoriamente recusou, a menos que eles sejam obrigados por força superior. Eu não preciso dizer a Vossa Excelência que as represálias são um “bem-entendido e reconhecido” modo entre as nações de obtenção de justiça de outra forma negada, e que eles não constituem um ato de guerra.¹⁵⁵

Na tarde do dia 30, o vapor de guerra HMS Stromboli partiu do porto da cidade do Rio de Janeiro e no dia seguinte foi à vez do HMS Curlew desatracar. Conforme instruções do almirante Warren, a missão desses dois navios era de capturar aleatoriamente embarcações brasileiras. O almirante Warren deu ordens para que os demais navios de sua frota fossem espalhados pelos principais portos brasileiros. Assim, o Sattelite foi enviado para a Bahia, o Dotterel para o Rio Grande do Sul e um terceiro para Pernambuco.

Com base nas ações da marinha britânica, percebemos claramente a caráter da “*política da canhoneira*”, quando não tinha suas demandas atendidas. Para as autoridades de Sua Majestade, as represálias pressionariam o Imperador brasileiro a

¹⁵⁵ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 773. (...) Her Majesty’s Government, though they earnestly hoped that their demands would have been acceded to, felt it right to provide for the possibility of refusal; and Admiral Warren, the Commander-in-chief of Her Majesty’s naval squadron on this station, will immediately proceed, under instructions with which he is furnished, to take steps for making reprisals on Brazilian property,

The property which may be seized will be held as a security until Her Majesty’s Government obtain the satisfaction which the Government of the Emperor have totally and peremptorily refused, unless they shall be compelled by superior force.

I need no tell your Excellency that reprisals are a well-understood and acknowledged mode among nations of obtaining justice otherwise denied, and that that they do not constitute an act of war (...) (Tradução nossa)

tomar uma posição favorável à Grã-Bretanha. Christie acrescentou que o fechamento do porto do Rio de Janeiro não era considerado um ato de guerra e que o Almirante Warren estava dentro dos limites do estado de paz. Por fim, o Cônsul britânico considerou que uma resistência brasileira aos atos da marinha britânica poderia levar a consequências terríveis.

As medidas que serão tomadas pelo almirante Warren estão dentro dos limites de um estado de paz. Cabe ao Governo do Imperador permanecer dentro destes limites ou transgredi-los. Na esperança sincera de que a paz não seja quebrada, e com um desejo ardente de um retorno a essas relações cordiais que a Grã-Bretanha sempre procurou cultivar com o Brasil, mas que não pode existir se o Brasil recusa perseverantemente a reparação por injustiças cometidas contra súdito britânico, eu rogo Vossa Excelência e aos seus colegas para lembrar que uma grave responsabilidade recairá sobre você, se a resistência violenta de represálias, ou medidas de retaliação ou lesões a pessoas ou bens britânicos na costa, deverá levar a outras deploráveis complicações. Almirante Warren vai usar todos os esforços possíveis para executar suas instruções de forma a evitar um conflito hostil.¹⁵⁶

Num discurso público, em frente à Praça do Comércio João Lins Vieira de Cansansão Sinimbu, atual ministro da Agricultura, Comércio e Obras públicas, atacou duramente a ação do senhor Christie, desqualificando-o e colocando-o como principal entrave entre as relações binacionais¹⁵⁷. A agressão violenta e outras ações promovidas por homens do governo público e nos jornais conseguiram “convencer” a opinião pública da Corte¹⁵⁸, que passou a olhar o embaixador Christie como “*persona non grata*”. Seguindo nesta linha, o *Diário Oficial* publicou nos dias 1 e 3 de janeiro insinuações de que os procedimentos adotados pelo Sr. Christie não eram aprovados

¹⁵⁶ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 774. (...) *the measures which will be taken by Admiral Warren are within the bounds of a state of peace. It rests with the Government of the Emperor to remain within these bounds or to transgress them. In the earnest hope that peace may not be broken, and with an ardent desire for a return to those cordial relations which Great Britain has always sought to cultivate with Brazil, but which cannot exist if Brazil perseveringly refuses reparation for wrongs done to British subject, I beseech your Excellency and your colleagues to remember that a grave responsibility will lie on you if violent resistance to reprisals, or measures of retaliation or injuries to British persons or property on shore, shall lead to further and deplorable complications. Admiral Warren will use every possible endeavor to execute his instructions so as to avoid a hostile conflict.*(Tradução nossa)

¹⁵⁷ COSTA, João Craveiro. O Visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1937), pp.117. <http://www.brasiliana.com.br/obras/o-visconde-de-sinimbu-sua-vida-e-sua-atuacao-na-politica-nacional/pagina/177/texto>. A respeito da “biografia como fonte para a compreensão das identidades políticas forjadas naquele período pela intelectualidade brasileira (...)”, e o papel das biografias publicadas na década de 1930 pela Editora Brasileira, TOLENTINO, Thiago Lenine T.. “*Monumentos de Tinta e Papel*”: *Cultura e Política na produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em História). UFMG. FFCH.

¹⁵⁸ Embora retrate um período de consolidação do Estado Imperial, a respeito da importância da Praça como locus para discussão política e da Imprensa como “criação de consenso” cf. MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Belo Horizonte, 2011. Tese de (Doutorado em História). UFMG. FFCH.

pelo de Sua Majestade Britânica e que o governo brasileiro não teve tempo para se defender das acusações britânicas. Toda esta campanha propagandista tinha como pano de fundo jogar a opinião pública brasileira contra o embaixador britânico, e a charge abaixo_ figura 1_ publicada na *Revista Semana Ilustrada* de 10 de janeiro de 1863, teve esse papel¹⁵⁹.

Figura 2: Charge anônima do Cônsul William Christie sobre um barril de pólvora segurando uma bomba com os dizeres: "direito das gentes"



(Fonte: Revista Semana Ilustrada de 10 de janeiro de 1863.)

A população do Rio de Janeiro entendeu o contexto político como uma ameaça direta a sua vida e independência, ainda mais insuflada pelos políticos imperiais. Até o imperador D. Pedro II, figura 2, participou das manifestações fazendo um discurso raro em praça pública repudiando as ações da marinha britânica.

Pelas 6 horas da tarde apareceu o Imperador dirigindo-se ao paco da cidade onde se reunia o conselho de ministros. O povo fremente de entusiasmo

¹⁵⁹ A respeito da produção simbólica das charges Cf. TELLES, Angela Cunha da Motta. *A produção Simbólica da Nação: A Semana Ilustrada na Cobertura da Questão Christie (1863)*. In: Idem. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860 e 1870*. Brasília: FUNAG, 2010, pp. 59-92.

cercou o carro imperial, rompendo em vivas e aclamações, e dando o espetáculo de um povo que na hora da aflição se ajunta em torno do chefe, em cuja mãos poe os seus destinos. Sua majestade apeou-se a porta do seu paco, e mostrando-se comovido falou ao ajuntamento que enchia o átrio. As palavras do imperador forao – que era ele primeiro que tudo brasileiro, e como tal mais do que ninguém empenhado em manter ilesas a dignidade e honra da nação, e que assim como ele confiava no entusiasmo do seu povo, confiasse o povo nele e no seu governo, que ia proceder como as circunstancias requeriam, mas de modo que não fosse aviltado o nome brasileiro.¹⁶⁰

Figura 3: População da capital Rio de Janeiro cerca o monarca D. Pedro II durante o episódio conhecido como Questão Christie¹⁶¹



(Victor Meirelles. Estudo para a Questão Christie, 1864)

A situação de Christie no Rio de Janeiro ficou muito complicada, e sua estratégia de defesa foi de responder as acusações de Sinimbu e, principalmente, tornar público todos os despachos entre os governos¹⁶². Com isso, ele pretendia demonstrar para a sociedade brasileira que as represálias não foram feitas sem explicações plausíveis. Christie comentou,

¹⁶⁰ Discurso do Imperador – Novo e Completo Índice Chronologico da historia do Brasil, p.226. Dia 29 de dezembro de 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>.

¹⁶¹ Victor Meirelles. *Estudo para a Questão Christie, 1864* – Museu Nacional de Belas Artes. É importante ressaltar que o quadro estava inserido na política de valorização da monarquia brasileira.

¹⁶² No despacho do dia 1 de janeiro de 1863, Abrantes prometeu que colocaria no Diário Oficial a nota de Christie, 5 de dezembro, mostrando para a população que o ultimato britânico não foi feito de ultima hora.

Sr. Sinimbu e eu provavelmente diferimos quanto ao significado do "ultimato". Eu entendo as minhas notas do dia 5 tenham contido o meu ultimato, ou melhor, o do Governo de Sua Majestade. No dia 22, sua Excelência foi informada por mim que eu tinha instruções no caso de recusa a satisfação em me dirigir ao Almirante. No dia 29, recebi recusa definitiva de Vossa Excelência de toda a satisfação, exceto sob força, e minha última nota, de data de ontem, que foi entregue em sua casa às 9 horas desta manhã, era simplesmente uma resposta a sua, do dia 29, e anúncio da natureza precisa das medidas que o Almirante levaria em consequência de sua recusa. Esta última nota, que o Sr. Sinimbu, devo dizer imprudentemente, chama de "ultimato", certamente não foi tomada por conhecida ontem na comunidade comercial, nem em qualquer parte dela até este momento, ninguém além de mim e de minha secretária.¹⁶³

Depois, em outro despacho, Christie acrescentou:

Eu sou obrigado a chamar a atenção de Vossa Excelência para comentários no "Jornal Diário" deste instante primeiro e de hoje fazendo uma distinção, com referência a presente infeliz estado de negócios entre Legação de Sua Majestade e de Governo de Sua Majestade, expressando a convicção de que meu processo não será sancionado pelo Governo de Sua Majestade, e me acusando de apreensão em um pretexto para perturbar as relações amistosas entre Grã-Bretanha e Brasil. Devo manter o Governo do Imperador responsável por estas e quaisquer observações futuras semelhantes em seu diário oficial. Não deveria ser necessário lembrar que eu sou ministro de Sua Majestade Britânica credenciada para o seu Soberano agosto em uma carta Real desejando que a fé deva ser dada a todos a partir de Governo de Sua Majestade, e eu vos disse muitas vezes, em palavras e por escrito, de que estou agindo sob instruções de meu governo.¹⁶⁴

Ainda no último dia do ano de 1862, Abrantes e Christie trocaram despachos sobre as motivações de suas posições políticas. Abrantes respondeu que depois do dia 5

¹⁶³ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 776. (...) *Senhor Sinimbu and I probably differ as to the meaning of the "ultimatum". I understand my notes of the 5th to have contained my ultimatum, or rather that of Her Majesty's Government, On the 22nd, your Excellency was informed by me that I had instructions in the event of refusal satisfaction to address myself to the Admiral. On the 29th, I received your Excellency's final refusal of all satisfaction except under force, and my last note, of yesterday's date, which was delivered at your house at 9 o'clock this morning, was simply a reply to yours of the 29th, and announcement of the precise nature of the measures which the Admiral would take in consequence of your refusal. This last note, which Senhor Sinimbu, I should say unadvisedly, calls an "ultimatum", was certainly not know yesterday in the commercial community, nor is any part of it know to this moment to anyone but myself and my secretary (...)(Tradução nossa)*

¹⁶⁴ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 788.. *I am obliged to call your Excellency's attention to remarks in the "Diario Official" of this 1st instant and of-to-day making a distinction, with reference to the present unhappy state of affairs, between Her Majesty's Legation and Her Majesty's Government, expressing a conviction that my proceedings will not be sanctioned by Her Majesty Government, and charging me with seizing on a pretext for disturbing the friendly relations between Great Britain and Brazil. I must hold the Government of the Emperor responsible for these and any future similar remarks in their official journal. It ought not to be necessary to remind you that I am minister of Her Britannic Majesty accredited to your august Sovereign in a Royal letter desiring that faith shall be given to all I say as from Her Majesty's Government, and I have said to you many times, in words and in writing, that I am acting under instructions from my Government.*

de dezembro não enviou uma proposta diretamente para Christie, porque acreditava que poderia apelar diretamente para o governo de Sua Majestade. O cônsul britânico respondeu que daria para fazer uma proposta entre os dias 5 e 29 de dezembro, e que o governo brasileiro falava em fazer um pagamento sob protesto, mas nunca o fez.¹⁶⁵

No dia 3 de janeiro, Abrantes comunicou a Christie que o Brasil pagaria a indenização sob protesto, e que aceitava a arbitragem internacional. A posição do governo brasileiro seria válida apenas quando as represálias fossem finalizadas. O marquês de Abrantes declarou:

(...) e, por último, em testemunho da inteira confiança que se passa na justiça da sua causa, o Governo Imperial, ao ratificar a declaração feita na minha nota de 29 de dezembro último, quanto à questão da barca Príncipe de Gales, estará pronta para transmitir instruções adequadas para o Ministro do Brasil em Londres, para entregar, sob protesto, e nos termos da referida nota, qualquer soma que o Governo de Sua Majestade Britânica pode exigir. E com relação à questão dos oficiais da fragata Forte, em aceitar as sugestões feitas pelo Sr. Christie, em sua nota do dia 1º a cerca de uma arbitragem, o Governo Imperial terá o cuidado de informar o Sr. Christie da escolha de um árbitro para decidir esta questão (...)¹⁶⁶

A declaração de Abrantes foi decidida na reunião do Conselho de Estado, composta pelo visconde de Jequitinhonha, Bernardo de Sousa Franco, Cândido Batista de Oliveira, visconde do Uruguai, visconde de Abaeté, João Paulo dos Santos Barreto, Manoel Felizardo de Sousa e Melo, visconde de Sapucaí, visconde de Itaboraí, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara e José Antônio Pimenta Bueno¹⁶⁷. O acordo final foi acertado no dia 5 de janeiro,¹⁶⁸ inclusive com barcos que partiram para o norte e sul do país para divulgar a notícia. Christie acabou lamentando pelo fato do acordo não ter saído em órgãos oficiais, mas apenas em jornais e artigos ressaltando a vitória do governo brasileiro sobre a Legação Britânica.

No dia 7 de janeiro, Abrantes comunicou para Christie que D. Pedro II escolheu o rei da Bélgica, Leopoldo I, para ser o árbitro das questões pendentes entre os países. Por ser tio materno da rainha Vitória, o governo britânico não encontrou dificuldades em aceitar o rei belga como árbitro internacional.

¹⁶⁵ Idem, pp. 777-782.

¹⁶⁶ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro 1862, Rio de Janeiro 1862, Anexo, N.1, pp.148-149.

¹⁶⁷ ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864. Ata do Conselho de Estado, 5 de janeiro de 1863, pp.206.

¹⁶⁸ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 793.

As repercussões das tensões diplomáticas no Rio de Janeiro, na virada do ano de 1862, podem ser percebidas nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã Bretanha. Mesmo sem prejuízos materiais, o governo imperial quase expulsou Christie do país, mas preferiu temporizar e resolver a situação de forma política. Para Christie, no final de contas, o resultado foi positivo, pois as repercussões dos atritos não geraram problemas comerciais entre os países, pois este continuou a crescer principalmente as importações brasileiras para a Grã-Bretanha conforme a tabela 1.¹⁶⁹

Tabela 1: O Comércio Importador e Exportador entre o Brasil e GB (1860-1863) (libras)

	1860	1861	1862	1863
Imports	2, 200, 000	2, 600, 000	4, 400, 000	4, 500, 000
Exports	4, 500, 000	4, 500, 000	3, 700, 000	3, 900, 000 ¹⁷⁰

(Fonte: CHRISTIE, William Dougal .Notes on Brazilian Questions, London: Macmillian and Co, 1865, pp.129.)

Christie comentou também que desde as represálias, a postura do governo brasileiro mudou em relação às informações passadas sobre a condição dos emancipados. Se antes, os cônsules britânicos reclamavam da ausência de informações e da demora do governo imperial em resolver as questões relacionadas aos africanos, depois das represálias, o número de africanos emancipados aumentou e Abrantes estava muito mais solícito para responder as questões levantadas pelo governo britânico.

Não há dúvida que as represálias tenham tido efeito no Governo Brasileiro. Eu escrevi ao Lorde Russel, em 26 de Fevereiro de 1862, depois das represálias: “A atenção do governo brasileiro é, tenho razão ao acreditar, seriamente voltada ao mérito dos africanos livres.” E em 5 de março, eu escrevi, mandando uma resposta que eu tinha rapidamente obtido então: “Vossa senhoria vai observar que nesta ocasião eu tenha recebido uma resposta suficientemente rápida: desde as represálias o Marques de Abrantes tornou-se muito hábil em responder.”¹⁷¹

¹⁶⁹ GONÇALVES, Reinaldo. *Evolução das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra: 1850-1913*. Texto de discussão número 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁷⁰ CHRISTIE, op, cit. pp. 129.

¹⁷¹ Idem. pp. 21. There is no doubt that the reprisals have had an effect on the Brazilian Government. I wrote to Lord Russell, February 26, 1862, after the reprisals: “The attention of the Brazilian government is, I have reason to believe, seriously turned to this subject of the free Africans.” And on March 5, I wrote, sending an answer which I had then quickly obtained: “Your lordship will observe that on this occasion I have received a sufficiently prompt answer: since the reprisals the Marquis of Abrantes has become very prompt in answering.
. (Tradução nossa)

Por esses motivos, pretendemos problematizar e discutir os limites e avanços dessa política externa brasileira, e esboçar possíveis interpretações teóricas acerca das ações, projetos e conflitos do Brasil com a Grã-Bretanha no capítulo três. Não buscaremos reproduzir parte do discurso produzido pelas autoridades imperiais da época em relação a uma postura independente brasileira. Porém, acreditamos ser fundamental aprofundar a análise sobre os impactos das represálias sofridas pelo Brasil e as subsequentes respostas promovidas pela diplomacia imperial e investigar o papel de Calógeras nesse processo.

Nesse capítulo final, buscaremos relacionar os desdobramentos do capítulo dois, principalmente de como as represálias foram tratadas pelo governo brasileiro. Pois, mesmo com o fim das operações navais britânicas no Rio de Janeiro e até mesmo com a solução dos atritos favoráveis ao Império no arbitramento internacional, D. Pedro II cortou relações diplomáticas com a nação mais poderosa na época, e correu o risco de colocar o Brasil em guerra.

2 Capítulo. A Trajetória do “velho” Calógeras na burocracia imperial.

2.1 Os primeiros passos de João Batista Calógeras no Brasil:

Nada mais improvável do que um indivíduo nascer na Grécia no início do século XIX, se formar em Paris e vir trabalhar no Brasil como um funcionário público. Ainda mais difícil, o mesmo indivíduo não só assistir, mas também participar de um dos momentos diplomáticos mais dramáticos de toda história brasileira, a Questão Christie de 1862. O nome desse indivíduo de história tão peculiar é João Batista Calógeras¹⁷²,

¹⁷² O uso da expressão “**velho**” foi utilizado para diferenciar João Batista do mais famoso da família, Pandiá Calógeras. O neto de João Batista foi político e historiador brasileiro nascido no Rio de Janeiro, que se tornou o único civil a ocupar o Ministério da Guerra no regime republicano, no governo (1919-1922) do presidente Epitácio Pessoa. Engenheiro, formado em Ouro Preto, realizou pesquisas geológicas em Santa Catarina e radicou-se em Minas Gerais, por onde se elegeu deputado federal (1897) e reelegeu-se para várias legislaturas. Projetou-se como autor com *As minas do Brasil publicado* durante uma de suas legislaturas (1903-1904). Nesse estudo, defendeu a tese, mais tarde consagrada como *Lei Calógeras*, que estabelecia a divisão da propriedade das minas, do solo e do subsolo, assegurando a desapropriação e o aproveitamento da lavra. Nomeado ministro da Agricultura (1914), no governo (1914-1918) de Venceslau Brás, estimulou a produção de fumo e algodão, procurou reorganizar o crédito agrícola, regular a propriedade das minas e remodelar os setores, pastoril e geológico. Deslocado para a pasta da Fazenda (1916), empreendeu campanhas de moralização da administração pública. À frente do Ministério da Guerra (1919-1922), primeiro civil a ocupar o cargo na história da República, trouxe ao Brasil a missão militar francesa. Afastou-se da política (1923), voltando à política como deputado na Assembleia Constituinte (1933), pouco antes de morrer em Petrópolis. Ver mais em: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

um sujeito histórico que não apresenta um perfil típico para se estudar as relações sociais no país, mas como afirmou Sabina Loriga, casos que se afastam da normalidade podem ajudar o historiador a refletir sobre os processos históricos envolvidos.

(...) não é necessário que o indivíduo represente um caso típico, ao contrário, vidas que se afastam da media levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social.¹⁷³

Esse capítulo sobre a trajetória de João Batista não tem a pretensão de elaborar uma narrativa histórica, mas desenvolver um modelo que possa ser verificável na configuração de um indivíduo e suas relações sociais.¹⁷⁴ Como apontou Nibert Elias no estudo da vida de Mozart,

(...) Mas o significado de tal experiência para o desenvolvimento pessoal de Mozart – e, portanto, para o seu desenvolvimento como músico, ou, colocando de maneira diferente, para o desenvolvimento de sua música – não pode ser percebido de maneira realista e convincente caso se descreva apenas o destino da pessoa individual, sem apresentar também um modelo das estruturas sociais da época, especialmente quando levam as diferenças de poder.¹⁷⁵

Calógeras nasceu no dia 2 de fevereiro de 1810 em Corfu, Grécia, cuja origem de sua família é originada da Europa do século V, mais especificadamente no Chipre. A ilha remonta a “cisão da igreja ortodoxa quando uma parte continuou apostólica romana e a outra mais numerosa aderiu ao credo oriental”.¹⁷⁶ Estudou em Bolonha e se formou em Direito na Universidade de Paris, local onde conheceu sua mulher, Lucila Elisabeth Maurel Lamy¹⁷⁷. Viveu por nove anos na França e se relacionou com a família de Jules Verne, do pintor Dunoyer de Segonzac e do banqueiro Jacques Laffite¹⁷⁸. Esse último foi “governador” do Banco da França em 1815 e duas vezes presidente do Conselho de Ministros da França durante o reinado de Luiz Felipe¹⁷⁹, e foi quem enviou João Batista

¹⁷³ LORIGA, Sabina. *A Biografia como Problema*. In: REVEL, Jacques (org.) op. cit. pp. 248.

¹⁷⁴ ELIAS (1995), op. cit. pp.18-19.

¹⁷⁵ Idem, pp. 19.

¹⁷⁶ Calógeras significa “bom velho”, “responsável pela idade”. CARVALHO (1959), op. cit. pp. 9.

¹⁷⁷ Idem, pp. 10.

¹⁷⁸ Jacques Laffite organizou a **Caisse Générale du Commerce et de l'Industrie** em 1838. KINDLEBERGER, Charles P. *Historia Financeira de Europa*. Barcelona: Ed. Critica, 1988, pp. 141-146. Segundo Carlos Gabriel Guimarães, esse banco e sua forma de organização serviram de inspiração para a organização da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. Cf. GUIMARÃES, op. cit.

¹⁷⁹ Jacques Laffite ocupou o cargo de primeiro-ministro da França no período de 2 de Novembro de 1830 a 13 de Março de 1831.

ajudar a organizar uma agência da Ralli Brothers no Rio de Janeiro.¹⁸⁰ Numa carta enviada a sua mulher, João Batista comentou,

Começamos a nos habituar com Temístocles (gerente da Casa Ralli no Rio de Janeiro). É um bom rapaz, e eu mesmo, ajudado pelos conselhos que nunca me faltam, estou ficando razoável. Há algum tempo que Leonardo (empregado da empresa) se mostra bem melhor a mim. Todos esses senhores estão embarcando café nesta época.¹⁸¹

A história de João Batista Calógeras e de sua família em território brasileiro iniciou-se no dia 7 de janeiro de 1841, com a vinda da França no vapor francês Henriette. João Batista e sua mulher tiveram três filhos, a saber: uma filha, que morreu precocemente no Brasil, e os outros dois filhos, Michel e Pandiá Calógeras, que nasceram em 1842 e 1847 respectivamente. Três anos depois de sua chegada, João Batista fundou o Colégio *Atheneo Fluminense* com o barão de Tautphoens. O jornal *Minerva Brasiliense* do dia primeiro de outubro anunciava o projeto educacional e elogiava o fundador, “verdadeiro “litterato philosopho, nascido na Grécia, nessa pátria de gênio e talento”. É importante ressaltar que o governo imperial concedeu uma sala da academia militar para as aulas, mostrando um canal de negociação política dos fundadores com o Estado Imperial.

No dia 18 de junho de 1847, em ofício dirigido ao Imperador, candidatou-se ao concurso de títulos para cadeira de história e geografia no Colégio Pedro II¹⁸². O imperador escolheu Calógeras como professor numa concorrência com outros quatro

¹⁸⁰ Não conseguimos encontrar fontes históricas precisas sobre o envolvimento de Calógeras na empresa comercial na sua chegada ao Brasil. Encontramos uma nota no *Diário do Rio de Janeiro*, dia 22 de junho de 1846, sobre a movimentação de três escravos pelo grego Calógeras. Entretanto, importante destacar que a firma “Ralli Brothers were the most senior, the wealthiest, and the most imperious of the Greek houses” na Inglaterra, no período de 1820 a 1860. Cf. HARLAFTIS, Gelina. *A History of Greek-Owned shipping: the making of an international Tramp Fleet, 1830 to the Present Day*. London: Taylor Francis, 2005, pp. 52; CHAPMAN, Stanley D. *Merchant Enterprise in Britain. From the Industrial Revolution to World War I*. Cambridge: Cambridge Um. Press, 1992, pp. 155-157.

¹⁸¹ Temístocles Petrocochino gozou de prestígio financeiro no Brasil. Foi o representante do Banco do Brasil na Comissão liquidante da firma Gomes e Filhos, na qual era colega de Ângelo Ferraz, que representava o governo, e do Visconde de Ipanema, representante do Banco Rural e Hipotecário GONTIJO (1959), op. cit. pp. 26. A casa bancária Gomes & Filhos era uma das maiores casa bancárias do Rio de Janeiro, e fechou as suas portas com a crise da casa bancária Souto & Cia em 1864. Cf. GUIMARÃES, op.cit.

¹⁸²CARVALHO (1959), op.cit. pp. 10-11. A respeito do projeto civilizatório do Colégio Pedro II, criado em 1837, pelo então ministro da Justiça, o regressista Bernardo Pereira de Vasconcelos, e sua importância enquanto escola de formação de intelectuais do Império cf. SCHWARCS, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999; SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

candidatos. O reitor do Colégio, Joaquim Caetano da Silva comentou sobre os motivos para a escolha de Calógeras:

(...) possuí bem as línguas e a literatura grega, latina, francesa, italiana, inglesa; é dotado de raro talento, de uma cabeça filosófica e grande facilidade de elocução e tem-se aplicado com muito proveito ao estudo da história. Pelo que o considero capaz de reger a cadeira com indisputável superioridade. Esteve dois anos em Bolonha e nove em Paris (...)¹⁸³

No Colégio Pedro II, a cadeira de história foi dividida entre José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre¹⁸⁴, Joaquim Manoel Macedo e Gonçalves Dias. Calógeras ficou com a área de Antiga e Medieval e seu discípulo mais notável foi Álvares de Azevedo. Em 1850, Calógeras pediu demissão para cuidar de sua saúde, pois sofria de gota, e foi trabalhar em Petrópolis no Colégio Kopke, fundando por Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Ao reitor do collegio de Pedro II, declarando-se que por decreto de 29 do mez passado se concedeo a João Batista Calógeras a demissão, que pedio, do emprego de professor da primeira cadeira de historia e geographia do ditto collegio, ordenando-se ao mesmo reitor que proponha pessoa idônea para aquele emprego.¹⁸⁵

Em 1851, João Batista, em sociedade com o barão de Tautphoneus¹⁸⁶, fundou o Colégio dos Meninos¹⁸⁷. A escola tinha nove professores de todas as matérias, inclusive com aula de escrituração mercantil (pouco comum em escolas do Brasil),

(...) no dia 22 de outubro, nesta cidade do Rio de Janeiro no escritório do tabelião Francisco José Fialho em cujo impedimento sirvo aqui perante uniu o aparecimento do outorgante o Conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão e como outorgado João Batista Calógeras e Barão de Tautphoeus, moradores nesta cidade, reconhecidos pelos próprios do tabelião e das testemunhas abaixo e ajuizadas e em presença pelo Outorgante em que foi dito que ele é senhor e possuidor de propriedade de casa em Petrópolis no lugar salatuia inferior, e dos prazos numero 6211 e 2212, que terão

¹⁸³ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 12.

¹⁸⁴ Em 1848, o visconde de Monte Alegre organizou o Ministério de 29 de setembro e foi presidente do Conselho desde 8 de outubro de 1849 até 11 de maio de 1852, dia em que se retirou do Ministério em que dirigiu os negócios do Império.

¹⁸⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 9 de setembro de 1850.

¹⁸⁶ Edwin Freiherr Von Tautphoeus, Barão de von Tautphoeus. Ficou conhecido como educador e mestre de intelectuais e políticos do Império e da República como Joaquim Nabuco e o Visconde de Taunay, que cursaram o colégio. Joaquim Nabuco dedicou um capítulo ao seu mestre. Cf. NABUCO, Joaquim Nabuco. *Minha Formação*. 9ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976. (cap. XXV, O barão de Tautphoeus)

¹⁸⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 17 de janeiro de 1851, Na instrução secundária da comarca de Nictheroy, comunicando que se concedera a Calógeras e barão de Tautphens licença para estabelecerem um collegio em Petrópolis, no Palatinato, com a clausula de cumprirem até o fim de fevereiro próximo futuro, as formalidades do 1, 2, 3, 4, 5,6 e 7 artigo do regulamento de 14 de dezembro de 1849.

contratado arrendas como de fato arrenda aos outorgados, para ali estabelecer um colégio(...)¹⁸⁸

Importante ressaltar que o colégio foi estabelecido no terreno do Conselheiro de Estado, Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, um dos principais líderes do Partido Conservador, e presidente do conselho de ministros do gabinete de 1853-1856, conhecido como o da Conciliação¹⁸⁹. Por isso, é fundamental nesse processo a identificação das redes de sociabilidade que se pode observar durante a vida de Calógeras, pois o poder político do indivíduo e o sucesso de sua carreira esta relacionado à capacidade de dar e receber favores.¹⁹⁰ O mapeamento das relações dentro das redes de sociabilidade trouxe à tona a estrutura da sociedade em que Calógeras pertencia¹⁹¹. Com isso, pretendemos iluminar questões mais abrangentes, como as formas hierárquicas do poder imperial, o funcionamento da burocracia ou ainda as relações entre centro e periferia, partindo da hipótese de uma racionalidade específica do mundo das elites políticas.

Nesse processo, as redes evidenciam a identidade do indivíduo e suas estratégias para se aproximar do poder, por meios formais ou informais como enfatizam Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha para o Antigo Regime de Portugal.¹⁹² Utilizando-se do conceito formulado por Marcel Mauss, na qual as práticas e as

¹⁸⁸Escritura de arrendamento de uma casa e dois prazos em Petrópolis que faz o Conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão a João Batista Calógeras e outros. IHGB, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1850, lata 747 pasta 6.

¹⁸⁹ A respeito da trajetória política e da atuação do conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, primeiro e único visconde com grandeza, conde e marquês de Paraná, na consolidação do Estado Imperial Cf. MATTOS, op. cit; SALLES, Ricardo., op., cit., MARTINS, Maria Fernanda. *O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)*. *Loccus: Revista de História*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 13, nº. 1, pp. 93-122, 2007.

¹⁹⁰ MARTINS, op.cit.

¹⁹¹ O conceito de redes de sociabilidade é entendido num duplo sentido, conforme destaca Michel Bertrand: 1.-“ uma estrutura construída pela existência de laços ou de relações entre diversos indivíduos”, que nos leva a reflexões quanto à sua forma, limites, “articulações ocasionais em subredes” e à identificação de tipologias de formas de redes. Isto é, a *pessoal* – construída exclusivamente ou predominantemente a partir de um indivíduo – ou as redes de *relações fragmentadas* – estruturadas em torno de vários centros; 2- um sistema de intercâmbios no seio do qual formam-se vínculos e relações que permitem a realização da circulação de bens ou de serviços – materiais e imateriais. São os intercâmbios realizados pelo grupo que caracterizam e qualificam os vínculos. Sua realização supõe que as trocas são transversais, isto é, afetam não somente as duas pessoas diretamente postas em relação no marco do intercâmbio, mas, também, repercutem nos vínculos e relações próximas aos demais atores”. Ver: BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociologia**. Num. 2. vol. 61, abril-junho de 1999. In: LACERDA, Antonio Henrique. *NEGÓCIOS DE MINAS: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Niterói, 2009. Tese de Doutorado em História. UFF-PPGH. pp. 34

¹⁹²Angela Xavier e A M Hespanha. *As Redes Clientelares*. In: José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.4, pp.339.

representações das redes clientelares, estes autores trataram de compreender os mecanismos políticos e sociais das sociedades europeias da Época Moderna e em suas colônias. A tríade “dar, receber e restituir” fundamentava as relações sociais e políticas de Antigo Regime. Segundo Hespanha, as mercês régias reforçavam o caráter corporativo da monarquia portuguesa, mas podemos incluir também a monarquia brasileira.¹⁹³

Essas permanências, tão bem retratadas por Sérgio Buarque de Holanda¹⁹⁴, estavam presentes nas cartas enviadas ao marquês de Olinda por João Batista Calógeras. Podemos perceber que Calógeras compreendia como funcionavam as relações sociais do período. Pois, em umas das cartas, João Batista comentou sobre o trabalho feito para o Estado¹⁹⁵ e pedia a proteção de Olinda para conseguir uma colocação que lhe fora prometida pelo imperador, como por exemplo, de cronista do Império.

Se apesar das estragas do tempo, ainda conserva o mappa algum merecimento por causa da sua senilidade peço a V. E. que se digna aceitar este fraco testemunho da minha veneração, desculpando, coma benignidade do sábio, a ousadia de tão tosca oferecimentos.¹⁹⁶

Em outra carta para o Marquês de Olinda, Calógeras comentou:

Com a retirada de Vossa Excelência fiquei sem amparo. O imperador tivera a bondade de recomendar a Vossa Excelência, recebi favores temporários e firmei esperanças de alcançar melhor posição (...)
Aguardava a ocasião de me dirigir pessoalmente a V. E (sem compreensão) barão de Pirassununga que terá a bondade de dizer q V. E não chegaria tão cedo, por isso, tomei a liberdade de lhe dirigir esta humilde letra (...) Pedi o emprego de cronista do Império, emprego que não existe , mas que o senhor posso talvez criar, fazendo-o depois aprovar pelas Camaras uma lei do orçamento. Julgo que nesta posição me acharia habilitado para prestar alguns serviços (...)
Talvez poderia ser igualmente incumbidos de algum consulado na Europa que conheças, assim como o Brasil (...) Ouvi também dispor que estará vago ao lugar de Diretor dos Arquivos do Império. Receberei com gratidão um destes empregos ou qualquer outro que V. E. julgue conveniente em confiar.

¹⁹³HESPANHA, A. M. *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal: Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

¹⁹⁴HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Herança Colonial- Sua Desagregação*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed.. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v.1, pp. 9-39.

¹⁹⁵O Marquês de Olinda, Presidente do Conselho e Ministro do Império, em 1858, encarregou João Batista Calógeras de investigar e coligir documentos relativos aos limites territoriais do Brasil. Ver em CARVALHO (1959) op. cit. pp. 29.

¹⁹⁶IHGB. Carta de Calógeras para Marquês de Olinda, 22 de março de 1857. IHGB, lata 214 e documento 88.

Peço unicamente que a minha humilde pretensão seja atendida com urgência.¹⁹⁷

2.2 O trabalho pedagógico-intelectual de João Batista Calógeras:

Por meio de suas aptidões pedagógicas e negociações políticas, Calógeras costurou relações com os mais imponentes políticos do Império e recebeu benefícios com essa aproximação. Como por exemplo, desse benefício dos serviços prestados a Coroa, foi aprovada pela Câmara uma ajuda pecuniária para o seu estabelecimento educacional, e que teve a visita do Imperador D. Pedro II em suas dependências.¹⁹⁸ O novo Colégio de Calógeras e Tautphoneus recebeu a visita de grandes políticos do império, e o *Correio Mercantil* do dia 29 de julho de 1851 dizia:

A comissão composta do Exm. Senhor Paulino José Soares de Souza, Visconde de Baependy e Conselheiro Dr. Torres Homem, nomeada pelos pais que tem seus filhos no colégio de Calógeras em Petrópolis, foi na sexta passada examinar aquelle estabelecimento, e consta que ficara muito satisfeita de ver a boa ordem em que se acha actualmente o dito collegio, o adiantamento de seus filhos e de todos os alumnos cuja educação esta confiada aos cuidados do Senhor Calógeras.¹⁹⁹

As competências pedagógicas de Calógeras citadas foram muito além das aulas dadas de História Moderna, literatura italiana e da direção do seu colégio. Tanto que João Batista traduziu e publicou em francês, *L'Oyapock et L'Amazone*, o Imperador comentou que equivalia a 100 mil homens postados em nossas fronteiras²⁰⁰. João escreveu a História da Idade Média, um livro obrigatório nos principais colégios do país e foi muito elogiado pelos intelectuais e políticos da época.

Foi publicado há pouco tempo o segundo volume do Compendio da Historia da Idade Media, do Senhor Calógeras. A sua leitura veio a confirmar o primeiro juízo que havíamos formado do trabalho do Senhor Calógeras, trabalho de grande mérito, que revela profundo e consciencioso estudo, e que é por sem duvida um titulo de muita gloria para seu autor. Aplaudimos o aparecimento do compendio não só pelo sentimento que nos leva a aplaudir o aparecimento de toda a obra de mérito, como também porque nele vimos já preenchidas algumas lacunas que estávamos habituados a encontrar nos compêndios franceses, os mais vulgares entre nós. A experiência nos fez

¹⁹⁷ IHGB. Carta de Calógeras para Marquês de Olinda, 19 de março de 1858. IHGB, lata 214 e documento 88.

¹⁹⁸ *Correio Mercantil*, dia 2 de maio de 1858 dizia: (...) visita do Imperador no Collegio Calogeras em Petrópolis, que hoje dirigem os Senhores Falleti e Scheneeberg, S. M. assistiu as diversas aulas de latim, francez, inglez e mathematicas, demorando-se das 10 horas da manha às 2 da tarde.

¹⁹⁹ *Correio Mercantil*, dia 29 de julho de 1851.

²⁰⁰ CARVALHO (1959) op. cit. pp.11.

conhecer de perto as dificuldades com que lutam os estudantes por falta de bons compêndios, mormente no estudo da Idade Média.²⁰¹

Segundo a *Revista Popular*, o livro era destinado aos alunos do Colégio Pedro II e o autor precisou se adequar aos planos de estudo da instituição e do plano de estudos elaborados pelo governo. Com o regulamento de 24 de outubro de 1857²⁰², Calógeras não tinha total liberdade de ação, tanto que os alunos do terceiro ano estudavam a Idade Média, o quarto ano estudava História Moderna e o sexto ano estudava História Antiga. Com isso, os alunos começavam o estudo pelo meio da história e não pelo começo.²⁰³ Além disso, João Batista também participou do plano pedagógico do Império que seria usado em sala de aula, e o Imperador, no seu diário ressaltou,

(...) Prescindindo do que as experiências dos reitores possa opor com razão as tabelas de Calógeras, acho-as preferíveis as apresentadas por aqueles pelos seguintes motivos(...) As horas de lição por dia são muito pouco nas tabelas dos reitores, mostrando o trabalho do Calógeras que seu plano reduz ainda as horas em relação aos planos de 1838, principalmente, de 1841 e de 1842(...)²⁰⁴

Logo depois, D. Pedro II comentou,

(...) A tarde estive a cá o ministro do Império (José Ildefonso de Sousa Ramos, segundo visconde de Jaguarari) com quem conversei longamente sobre diversos negócios de sua repartição. Ainda não estudou da reforma do regulamento do colégio de Pedro II senão o plano de estudos. Entreguei-lhe as minhas reflexões com que ele parece concordar, inclinando-se mais as opiniões dos reitores e do inspetor-geral, mas ficou de conferenciar com eles e o Calógeras (...)²⁰⁵

João Batista Calógeras colaborou com a *Minerva Brasiliense*, *Revista Popular*, *Eco do Brasil*, *Revue de Deux Mondes*, *Journal des Debats*, com artigos sobre a colonização, agricultura, política exterior, economia, finanças e escreveu sobre política educacional. Em todos os artigos, percebemos um refinamento intelectual, uma bagagem histórica formidável e um senso crítico sobre realidade vivida pelo país.

²⁰¹ Breves reflexões sobre o Compendio da Historia da Idade Media por João Batista, Cortines Laxe. Porto de Caxias, Typografia do Popular, 1861. IHGB, pasta 6.1.36.

²⁰² Decreto Imperial número 2006 – Aprovação Imperial do Regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Corte. Ver em *Colecao de Leis do Imperio do Brasil de 1857*, tomo XVIII parte I, Typographia Nacional, Rio de Janeiro. Extraído do sitio <http://books.google.com.br/books>.

²⁰³ Pinheiro, J. C. Fernandes, *Revista Popular- Compendio da Historia da Idade Media, Rio de Janeiro*, Garnier, 1959.

²⁰⁴ D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, vol.9, dia 16 de janeiro de 1862.

²⁰⁵ Idem, dia 17 de janeiro de 1862.

O tema dos artigos era variado, por exemplo, escreveu sobre as condições da Casa de Caridade em Petrópolis. Calógeras apontou as péssimas condições do Hospital, a falta de cuidado com a limpeza, a precária infra-estrutura do edifício, a quantidade de enfermos inferior ao número de leitos e a insuficiência de alimentos. No entanto, Calógeras não colocou a culpa diretamente no Estado, inclusive citou a ajuda substancial do Imperador a Casa de Caridade. No fim do artigo, percebemos que Calógeras tinha o objetivo de chamar a atenção para o presidente da província do Rio de Janeiro e dos deputados provinciais da necessidade de aumentar a verba para a instituição.²⁰⁶

Com relação à questão da caridade, Calógeras escreveu o artigo *Meandros*, descrevendo as condições do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e também o acordo dos marqueses de Abrantes, Olinda e Monte Alegre para formar uma comissão promotora do Instituto.²⁰⁷ Também escreveu um artigo sobre a *Comissão Científica Exploradora de Algumas Províncias do Império* em que destacava:

Que muito era que o nosso monarcha, que por sua posição e luzes se acha a frente de todos os progressos, conhecendo, que já podia o Brazil ser explorado por Brasileiros, desejasse ver executada esta patriótica empreza> Já o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e o nosso Museo tinham prestado relevantes serviços a Sciencia, quando foi nomeada a Comissao encarregada de explorar algumas províncias menos conhecidas do Imperio, especialmente as do Norte. Ora, um paiz que deseja e pode emprehender trabalhos desta ordem, sem prejuízo do ensino superior e de outras exigências igualmente indispensáveis, tem dado por certo um largo passo na carreira da civilização.²⁰⁸

Podemos perceber que os artigos de João Batista tinham um objetivo de não só analisar as questões fundamentais do país, mas também de agradar e receber benefícios do Estado Imperial. Como já destacamos a tríade “dar, receber e restituir” fundamentava as relações sociais e políticas de Antigo Regime que permaneceram junto ao Estado Imperial brasileiro.

²⁰⁶ Calógeras, João Batista. *Casa de Caridade e Hospital da Imperial Colônia de Petrópolis*. Revista Popular ano 1 e tomo 2. Garnier, 1959, p. 20. Em 1859, a província do RJ teve três presidentes, sendo o último, Ignácio Francisco Silveira da Motta, barão com grandeza de Vila Franca. Fazendeiro, filho do conselheiro Joaquim Ignácio Silveira da Motta e de D. Anna Luísa da Gama, era casado com dona Francisca de Vellasco Castro Carneiro da Silva, filha de José Carneiro da Silva, primeiro barão e visconde de Araruama (poderosa família de Quissamã), e de dona Francisca Antonia Ribeiro de Castro. Sua esposa era neta materna de Manuel Antonio Ribeiro de Castro, o último capitão-mor da antiga vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes, e primeiro Barão de Santa Rita. A respeito da rotatividade dos presidentes de província como estratégia de governo do Estado Imparal. Cf CARVALHO (1980), op. cit.

²⁰⁷ Calógeras, João Batista. *Meandros*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959, pp. 277.

²⁰⁸ Calógeras, João Batista. *Comissão Científica Exploradora de Algumas Províncias do Império*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959, pp. 124.

Calógeras redigiu ainda a biografia de Manuel Teodoro de Araujo Azambuja, um militar que foi presidente da província de São Paulo e Cônsul em Paris.²⁰⁹

Mal preenche a sua missão o historiador que para offerecer exemplos aos contemporâneos e a posteridade, procura unicamente os seus typos nas vidas dos homens proeminentes da sociedade, nas dos grandes estadistas e guerreiros; pontos culminantes que deslumbrarão a vista pelo esplendor da sua fama; muitas vezes rochas graníticas formadas por erupções violentas, que se erguem soberbas no meio das ruínas, que acompanharão a sua elevação. Não é desta fonte que o povo em sua pluralidade, o christão, o patriota, o homem honrado, o pae de família pode sempre tirar as melhores licções. A par da vida publica, existe o heroísmo da vida particular, heroísmo esta não de um momento e de uma certa occasião, mas de todos dos dias, de todas as horas, de todas as circunstancias; heroísmo que não consiste em subjugar o mundo, mas em se vencer a si mesmo para se conservar puro e fiel aos inconcussos princípios da moral e da virtude no meio das maiores difficuldades e, o que mais é, dos mais enfadonhos detalhes.²¹⁰

A justificativa de João Batista para organizar a biografia de Manuel Teodoro foge das tradicionais escolhas de grandes estadistas ou heróis. Calógeras criticava os historiadores tradicionais que se debruçavam sobre os homens mais importantes para escrever a história. Cabe ressaltar que nesta época, o alemão Leopold Van Ranke acreditava que não cabia o historiador fazer uma apreciação do passado ou a instrução de seus contemporâneos, mas apenas escrever o que se passou com o uso de documentos escritos, principalmente relacionados ao Estado.²¹¹

Calógeras achava que os maiores exemplos que a sociedade poderia se espelhar estava no heroísmo da vida particular e nas ações cotidianas que conservavam os princípios morais e cristãos. Não queremos mostrar como Calógeras estava à frente do seu tempo em relação aos métodos historiográficos, mas apenas mostrar suas opiniões e concepções de observar e interpretar a sociedade.

Além de questões ligadas a caridade, João foi um atento observador das questões econômicas do Império. No ano de 1857 estourou na capital uma grande crise econômica causada pela retomada das exportações russas de cereais. Essa situação gerou em Nova York uma espetacular queda dos preços das *commodities*, repercutindo em cadeia pela Europa Ocidental, atingindo bancos e bolsas.²¹² Calógeras observou,

²⁰⁹ *Diccionario Bibliografico brasileiro*, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. (1895), pp.124 e Inocência Francisco da Silva, vol.3 pp.299 e pp. 445.

²¹⁰ *Revista popular*, 17 de julho de 1860, pp. 171.

²¹¹ *Diálogo político*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979, pp. 181-207.

²¹² GUIMARÃES, Carlos Gabriel (1997) op. cit. pp. 211.

(...) a crise commercial de fins de 1857, que, partindo dos Estados Unidos, propagou-se nas praças da Europa, veio repercutir nas deste império. O cambio baixou de 26 ½ pence/mil réis a 23 pence/mil réis, e ao mesmo tempo forao elevados os descontos no Banco do Brazil a 10 e 11%. (...) O ministro poz a disposição do Banco 2,000 contos, que mandou tirar da caixa de amortização, para que pudesse reembolsar as suas emissões sem dar ouro. E para sustentar o cambio, encarregou a casa bancaria Mauá, Mac Gregor & Cia, o saque de 600.000 libras esterlinas sobre Londres.²¹³

Afonso E. Taunay em artigo sob o título “*Depoimento sobre a queda do Souto*”, no *Jornal do comercio* de 28 de julho de 1857, divulgou a carta de Calógeras para sua mulher, atestando o que ocorreu no Rio foi verdadeiramente perigoso para o próprio Trono.

Uma quantidade de firmas de primeira ordem suas credoras e portadoras de saques sobre sua casa, saques já vencidos, e imediatamente e como consequência da suspensão de pagamentos, saques estes em carteira de bancos em mãos de particulares, títulos por Souto descontados, muitas destas casas se achavam comprometidas, não se encontrando prevenidas para enfrentar tal antecipação inesperada e, aliás, forçada de compromissos

E mais adiante:

“A tal ponto chegou à agitação que as ruas, sobretudo aquelas onde se localizam os bancos tiveram de ser ocupadas por tropa. Houve quem pensasse em endereçar ao Imperador uma petição a fim de o obrigar a tomar enérgicas providências a fim de salvar o País. Seria levada a São Cristóvão pelas turbas no ímpeto caracteristicamente revolucionário. Esqueci-me de te contar que o Banco Rural e Hipotecário, o nosso principal estabelecimento de crédito após o Banco do Brasil, tendo em carteira dezesseis mil contos de réis de correntistas, estava na eminência de falir. Os únicos estabelecimentos não comprometidos pela crise foram o London and Brazilian Bank e Portuguese and Brazilian Bank.” Convocado pelo Imperador, o Conselho de Estado reuniu-se, tomando conhecimento da larga exposição feita pelos diretores do Banco do Brasil e Rural Hipotecário, que sugeriram providências ao governo.²¹⁴

Por estar dentro da burocracia imperial, Calógeras pode se debruçar na análise das relações internacionais da época. Em 1865, ele escreveu o artigo, *Política de Monroe*²¹⁵,

Nessas circunstancias, Monroe declarou, na sua mensagem ao congresso em Washington, que semelhante intervenção não seria tolerada; que os Estados Unidos respeitam o Statu-quo e não contribuiram para que os paizes da America, ainda sujeitos as potencias europeas, sacudissem o jugo; mas que também não permitiriam que, uma vez adquirida a sua independência, fossem de novo esses paizes subjugados pela prepotência europea.²¹⁶

²¹³ Calógeras, João Batista. *A Questão Bancaria*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959, pp.295.

²¹⁴ *Jornal do comercio* de 28 de julho de 1857, “*Depoimento sobre a queda do Souto*” de Afonso E. Taunay.

²¹⁵ O artigo foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, número 168, de 13/07/1865

²¹⁶ Cadernos do CHDD, ano II. Número 3/ Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 200, pp.353.

No mesmo artigo, Calógeras refutou a tese da necessidade de se formar uma liga americana contra um eventual ataque europeu. Ele salientou que por muitas vezes as potências europeias abusaram da força para impor a sua vontade em relação aos novos países na América.

A política europeia é um phantasma que muito se parece com os moinhos do herói da Mancha; não existe a tal política entre os Estados Europeus, basta ler a história, e até os jornais para ficar convencido desta verdade. O que há entre eles, é o que se encontra em todas as partes do mundo, inclusive na América, são alianças temporárias para um fim especial.²¹⁷

Por fim, Calógeras compreendeu a relação da Doutrina Monroe e o antigo medo dos países da América de sofrerem uma recolonização por parte da Europa. No entanto, Calógeras concluiu que o inimigo chamado “Europa” ou a Santa Aliança era uma ficção e não um problema real, em meados do século XIX.²¹⁸ Em 1866 escreveu o livro “*A Política Americana*”²¹⁹, para contradizer o estadista e diplomata chileno J. V. Lastarria plenipotenciário no Brasil e o governo argentino. Lastarria escreveu “*A América*” para responder o artigo citado acima. O diplomata peruano acreditava que o estado social da América era superior a Europa, existindo um antagonismo entre os dois continentes. Por isso, a América deveria criar uma liga defensiva contra a Europa, segundo Lastarria, apenas o Brasil e Argentina não compartilhavam dessa opinião.²²⁰

O livro de João Batista de 1866 foi uma réplica ao diplomata chileno, mostrando que a América não era toda harmônica devido à diversidade nas nações, criticando o sentimento anti-europeu no continente. Calógeras não aceitava um direito internacional apenas americano, mas sim de todos os países, construindo um novo conceito de soberania baseado em Monroe, fundamentalmente moralista e cristão.

No livro, Calógeras refutou a ideia da alteridade entre os povos da América e da Europa,

Não temos visto diz o autor, fundar diários e escrever livros para propagar a ridícula teoria de que a raça latina tem uma natureza diferente, condições contrárias às da raça germânica, e que portanto seus interesses sua ventura a obrigam a buscar seus progressos sob o amparo dos governos absolutos, porque o parlamentar não está a seu alcance? A que vem essa mentira! Bem sabemos, nós os americanos, que o princípio fundamental da monarquia

²¹⁷ Idem, pp. 355.

²¹⁸ Idem, pp. 354.

²¹⁹ Calógeras, João Batista. *A Política Americana*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1866.

²²⁰ Livro de José Lastarria, *La America*. Disponível em: <http://www.archive.org>.

européa, a base social, política, religiosa, e moral da Europa, é um principio latino, isto é, pagão anti-christão, o principio da unidade absoluta do poder, que mata o individuo, aniquilando os seus direi tos; porém, sabemos também que hoje não existem, nem podem existir, nem na Europa, nem na America, a raça latina, nem a germânica.²²¹

Nesse mesmo ponto, Calógeras reconhece que os americanos acabam por copiar alguns modelos e instituições europeias, mas não aceitava a tese de superioridade dos europeus sobre os americanos.

Certamente a Europa tem que imitar a America, e sobre tudo a America do Norte, a respeito de certos assumptos, e parece-nos que bastantes europêos distinctos Tocqueville , Laboulay Duvergier de Hauranne ,Stuart Mill e outros muitos tratam em suas obras de fazer conhecer aos europêos tudo que offerece de vantajoso a civilização anglo-americana. Parece pois que do mesmo modo deveriam proceder os americanos distinctos para com os seus considadãos, em relação aos progressos da Europa.²²²

No final de seu livro, Calógeras rechaçou a ideia que exista uma união dos países da América,

Pretende o Sr. Lastarria que as nações hispano- americanas formam entre si uma verdadeira entidade politica, que tem grande connexão com a sociedade anglo-mericana. S. Ex. excluiu apenas o Brasil da familia americana, por causa do seu proverbial antagonismo com os povos de origem hespanhola, e porque não se reconhece solidário com as republicas americanas, tanto por isso (por esse antagonismo), como principalmente pela contrariedade de suas instituições.²²³

A afirmação de Calógeras sobre as relações entre os países da América era baseada no dia-a-dia do seu trabalho. Segundo ele,

O pai Webb nos escreve cartas e mais cartas para nos dizer que é o melhor amigo do Brasil, e que teremos satisfação plena e inteira no caso do Watchussetts, mas ao mesmo tempo insinua que tal satisfação será bem mais completa e brilhante se lhes concedermos a linha de vapores entre os dois países. Esse bom homem perdeu a cachola. São cousas que se digam?Quando se trata de uma satisfação pela ofensa feita a nossa soberania, temos que comprá-la, mediante uma concessão num interesse particular?²²⁴

O pai Webb a quem João Batista se refere é o General James Watson Webb, ministro dos Estados Unidos no Brasil. Percebemos que Calógeras se revoltou com o evento ocorrido no dia 7 de outro, quando o cruzador *Wachusets* da marinha de guerra

²²¹ CALÓGERAS (1866), op. cit. pp. 5-6.

²²² CALÓGERAS (1866), op. cit. pp. 18 e 19.

²²³ Idem, pp. 141

²²⁴ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 134.

federal aprisionou o cruzador *Flórida*, ancorado na baía de Todos os Santos, conduzindo-o além das águas territoriais brasileiras. Mesmo com a violação aos princípios de Direito Internacional, o diplomata americano colocava as questões comerciais e econômicas acima do evento ocorrido. Por esses exemplos cotidianos no ministério, Calógeras não acreditava numa efetiva aliança dos países da América, principalmente os Estados Unidos que foi o “berço” da Doutrina Monroe.

O passo crucial de Calógeras para efetivar sua inserção na sociedade imperial se deu com o procedimento de naturalização em 1853. O processo foi concluído no dia 6 de julho de 1854 quando a Câmara concedeu a carta para Calógeras.²²⁵ Em 1855, Calógeras fundou seu próprio colégio e desfez a união com o barão de Tautphens.²²⁶

Figura 4: Propaganda do Colégio Calógeras.



Collegio Calogeras.

Previne-se desde já aos pais, que desde o começo do anno proximo futuro, serão as aulas deste estabelecimento igualadas com as do imperial collegio de Pedro II, limitando-se as materias do ensino secundario ás linguas latina, franceza e ingleza, ás mathematicas, historia, geographia, elementos de historia natural. rhetorica e philosophia; além destas haverá aulas particulares de allemão e escripturação mercantil, para os que se destinão á carreira administrativa e commercial, cujos alumnos poderão ser dispensados de alguns estudos classicos para mais se applicarem ás linguas modernas.

Não podendo haver mais de 12 alumnos em cada classe, já o director deu providencias para admittir habeis professores, além dos que estão leccionando, e augmentar as accomodações da casa em relação com os alumnos que possão concorrer.

Petropolis, 6 de outubro de 1856.

(Fonte: Correio Mercantil do dia 9 de outubro de 1856)

No dia 10 de julho de 1858, a família de Calógeras viajou para Londres para completar a educação de seus filhos.²²⁷ João Batista continuou morando no Brasil, mas viajava frequentemente para Europa a fim de matar as saudades da família e cuidar de

²²⁵ *Correio Mercantil*, 7 de julho de 1854.

²²⁶ *Correio Mercantil*, 14 de novembro de 1855.

²²⁷ *Correio Mercantil*, 10 de julho de 1858 cita a viagem da família de Calógeras a bordo do paquete inglês Avon para Lisboa.

sua saúde. A separação permitiu uma extensa troca de cartas de 1858 até 1875 entre Calógeras e sua mulher. Antônio Gontijo de Carvalho descreveu como são as sessenta cartas, “caderninhos de quatro páginas, papel de luxo com bordas douradas e escritas apressadamente na língua francesa sem revisão. Algumas locuções em italiano e expressões brasileiras. João batista mandava as cartas em forma de diário, pois o vapor só aparecia de 15 em 15 dias. Existem cartas incompletas e faltam às respostas de Dona Lucila Elisabeth, segundo a tradição da família, ela pediu para que seu esposo destruísse todas as cartas”.²²⁸

Um ano após a viagem de sua família, o Collegio Calógeras se transformou em Collegio Santa Theresa²²⁹, pois, João Batista transferiu o educandário para Bernardo José Falleti, seu antigo companheiro no Colégio Kopke.²³⁰ A mudança de vida se justificou por motivos de saúde, por isso sua entrada no serviço público.

(...) Vossa Excelência sabe que, em seguida dos meus desgostos, tive que para na vida pedagógica, e que nesta ocasião a Mão benéfica do Imperador tiram-me da prestação em que fazia, abrindo-me a carreira do funcionalismo (...)²³¹

2.3 O funcionário público João Batista Calógeras: “A vocação de todos”²³²

No contexto do século XIX, “o emprego público era procurado, sobretudo como sinecura, como fonte estável de rendimentos”, no dizer de José Murilo de Carvalho.²³³ Concordamos em parte com o autor, porque João Batista Calógeras percebeu que ser funcionário era ter não só uma renda garantida, *como também prestígio com a posição no campo burocrático-político*, ainda mais por ser estrangeiro. Trabalhos biográficos foram publicados por Coleções e Coletâneas, e como bem destacou Thiago L. T. Tolentino, estiveram “muito mais relacionados como fonte de produção de memória histórica coletiva”²³⁴. Entretanto, ao nível acadêmico, poucos trabalhos enfatizaram as ações e estratégias de indivíduos que possibilitaram sua ascensão na sociedade do Império brasileiro. Antonio Candido escreveu sobre a vida de Antônio Nicolau Tolentino,

²²⁸ CARVALHO (1959), op.cit. pp. 7

²²⁹ *Correio Mercantil*, 19 de janeiro de 1859.

²³⁰ CARVALHO (1959), op.cit. 167.

²³¹ Carta de João batista Calógeras ao marques de Olinda. IHGB, pasta 207, lata 87.

²³² NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império: Nabuco de Araujo: sua visa, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Garnier, 1899-1900.

²³³ Idem, pp. 56

²³⁴ TOLENTINO, op. cit. pp. 32.

(...) um burocrata imperial que saiu do nada e chegou a posições elevadas, capitalizando o esforço para conquistar apoios e praticamente reivindicando as vantagens com base no mérito. Não pretendo forçar generalizações, mas apenas contribuir para caracterizar um tipo social daquele tempo: o do alto funcionário que extravasa da burocracia sem, todavia chegar as lideranças²³⁵.

Em consonância com as palavras de Antonio Candido, também não pretendemos fazer generalizações, porém a trajetória peculiar de João Batista Calógeras contribuiu para o entendimento de um período complexo de nossa história. Neste sentido, concordamos com Giovani Levi, que criticando Pierre Bourdieu e o aprisionamento do indivíduo à armadura estrutural²³⁶, destacou que a biografia consiste no

Campo ideal para verificar o caráter intersticial - e todavia importante - da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.²³⁷

Ser funcionário público no século XIX dependia de muitos fatores. Podemos citar os favores, parentesco, família, títulos de nobreza, terras e diplomas que garantiam o acesso a burocracia imperial. Além disso, na visão de José Murilo de Carvalho, “a burocracia imperial eram várias. Dividia-se tanto verticalmente, por funções, como horizontalmente, por estratificação salarial, hierarquia e social”.²³⁸ A burocracia imperial era composta por militares, padres, advogados, professores universitários que tinham diferentes visões e projetos políticos para o país.

Segundo José Murilo, as burocracias mais profissionais eram a militar, judiciária e do clero. Constituíram corporações coesas e forneceram elementos com maior poder de barganha e atores centrais na política imperial. A burocracia civil era mais numerosa, heterogênea e não havia um corpo razoavelmente profissionalizado. O ponto máximo da carreira era o Conselho de Estado, no entanto, José Murilo reclamou da falta de informações dos escalões intermediários, como chefe de seção e oficiais que suportavam o maior peso administrativo da burocracia brasileira. João Batista pertenceu a essa estrutura, sendo primeiro oficial, diretor e chefe de seção da burocracia civil.

²³⁵ Ver mais em: CANDIDO, Antonio. *Um Funcionário da Monarquia. Ensaio sobre o Segundo Escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002, pp. 13.

²³⁶ BOURDIEU, op. cit.

²³⁷ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 2ª edição. Tradução de Luiz A. Monjardim, Maria L. L. V. de Magalhães, Glória Rodrigues e Maria C. C. Gomes. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 180.

²³⁸ CARVALHO (1980), op. cit. pp. 146.

Figura 5: Quadro de empregados da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ano 1867.

Quadro dos empregados da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.		
Primeira Directoria.	Director..... — Conselheiro Fausto Augusto d'Aguiar.	
	Sub-director.... — Bacharel Manoel Jesuino Ferreira.	
	Official..... — Dr. Joaquim Pinto Netto Machado.	
	Dito..... — Dr. Eugenio Augusto de Miranda Monteiro de Barros.	
	Dito..... — Major Artidoro Augusto Xavier Pinheiro.	
	Amanuense..... — Honorio Luiz Vieira Souto.	
	Dito..... — Bacharel Antonio Felizardo Copertino do Amaral.	
	—	
	Continuo..... — Marciano José de Oliveira Coutinho.	
	Correio..... — Antonio José da Cruz.	
Segunda Directoria.	Director..... — Dr. Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.	
	Sub-director.... — Dr. Domingos Jaey Monteiro.	
	Official..... — Candido Augusto Coelho da Rosa.	
	Dito..... — Bacharel João Franklin da Silveira Tavora.	
	Dito..... — Dr. Luiz de Almeida de Araujo Cavalcanti.	
	Amanuense..... — Guilherme Rodrigues de Moura.	
	Dito..... — Joaquim Borges Carneiro.	
	—	
	Chefe de Secção — (Addido) — João Baptista Calogeras.	
	—	
Continuo..... — Luiz Carlos Augusto.		
Correio..... — José Apollonio de Mendonça.		

(Fonte: Tabela extraída do Correio Mercantil, dia 15 de março de 1868)

Os funcionários públicos, que administraram os negócios do Estado, eram reflexos das transformações políticas, econômicas e sociais que o país assistiu no século XIX. Para José Murilo de Carvalho, uma das principais características do Estado Imperial brasileiro foi aproximação entre burocracia e a elite política imperial²³⁹, face o poder da elite ser originado da apropriação da propriedade e das prebendas patrimoniais do país. Como o poder político era fiscalizado, controlado e fornecido pelo Estado burocrático patrimonial, “as prerrogativas sociais como privilégios políticos não eram inerentes a um estrato de senhores, mas a um agregado de funcionários prebendários.”²⁴⁰

O Estado Imperial brasileiro seguiu uma lógica patrimonial de Weber²⁴¹, pois no país não existia distinções concretas entre os limites do público e do privado. Pela

²³⁹ CARVALHO (1980), op. cit. pp. 146.

²⁴⁰ URICOCHEA, op.cit. pp. 45.

²⁴¹ WEBER, Max. *Economia e sociedade; fundamentos de sociologia comprehensiva*. Vol. 2. Brasília. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. UNB, 1999.

ausência de recursos estatais e, em virtude do Estado não conseguir “estender seus braços a periferia”²⁴², o mesmo construiu a ligação por meio do patrimonialismo. Em outras palavras, o Poder Central, representado na figura do Imperador, concedeu benefícios em troca de favores²⁴³, e como exemplo dessa negociação política, que para José Murilo de Carvalho constituiu-se num exemplo das relações entre o Poder Central, as Províncias e os municípios, tivemos a milícia cidadã, a Guarda Nacional, controlada pela elite local.²⁴⁴

Como dito anteriormente, não temos certeza dos motivos que levaram João Batista Calógeras para a burocracia imperial. No entanto, podemos afirmar que João Batista já entendia a lógica patrimonialista da sociedade brasileira e das características do Estado burocrático. Por exemplo, mencionamos que Calógeras recebeu a visita de inúmeros políticos e do próprio Imperador em seu colégio. Esta instituição foi organizada no terreno do Honório Hermeto Carneiro Leão e, por esses motivos, acreditamos que Calógeras compreendeu que ser funcionário público era estar perto dos “donos do poder”, ou seja, da elite política.²⁴⁵

Mesmo não pertencendo ao extrato dos bacharéis, nem eclesiástico e militar, Calógeras viu no crescimento na carreira burocrática a possibilidade de ganho de capital simbólico, ficando cada vez mais próximo do poder, recebendo benefícios por isso. Tal postura, no que diz respeito de melhorar sua posição financeira, com acúmulo de funções e comissões, ficou explícita quando Calógeras comentou sobre a comissão e sua situação financeira para sua mulher no momento de mudanças ministeriais:

(...) Não há nada de novo, salvo a mudança no ministério. Na Fazenda, e interinamente no Império, o Senhor Ferraz; nos negócios estrangeiros, o Senhor Cansansão de Sinimbu; na Marinha, Pais Barreto; na Guerra, Sebastião do Rêgo Barros; na Justiça, o Senhor de Paranaguá. A mudança não ira prejudicar o nosso lugar no Ministério, mas a Comissão dos Limites não deixava de correr algum risco. Graças a Deus nada aconteceu. Penso que não poderia continuar a trabalhar para o Sr. Taunay, não é tanto por causa do cansaço, mas porque creio que ele anda um pouco apertado de dinheiro, de sorte que se ele não me mandar trabalho, não insistirei. Assim

²⁴² Cf URICOECHEA, op.cit.

²⁴³ CARVALHO(1980), op. cit. pp. 145.

²⁴⁴CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiapolitica/files/2012/02/Cidadania-tipos-e-percursos-Jose-Murilo-de-Carvalho.pdf>.

No tocante a Guarda Nacional e a relação Poder Central e Local há uma extensa bibliografia. Entre os vários trabalhos cf. FERTIG, André. *A Guarda Nacional e as relações entre os poderes Central e Local na província do Rio Grande do sul no século XIX*.

<http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/173/118>; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Lugar das Elites Regionais*. <http://www.usp.br/revistausp/58/07-miriam.pdf>

²⁴⁵ CARVALHO (2007), op.cit.

ficaremos com Rs.7:600\$000 certos por ano: Rs. 4:000\$000 do emprego, Rs. 1:800\$000 da Comissão, Rs. 1:800\$000 do Garnier.²⁴⁶

Nesta carta de Calógeras para sua mulher, podemos constatar a importância da renda como funcionário em relação ao montante recebido, mais de 50 % dos rendimentos anuais. Parte de seu salário era oriundo do trabalho feito na Comissão dos Limites do Império e a outra parte dos direitos autorais do livro *História da Idade Média*. Ainda na carta, João Batista comentou a situação com Teodoro Taunay (filho de Nicolau Taunay, célebre pintor que veio ao Brasil na Missão Artística em 1816) que foi cônsul geral da França no Rio de Janeiro.

Muitos funcionários públicos do Império brasileiro, face aos seus serviços, foram promovidos a oficiais e comendadores, recebendo a Ordem da Rosa, Cristo e Cruzeiro. Poderia ter seu nome anexado ao título de Conselheiro, como no caso do Conselheiro Tolentino estudado por Antonio Candido ou mesmo um Barão. No caso de Calógeras foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), recebeu a comenda da Ordem da Rosa, de Carlos III da Espanha, de São Leopoldo da Bélgica e os oficialatos da Ordem de São Mauricio e São Lázaro da Itália.²⁴⁷

Calógeras era um estrangeiro sem parentesco com famílias locais e com recursos limitados. Nesse caso, mesmo sabendo que ele criou alguns laços de amizade e contato político, podemos concluir que sua inserção social também tinha relação direta com seu esforço e competência que se acumulou durante sua chegada ao Brasil em 1841. Em 1859, Calógeras foi nomeado primeiro oficial da secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros.²⁴⁸ Em 1862 torna-se diretor na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e depois é alçado a primeiro oficial do gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo de maior relevo na época e que possibilitou sua participação na Questão Christie. O próprio Imperador comentou em seu diário,

(...) Albuquerque disse que escolhia o filho para oficial do gabinete, e eu observei que não era negócio do decreto e que não discordaria senão em continuar ele no lugar de juiz municipal, e em aumento de despesa. Albuquerque respondeu que se não pudesse ter seu filho por oficial passaria

²⁴⁶ Carta de Calógeras para sua mulher, dia 13 de agosto de 1859. Ver em CARVALHO (1959), op. cit. pp.25 e 26.

²⁴⁷ *Diccionario Bibliografico brasileiro*, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. (1895), pp. 124 e Inocêncio Francisco da Silva, vol.3 pp.299 e pp. 445.

²⁴⁸(...) *Ingressou, definitivamente, no funcionalismo, quando era presidente do Conselho o Visconde de Abaeté e Ministro do Império, Sergio Teixeira de Macedo*. Ver em: CARVALHO (1959), op. cit. pp. 29-30.

CARVALHO (1957), op. cit. pp. 29 e 30.

sem este auxiliar. Abrantes escolheu o Calógeras para oficial de gabinete e disse que não lhe daria mais de 1.400\$000.²⁴⁹

Entrementes, não vamos nos prender de forma superficial na ascensão de Calógeras durante sua vida. Porque, o nosso objetivo não é desenvolver uma trajetória segundo uma ordem cronológica de fatos ocorridos de forma lógica e racional. Principalmente, porque não adiantava apenas seu desempenho para alçar vãos maiores na burocracia. Tanto que em 1867, Calógeras escreveu uma carta para o marquês de Olinda pedindo a nomeação de chefe de seção, na secretaria de Estado de Negócios do Império.

Permitindo a providencia que a minha sorte dispensa de mais justo, do mais sábio, do mais imparcial dos homens, cheio de confiança a Vossa Excelência me dirijo, e só a Vossa Excelência para que se digna de tomar em consideração e que passo a expor. Já estou com 56 anos de idade, tenho cursado as aulas de três universidades na minha terra natal, na Itália e na França, há 26 anos que estou nesse bem aventurado país, onde fui acolhido como filho estimado, tenho consagrado os mais belos anos da minha vida para educar brasileiros que hoje figuram em posições distintas e honrosas com sacrifício das minhas fadigas incessantes sem tirar outro lucro senão a satisfação de ter cumprido conscientemente com o dever.

(...) Fiz tudo que de mim dispndia para merecer a confiança e a indulgencia dos meus nobres chefes, servindo-lhe sempre de chefe de seção interino na secretaria do império, nos 3 anos e dois meses que fui no gabinete do ministro dos negócios estrangeiros. Vossa Excelência dirá se tenho ou não cumprido com os meus deveres. Assegura-me a consciência que em algumas circunstancias os meus serviços foram úteis ao país.

(...) Mas, Excelentíssimo Marques, declaro sinceramente a V. E. que me dói no fundo da alma, ver-me na minha idade depois de tantas ...,tantos trabalhos, de tantos serviços, ver-me digo, em posição inferior ao meus próprios discípulos, alguns dos quais são chefes de seção, quando sou apenas primeiro oficial

(...) Foi que a mocidade progride, ao passo que a velhice recua, mas não creio ter chegado a época de degeneração. Tenho ainda em mim bastante energia para dizer alguma coisa aqueles que de mim receberam bases do desenvolvimento moral e intelectual.

(...) Confesso a V. E. que me sinto profundamente humilhado, de que serve os estudos, uma vida inteira de trabalhos pesados e árduos se o primeiro indivíduo que tiver boa letra ou que souber escrever quatro linhas, tem igual merecimento na vida de empregado publico ?²⁵⁰

Na carta acima, podemos analisar que a lógica para a ascensão na carreira burocrática no Brasil não era fácil. Mais de uma vez, Calógeras precisou usar seu contato político mais influente para conseguir um cargo melhor. Mesmo depois de anos servindo ao país e sendo presente no momento do rompimento diplomático com a Grã-

²⁴⁹ D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, vol.33, dia 3 de janeiro de 1862.

²⁵⁰ Carta de João batista Calógeras ao marques de Olinda. IHGB, pasta 207, lata 87.

Bretanha. Em outro momento, Calógeras frisou as ligações com a família real na obtenção de sua promoção,

(...) Bem julgais que, sem ser cortesão, sou grato pelas atenções constantes da família real para com todos nós e, ultimamente ainda, lembrai-vos, querida Mamãe (mulher de Calógeras) da maneira bondosa com que a graciosa princesa nos contou, em Petrópolis, como me fizera nomear chefe de seção? Fiquei profundamente penalizado com o que lhe aconteceu, e rogo a Deus que nos conserve essa querida criatura (...) ²⁵¹

Na visão de José Murilo de Carvalho, a fraqueza da burocracia imperial estava relacionada à própria montagem desse Estado, face à divisão interna da burocracia nos vários níveis dos poderes²⁵² e “troca de favores” não abrangia apenas nomeações e promoções. Os funcionários públicos envolviam-se em práticas que hoje seriam consideradas corruptas, embora continuem frequentes.²⁵³

Calógeras precisava se inserir no mundo das elites, por meio de suas funções públicas. Na visão de Maria Fernanda Martins, a elite brasileira era formada por grupos econômicos ligados aos novos setores (lavoura cafeeira) e a velha nobreza rural que controlavam o capital (político, econômico e social) e desenvolviam estratégias e alianças para manter o poder. Esses indivíduos eram políticos de diversas origens e tendências. Portanto, eram indivíduos que estavam inseridos em redes familiares e sociais, enraizados em sua maioria no Sudeste. No mesmo raciocínio, Maria Fernanda acredita que apesar dos políticos apresentarem uma situação social semelhante, não se constituiria em um grupo homogêneo, mas perseguiriam objetivos relativamente autônomos na consecução de seus interesses que se entrelaçariam no espaço da Corte imperial.²⁵⁴ Os funcionários públicos, como Calógeras, se digladiavam para sobreviver a esse domínio dos “donos do poder”.

Como explicou Antonio Candido,

(...) Por tabela, esta crônica de fatos talvez sirva para sugerir um dos modos pelos quais se configurou o comportamento burguês no Brasil moderno, a partir do recrutamento de pessoas das camadas modestas que, à medida que iam recebendo as vantagens da ascensão, assimilavam os interesses, o ideário e o modo de viver das camadas dominantes, perdendo qualquer veledade potencial (estrutura viável) de se tornarem antagônicas a elas. Finalmente, a

²⁵¹ GONTIJO, op. cit. pp. 268.

²⁵² MURILO (2007), op.cit., pp. 152.

²⁵³ Idem, pp. 160. José Murilo citou uma carta de João batista Calógera comentando a comissão ganha pelo filho por ter agenciado compras na Marinha.

²⁵⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

história dos funcionários deste tipo pode ajudar a esclarecer um aspecto pouco conhecido da vida política e administrativa do Império: a relação entre o primeiro escalão, iluminado pelos faróis da história, e o segundo, geralmente perdido para a memória da posteridade.

Essa “selva” chamada burocracia imperial não era fácil a sobrevivência, dependia muitas vezes de cálculos e estratégias políticas para receber os benefícios ao longo prazo. Calógeras destacou,

Dir-te-ei que minhas relações com o Sr. Conde d’Eu, por intermédio de sem amigo o General Conde Dumas, se estabeleceram naturalmente aos poucos, pelos serviços insignificantes que tenho tido ocasião de lhe prestar; ainda ontem mantive uma correspondência bastante agradável com S.A.I a propósito da recepção do Corpo Diplomático. Como o príncipe ainda não tinha função oficial, esse Corpo Diplomático não tinha que lhe fazer visitas (...). Entretanto, arrumei as cousas de tal maneira que o próprio Corpo Diplomático vai fazer a visita a convite do ministro. Isso causou boa impressão (...) Sabes o que me anima em tudo isso ?É a esperança de que, se eu pedir licença daqui a um tempo, ou uma comissão qualquer, o meu serviço poderá contribuir para que a obtenha, então será a ocasião do Conde d’Eu mandar dizer alguma cousa à sua família na Inglaterra.²⁵⁵

Com as investigações das fontes acessíveis, percebemos que o ápice da carreira de Calógeras aconteceu nesse período. No dia 14 de agosto de 1868 foi promovido à oficial da ordem da rosa.²⁵⁶ No entanto, como dito anteriormente, João Batista reclamava da gota que prejudicava sua vida profissional. Um ano depois da sua condecoração, o governo imperial concedeu um ano de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saúde na Europa.²⁵⁷

A década de 1870 não foi boa para João Batista, em suas cartas endereçadas ao filho Pandiá, ele comentou:

Não sei como está Mamãe, estou com a mesma doença que ela tem. A cura é demorada, e é bem aborrecida. O Dr. Lacaille que pus a par do assunto, tem muitos doentes em casa e não pode vir; enviou-me um certo líquido, que, tomado no momento apropriado, paralisa por algumas horas a diarreia, mas é preciso estar , cada duas horas, com a clarineta na mão, senão isso começa de novo.

Meu braço esquerdo está quase bom. Agora é só o pé esquerdo que me atormenta um pouco, mas não me impede de andar bem devagar. Que queres, meu caro homem? A velhice está chegando de verdade, e não é conversa fiada.²⁵⁸

²⁵⁵ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 109.

²⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 14 de agosto de 1868.

²⁵⁷ *Idem*, dia 29 de agosto de 1869.

²⁵⁸ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 256.

Por causa dessas condições, o funcionário público exemplar, gradativamente começou a trabalhar em casa por causa de suas condições físicas. A partir de 1874, a situação se agrava e no dia 27 de julho de 1878, Calógeras faleceu. O jornal *O Cruzeiro*, apontou como causa da morte um *broncho pneumonia*. O jornal *A Reforma* registrou,

Faleceu ontem depois de uma proclamada enfermidade, o senhor Calógeras, empregado da secretaria do Império. Só pode avaliar a perda tão prestante cidadão quem o conheceu como mestre. E a plêiade de seus discípulos que figuram hoje na primeira plana de nossa sociedade, são testemunho autêntico de quando valia aquela inteligência como perceptor da mocidade. Também merecida saudade causa tão sensível perda a todos que ocupam da alta administração um desses auxiliares valentes, difíceis de serem substituídos.²⁵⁹

2.4 A s relações comerciais e pratimoniais da família Calógeras.

A influência de Calógeras dentro da estrutura estatal permitiu não só uma ascensão em sua carreira, mas também oportunidades econômicas para seus filhos Michael e Pandiá. Michael Calógeras se casou com Julia Ralli e tiveram cinco filhos, o que mais se destacou no Brasil foi João Pandiá Calógeras²⁶⁰. Michael trabalhou na Casa Ralli Brothers em Londres e depois no Rio de Janeiro. O destaque de Michael Calógeras na área comercial pode ser explicado por sua formação, pois ele frequentou a Universidade aos 16 anos de idade, mas também pelo casamento com uma Julia Ralli que abriu a oportunidade na empresa de sua família.

Com o crescimento constante da indústria têxtil britânica, muitos gregos se aventuraram no comércio e transporte dos produtos para várias regiões da Europa e América. Chios, o lar da maioria das famílias de migrantes para a Grã-Bretanha, era uma região autônoma do território otomano, e no século XVIII, tornou-se a mais comercial de todas as comunidades gregas. Com a perseguição dos turco-otomanos, muitos gregos, principalmente da região de Chios, com uma população cristã ortodoxa, fugiram para Grã-Bretanha, como por exemplo, Jonh Ralli em 1815.

O número de empresas gregas que se estabeleceram em Manchester aumentou dramaticamente nas décadas de 1840 e 1850. Em 1850 não foram mais de 55 casas comerciais gregas (97 alemães), em 1860, havia 87 (114 alemães) e em 1870 o total chegou a 167 casas gregas (153 alemães). Existem várias razões para isso sucesso espetacular, o mais importante é que eles conseguiram novos mercados para o algodão

²⁵⁹ *A Reforma*, dia 28 de julho de 1878.

²⁶⁰ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 23.

em locais do mundo onde a representação britânica era fraca.²⁶¹ Outra razão para o sucesso das casas gregas é que eles desenvolveram uma relação bilateral de comércio entre Grã-Bretanha e Oriente Médio, o empreendimento foi financiado por um sistema construído pela Ralli Brothers.²⁶²

A Ralli Brothers foi fundada por Pantia Stephen Ralli, comerciante, nasceu na ilha turca de Chios, o terceiro filho de Stephen Ralli (1755-1827), um rico comerciante de Chios, e sua esposa, Loula, filha de Avgoustis e Sechiari Virginia. O irmão mais velho de Pantia, Zannis (1785-1859), abriu uma casa filial em Londres, negociando como Ralli e Petrochino. Pantia seguiu para Londres logo depois, para formar Ralli Brothers. A empresa não era a primeira casa de um comerciante grego em Londres, mas logo se tornou a mais bem sucedida.²⁶³

Tabela 2: Ranking das principais casas gregas na Grã-Bretanha (1848-1850)²⁶⁴

	Bank of England discount limit (£)	Estimated capital (£)
Ralli Bros.	30,000	500,000 (1848-50)
Spartali & Lascardi	30,000	100,000+ (1857)
Micrulachi & Co.	20,000	
Ralli & Co.	15,000	
Rodocanachi, Sons & Co.	15,000	200,000+ (1860)
Argenti, Sechiari & Co.	10,000	500,000+ (1850)
Abet Bros.	10,000	
Cassavetti, Cavafy & Co.	10,000	20-30,000 (1850)
Rossetto, Carati & Co.	10,000	
Schilizzi & Co.	10,000	
Ralli & Maviojani	10,000	
Ionides Bros. & Co.	7,000	30,000 (1860)
Ionides Sgouta & Co.	7,000	
P. T. Ralli	5,000	90,000 (1860)

(Fonte: discount limits: Bank of England MS 3394; capital: Bank of England Liverpool and Manchester Agents' letter books. Baring Bros. MS 16/2, Reports on Business Houses (P. T. Ralli) and Customer Reference Books, Europe 1. Guildhall Lib. MS 23,830, private ledger of Ralli Bros. 1827-50).

²⁶¹ CHAPMAN, Stanley David, *Merchant enterprise in Britain: from the Industrial Revolution to World War*. Nova York. Cambridge University Press. 1992, pp. 157.

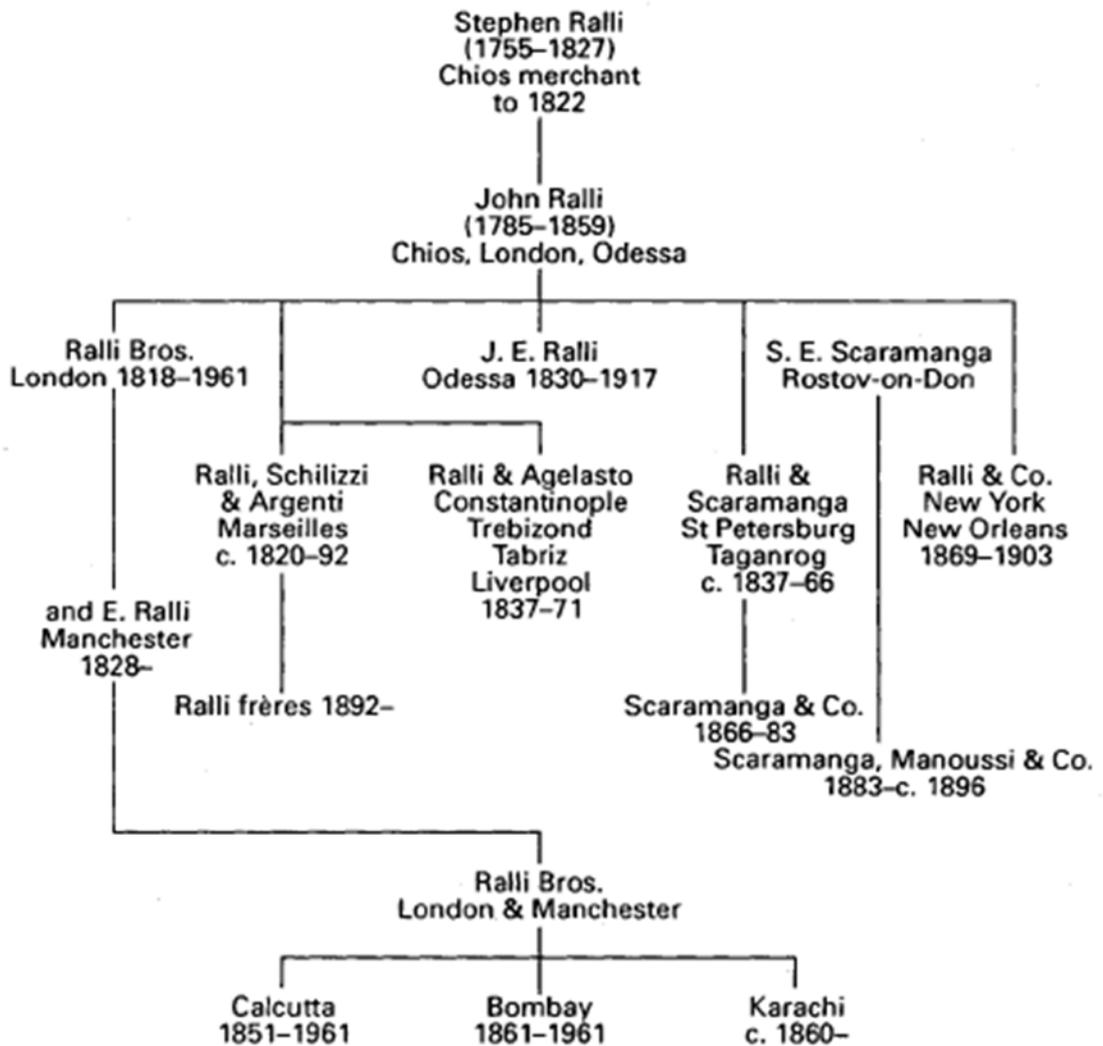
²⁶² CHAPMAN, op. cit. pp. 157-158.

²⁶³ Disponível em: <http://www.oxforddnb.com/view/article/39298>. *Oxford Dictionary of National Biography*.

²⁶⁴ CHAPMAN, op. cit. pp. 158.

A empresa gerou novas parcerias e bases comerciais ao redor do Mediterrâneo, Rússia e o Oriente Médio. Com atividades importantes em Marselha, Odessa, Constantinopla, São Petersburgo, Taganrog, e Tabriz (Pérsia). O crescimento da empresa se deu pela realização do comércio de permuta, normalmente troca de lã, grãos, ou seda crua por algodão de Manchester e vendas de trigo, café e milho. Em 1851 Pantia Ralli abriu uma filial em Calcutá, a partir do qual, como na Rússia, a empresa estendeu para o vasto interior da Índia.

Figura 6: Fluxograma da empresa comercial da família Ralli.²⁶⁵



Na década de 1850, a Ralli Brothers empregava cerca de 4.000 funcionários e 15 mil trabalhadores para o transporte e armazenamento de estoque em sua rede de

²⁶⁵CHAPMAN, op. cit. pp. 156.

agências. A empresa tinha um capital de £ 130.000, em 1827, subiu para £500.000 em 1846, o que significava que Ralli Irmãos comandou mais recursos do que qualquer outro comerciante casa em Londres, no período.²⁶⁶ Em 1865, no auge de sua realização mercantil, a Ralli Brothers estava operando através de parcerias interligadas em quinze centros, espalhados por toda a Europa, Índia e Oriente Médio.

Segundo Stanley Chapman, em meados do século XIX, as duas principais casas gregas eram as maiores organizações comerciais operando em Londres. Apenas os Rothschilds eram substancialmente mais ricos, no entanto, eles eram mais financiadores do que comerciantes.²⁶⁷ A comunidade grega se enraizou em Londres, principalmente na área de Finsbury Circus, onde a Igreja grega de Londres Wall foi financiada pelos Rallis.

As relações dentro da comunidade grega mesmo longe do país de origem podem ser analisadas pela abordagem das fronteiras étnicas de Barth. Este antropólogo acredita que as fronteiras étnicas permanecem estruturadas mesmo com o fluxo de pessoas, informações e as trocas culturais. As relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital são mantidas através dessas fronteiras. Por isso, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, na verdade, ao contrário, pois são frequentemente as próprias fundações dos sistemas sociais globais. Por esses motivos, a interação de um sistema social, como por exemplo, entre britânicos e gregos, não levou a um desaparecimento ou aculturação de um grupo étnico, mas as diferenças culturais podem permanecer vivas apesar do contato interétnico e a interdependência dos grupos.²⁶⁸

Em consonância com Barth, podemos concluir que mesmo em Londres, os comerciantes gregos estabeleceram relações internas, como por exemplo, os casamentos dentro da comunidade grega e a fundação de Igrejas. No Brasil, João Batista foi um dos principais líderes da Igreja ortodoxa cristã, mesmo Calógeras se naturalizando brasileiro.

²⁶⁶ Disponível em: <http://www.oxforddnb.com/view/article/39298>. *Oxford Dictionary of National Biography*.

²⁶⁷ CHAPMAN, op. cit. pp. 159.

²⁶⁸ Cf BARTH, op. cit

Figura 7: Logotipo da empresa Ralli Brothers.²⁶⁹



Não temos fontes para afirmar de maneira precisa como seu deu a aproximação entre a família Calógeras e Ralli. João Batista comentou no diário suas relações de amizade com comerciantes gregos, como Pandiá Rodocanachi²⁷⁰, comerciante que trabalhava numa agencia da Ralli Brother em Marselha²⁷¹. Acreditamos que Pandiá também foi padrinho de Michael Calógeras²⁷², ressaltando a relação próxima das famílias gregas. Lembramos que João Batista viveu na França por nove anos e embarcou ao Brasil como enviado dessa casa comercial. Por causa do contato do pai, Michael Calógeras conseguiu sua primeira oportunidade na Casa Ralli. Em uma carta, João Batista elogiou sua mulher,

Temístocles me disse que fazes bem, em manter-te sempre em bons termos com os filhos de Antoine Ralli (chefe da Casa Ralli em Londres). Estás agindo muito bem, e só tenho que te felicitar pelo teu procedimento.²⁷³

Michael Calógeras voltou para o Brasil em 1862 e se estabeleceu no Brasil como agente da Casa Ralli no Rio de Janeiro, voltado principalmente para a exportação de café²⁷⁴. Mas também desenvolveu outras atividades econômicas ligadas ao Estado Imperial, Calógeras destacou,

²⁶⁹ Disponível em: <http://www.christopherlong.co.uk/per/rallibros.html>.

²⁷⁰ Cf tabela 2, a empresa da família de Rodocanachi era uma das maiores casas comerciais de Londres.

²⁷¹ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 33.

²⁷² Idem, pp. 25.

²⁷³ Idem, pp.33

²⁷⁴ *Correio Mercantil*, dia 3 de setembro de 1862.

(...) Todo o tempo que nos resta livre, passamos juntos, Michael e eu. Conversamos sobre os nossos negócios (...) Seu negocio do aumento das taxas sobre a estrada da Cia União e Industria ainda não esta terminado; a segunda discussão nas Câmaras, deve ter lugar hoje. Estaremos lá. Mas nesse ínterim, Michael, além de apresentar à Câmara uma petição assinada por mais de cem carroceiros, levou mais um protesto solene da Câmara Municipal da Paraíba (...) ²⁷⁵

A estrada União e Indústria foi construída sob a chefia de Mariano Procópio e inaugurada, com a presença de D. Pedro II, no dia 23 de julho de 1861²⁷⁶. O texto acima ilustrou um benefício recebido pela empresa construtora de receber uma renda pela cobrança de pedágio por mercadoria. Michael, que nesse momento começava a enraizar seus negócios no interior da província, conseguiu acabar com a taxaço sobre as mercadorias e pessoas transportadas na estrada.²⁷⁷ Pouco tempo depois, João Batista comentava sobre uma viagem feita por Michael para Juiz de fora,

Ele (Michael) tencionava fundar algumas sucursais em Juiz de Fora. Seu cálculo é justo; já que a venda da carne seca e do toucinho lhe dá bastante lucro para cobrir todas as despesas, é bom ter lá casas que aguardem o momento de aproveitar as boas ocasiões para fazer comprar de café.²⁷⁸

Desde que voltou ao Brasil, o filho mais velho de Calógeras enfrentou algumas dificuldades relacionadas à exportação de café, devido aos problemas decorrentes da guerra civil nos Estados Unidos. Por isso, Michael tratou de diversificar seus negócios, como o comércio de bens alimentícios no interior utilizando a estrada União e Indústria. Em 1872, os irmãos Calógeras conseguiram a concessão para a instalação de uma fábrica de tecidos de algodão nos municípios de Ponta Nova e Juiz Fora²⁷⁹. A empresa Ralli Brothers passou por uma reestruturação mundial, em 1861, por exemplo, a casa comercial concentrou seus negócios na abertura de um escritório de Bombaim que lhes permitiram fornecer algodão indiano para o Liverpool, no lugar do algodão tradicionalmente fornecido a partir dos Estados do Sul, agora ameaçado pela Guerra Civil americana.²⁸⁰

²⁷⁵ CARVALHO (1959) op. cit. pp. 36 e 37.

²⁷⁶ A respeito da Estrada União e Indústria cf. MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. São Paulo, 2010. Dissertação (mestrado em História). USP. PPGHE; ALMEIDA, Maurício L. C. Bertola de. *O preço de um fracasso: a Companhia União e Indústria, a política e a economia no Império (1852-1872)*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História). USP. PPGHE.

²⁷⁷ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 44.

²⁷⁸ Idem, pp. 125-126.

²⁷⁹ *Diário de Notícias*, dia 29 de maio de 1872.

²⁸⁰ Disponível em: <http://www.oxforddnb.com/view/article/39298>. Oxford Dictionary of National Biography.

Por esses motivos, João Batista já previa as modificações da Ralli Brothers no Brasil,

Supondo que os Ralli venham a suprimir a Casa do Rio, Michael poderá continuar os negócios por conta própria. Começará primeiro por suprimir sinecuras que corroem boa parte dos lucros. O negócio da Paraíba, que poderá continuar somente por suas próprias forças, sempre lhe dará um lucro de 5 a 6 contos de réis por ano, só na venda de mercadorias, e nos transportes de café e outros produtos. Far-se-ão, lá também,, as supressões necessárias. Os Srs. Ralli, já que conservam a Casa de Constantinopla, terão sempre necessidade de um correspondente no Rio para poder ter os cafés; ainda que não fossem senão seis embarques por ano, e é o mínimo que tomo como media, isso faria pelo menos 1000 contos; a 2% que é a taxa de comissão mais baixa, ele terá 20 contos por ano.²⁸¹

Em meados do ano de 1864, os jornais já anunciavam a empresa Michael Calógeras e Cia em sociedade com integrantes da família Ralli.²⁸² Nesse mesmo ano, a sociedade exportou 58.033 sacas de café, sendo a oitava maior do país.²⁸³ As exportações alcançavam vários pontos do mundo, os principais destinos eram Nova Iorque, Marselha, Cingapura, Constantinopla e Smyrna.

Além dos negócios ligados a família Ralli, Michael conseguiu a ajuda de seu pai intermediar a compra de duas canhoneiras francesas. Michael negociou a aquisição do armamento com o ministro da marinha, Francisco Xavier Pinto Lima (barão de Pinto Lima), João Batista detalhou:

Como já te participei, minha mãe, o negócio das duas canhoneiras esta fechado: 1.800.000 francos para as duas, o que dá uma comissão de 36.000 francos para o nosso Michael. Além disso foi dada ordem para enviar logo mais uma ou duas canhoneiras, se estivessem prontas.²⁸⁴

Em outra carta, Calógeras comentou,

Ontem tivemos um jantar ministerial. Meu ministro José Joaquim Fernandes Torres e o da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueredo (Visconde de Ouro Preto) o Sr. Comendador Lagos e o Sr. Pitoin (comerciante francês) jantaram em casa. Depois de jantar o Sr. Pitoin teve longa conversa com o Sr. Afonso Celso e marcaram um encontro na casa deste para domingo próximo, a fim de resolver sobre a construção de três fragatas encouraçadas, no gênero da Numantia. É um negócio de 5.000 contos de réis.²⁸⁵

²⁸¹ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 148.

²⁸² *Diário do Rio de Janeiro*, dia 6 de agosto de 1864.

²⁸³ *Idem*, dia 2 de janeiro de 1865.

²⁸⁴ CARVALHO (1959), op. cit. pp.186.

²⁸⁵ *Idem*, pp. 226.

Podemos perceber que a atuação de João Batista, como funcionário público, garantiu uma grande oportunidade de negócios para a família. Em outro momento, o próprio João Batista ficou encarregado de procurar chapas de blindagem para os navios que seriam construídos no país. A participação da família foi tão importante que Michael foi condecorado com o hábito da Rosa pelos serviços prestados a marinha brasileira, na qualidade de agente do Império.²⁸⁶ Calógeras disse:

Enfim, acabamos de fazer nossa visita a São Cristovão. O imperador nos recebeu com sua benevolência costumeira; felicitei-o pelo êxito das nossas armas no Paraguai, ele, porém me interrompeu para saber o que acontecera aos nossos filhos. Disse-lhe tudo em poucas palavras, e ele se mostrou contente quando soube do êxito das providências do nosso Michael. A Imperatriz mostrou-se de uma bondade extraordinária; sabia de tudo; teve muito pesar por Mamãe, à qual ela me encarregou de transmitir suas lembranças, elogiou muito a conduta de nossos filhos, que conhecia perfeitamente, e disse-nos que devíamos nos dar por muito felizes, por termos filhos tão bons²⁸⁷

Ao lado das transações comerciais, a atividade ferroviária foi outra área muito importante para a família Calógeras. Michael se associou a Luis Berrini²⁸⁸, obtendo várias concessões do Estado. Por exemplo, em 1873, Pandiá Calógeras (filho de João Batista) conseguiu o privilégio para o estabelecimento de trilhos de ferro para Copacabana e Botafogo.²⁸⁹ No mesmo ano, Michael participou da comissão de carris de ferro em São Paulo²⁹⁰, promoveu a fusão e dirigiu as companhias do *Rio de Janeiro Carioca e Riachuelo* e Carris Urbanos e também foi diretor da Companhia de Estrada de Ferro Macaé a Campos.²⁹¹

Em 1879, Michael, Pandiá e Luis obtiveram a concessão do prolongamento até Petrópolis da Cia. Estrada de Ferro Mauá. Os sócios construíram a linha da serra, empregando pela 1ª vez no Brasil o sistema suíço de cremalheira Riggensbach, da Raiz ao Alto da Serra.

(...) a cessão feita pelo senhor Visconde de Mauá aos senhores Berrini, Pandiá e Michael realizar-se há tão desejada estrada de ferro de Petrópolis, para isso, os concessionários requerão do governo provincial em data de 26 do mês passado a competente autorização para dar começo aos trabalhos. O

²⁸⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 3 de março de 1867.

²⁸⁷ CARVALHO (1959), op. cit. pp. 236.

²⁸⁸ Luis Berrini nasceu no dia 8 de setembro de 1844 e se formou em engenharia. Ver em CARVALHO (1959), op. cit. pp. 24

²⁸⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, dia 2 de julho de 1873.

²⁹⁰ *Idem*, dia 1 de agosto de 1873.

²⁹¹ CARVALHO (1959), op. cit. pp.28.

senhor Visconde cedeu também os estudos e planos feitos pelo senhor doutor Passasso, atual diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.²⁹²

A tradição da família Calógeras não ficou parada com a segunda de geração, o filho de Michael, João Pandiá Calógeras foi à síntese das atividades comerciais de seu pai e o lado intelectual do seu avô. Militando na política, representou o Estado de Minas, como deputado federal, de 1897 a 1899 e de 1903 a 1914, desempenhou missões diplomáticas de alto relevo, integrando a delegação brasileira à III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro de 1906, à IV Conferência Pan-Americana, realizada em Buenos Aires, em 1910 e à Conferência da Paz, em Versalhes, onde teve atuação marcante. Ocupou as pastas da Agricultura (1914-1915), da Fazenda (1915-1917) e da Guerra (1919-1922), de que foi o primeiro ministro civil da república.²⁹³

Como autor, João Pandiá Calógeras deixou inúmeros escritos de raro valor, entre os quais se salientam: "*Res nostra*"; "*As minas do Brasil e sua legislação*"; "*A política monetária do Brasil*"; "*Formação histórica do Brasil*"; "*A política exterior do Império*"; "*Problemas de governo*"; "*Problemas de administração*"; "*Novos rumos econômicos*"; "*Os jesuítas e o ensino*"; "*Conceito cristão do trabalho*".²⁹⁴

3 A Questão Christie e a versão brasileira sobre o rompimento diplomático.

3.1 A chegada dos “progressistas” e o contexto externo na década 1860:

Nesse capítulo, investigamos o desenvolvimento da política externa brasileira em consonância com a consolidação do Estado Imperial. Isto é, a conjuntura política, social e econômica que propiciou um ambiente na qual as elites puderam repensar e aplicar o projeto internacional brasileiro. Inclusive de modificar uma situação de extrema submissão e de “estrangulamento” externo imposto pela Grã-Bretanha ao Brasil desde a independência.²⁹⁵

²⁹² *Jornal Mercantil*, dia 1 de fevereiro de 1879.

²⁹³ <http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/joaopandia.html>. Disponível no site do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

²⁹⁴ Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/18/Joao-Pandia-Calogeras>.

²⁹⁵ Como exemplo, temos as barreiras protecionistas da Grã Bretanha com relação aos produtos brasileiros que competiam com os produtos coloniais britânicos. BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Política tarifária e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, pp. 203-239, abr./jun. 1980.

No primeiro capítulo, mostramos que o Estado Imperial consolidou o projeto nacional mercantil escravista²⁹⁶, com repercussões na política interna, como por exemplo, o fim das revoltas que permearam as décadas de 1830 e 1840, como também na política externa. No entanto, para entender tal consolidação do Estado até o seu apogeu na Guerra do Paraguai, acreditamos ser necessário dar um enfoque maior nos arranjos políticos das décadas de 1850 e 1860.

Na época das represálias e do rompimento diplomático entre o Brasil e a Grã-Bretanha, o Partido Liberal estava à frente do gabinete de ministros que governava o Estado, depois de uma política de conciliação com uma direção do grupo conservador²⁹⁷. Não podemos esquecer que desde o início da década de 1850, particularmente em 1853, o gabinete do Marquês do Paraná inaugurou a famosa política de conciliação entre liberais e conservadores. Uma política caracterizada por uma nova maneira de relacionamento entre o Imperador e os ministros, na prática uma maior intervenção do monarca na política e a diminuição do controle que o partido governista tinha sobre as nomeações e eleições.²⁹⁸ Uma conciliação que o próprio Joaquim Nabuco considerou sendo de múltiplas vertentes

(...) Não só ela foi uma palavra que teve tantos sentidos diferentes quanto os interpretes, como também determinou, pelo encontro inesperado e confuso dos antigos partidos, uma babel que ninguém se entendia.²⁹⁹

No entanto, essa política promovida para estabilizar o regime, com uma tolerância que era fundamental para o progresso e a manutenção da ordem, colocou contra os conservadores os próprios membros do partido. Podemos dar o exemplo do deputado

²⁹⁶ Esse modelo econômico, com a hegemonia do café, foi denominado por João Manuel Cardoso de Melo, de modelo acumulação nacional mercantil escravista. Cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. Cf. também COSTA, Wilma P. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado nacional (1808-1850). In: SZMRACSÁYI, Tamás e LAPA, José Roberto do (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Huicitec, 1996, pp. 147-159.

²⁹⁷ Cf. MATTOS, op. cit. Os conservadores ficaram a frente do gabinete desde 28/09/1848 (gabinete de Pedro de Araujo Lima, na época Visconde de Olinda) até 24/05/1862 (o último esteve sob a liderança de Luiz Alves de Lima e Silva, na época, o marquês de Caxias). Com o gabinete de Zacarias de Goes e Vasconcelos (24/05/1862, os liberais ficaram a frente do governo até 16/07/1868, com o próprio Zacarias de Goes e Vasconcelos, que tinha sucedido outro liberal, ex-conservador, Pedro de Araujo Lima, marquês de Olinda.

²⁹⁸ ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico. (1842-1856)*. Tese de Doutorado, São Paulo, 2010, pp. 165.

²⁹⁹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; vol 1; pp.174.

Ângelo Ferraz que rompeu com o Carneiro Leão.³⁰⁰ Em junho de 1854, o então visconde de Paraná sofreu uma ataque do deputado que há pouco tempo trabalhara com ele nos conselhos do tribunal do Tesouro. Ângelo Ferraz declarou,

A verdadeira política de conciliação, aquela que todos consideram como necessária (...) consiste no desassombro daqueles que não se acham no poder, daqueles que seguem os princípios opostos aos que dominam no ministério que dirige o país; consiste na segurança do voto livre, por meio do qual os homens esforçados, os homens de talento, podem pleitear sua causa, vir ante o país, ante os poderes do estado fazer triunfar suas ideias, seus princípios pela livre discussão.³⁰¹

Como resposta o deputado Carlos Carneiro Campos³⁰² aliado de Carneiro Leão disse:

(...) e como procedeu o ministério para verificar essa espécie de conciliação?(...) (declarou) que procuraria realizar todas aquelas reformas judiciárias que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais, e compatíveis com a estabilidade da ordem e segurança pública. Disse que procuraria estudar a lei das eleições, e que oportunamente, depois desse estudo e de um acurado exame e coma adesão do país, procuraria fazer as reformas que tendessem ao aperfeiçoamento dessa lei, com o qual pudesse aparecer a inteira liberdade do voto... (...) Tratando na nomeação dos empregados públicos, declarei com fraqueza que não nomearia para os cargos de confiança senão aqueles que adotassem os princípios do governo. Dei senhores, um grande passo, e esse passo era o prometimento que fazia de não olhar os antecedentes desses ou daqueles, visto que, senhores, os tempos tinham mudado, e essas lutas encarniçadas do espírito pareciam terem cessado, e o partido que se conservava em oposição parecia já não querer lançar mão da revolta para conquistar o poder.³⁰³

³⁰⁰ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, pp. 62 e 63. Angelo Muniz da Silva Ferraz, primeiro e único barão de Uruguaiana. Bacharel em Direito pela Faculdade de direito de Olinda, foi juiz, deputado geral de 1842 a 1848, e senador em 1857. Exerceu o cargo de inspetor da alfândega em 1840 e fiscal do tesouro em 1853. Presidente da província do Rio Grande do Sul de 1857-1858, e presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda do gabinete de 1º de agosto de 1859 (até 22/04/1861), responsável pela “Lei dos Entraves” e pela criação do ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Foi o ministro da Guerra de 1865, ajudante de ordem do imperador. http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroii024.asp.

³⁰¹ Cf ESTEFANES, op. cit. pp.167. Anais da Câmara dos deputados, 1854. Sessão de 27 de junho.

³⁰² Filho José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas) frequentou a Escola Militar e bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. “Foi deputado à Assembleia Provincial da Bahia (sua província natal), deputado geral e senador por São Paulo, desde 19 de abril de 1853, presidiu, por três vezes, a província de Minas Gerais. Foi vice-presidente de São Paulo, em 1852. Ocupou a pasta dos Estrangeiros nos gabinetes de 24 de maio de 1862, de 31 de agosto de 1864, de 7 de março de 1871, e a pasta da Fazenda no gabinete de 31 de agosto de 1864. Recebeu os títulos de Conselheiro de Estado, Viador de Sua Majestade a Imperatriz, Comendador da Ordem de Cristo, Grão-Cruz das Ordens de Leopoldo da Bélgica, da Legião de Honra da França, da Águia Vermelha da Alemanha, da Coroa da Itália, da Coroa de Ferro da Áustria, da Ernestina, de Saxe Coburgo e Gotha, o que demonstra os altos serviços prestados ao Brasil e os seus grandes méritos”. http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_02.php

³⁰³ Cf ESTEFANES, op. cit. pp. 167. Anais da Câmara dos deputados, 1854. Sessão de 28 de junho.

O grande debate entre os deputados era com relação ao governo e a noção de liberdade de voto. Justiniano José da Rocha ³⁰⁴ proferiu um discurso na Câmara dos Deputados afirmando que os desmandos da conciliação promovida pelo marquês do Paraná poderiam levar a uma mudança na Assembleia Constituinte. Mesmo com todo o respeito que tinha com Carneiro Leão, a política partidária do ministro conservador foi amplamente criticada pelo agora opositor Justiniano José da Rocha,

(...) eu próprio que estou falando, doe-me ver que, fiel ao programa progressista conservador, acho-me em oposição ao homem cujo prestígio me fez reconhecer a necessidade política desse programa, acho-me em oposição a homens a cujo lado estive, embora sem outro merecimento que não o de ter ajudado um pouco a limpar o caminho por onde passava o carro triunfal em que iam eles disseminando benefícios ao país.³⁰⁵

O ambiente político-partidário arquitetado por Honório Hermeto Carneiro Leão em 1853 se fragmentou a partir de 1860. Com efeito, em 1861, na Câmara dos deputados, três facções se afirmaram: os conservadores mais extremados, os conservadores moderados e os liberais. No ano seguinte, formou-se a **Liga Progressista** entre os conservadores moderados e liberais, chamado de Partido Progressista. Essa aliança foi uma nova tentativa de conciliação, no entanto, os sucessivos gabinetes revelavam o crescimento dos liberais, no poder de 1862 até 1868.³⁰⁶

O Gabinete de 24 de maio de 1862 teve como presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos. Pela primeira vez, D. Pedro II convocava para a presidência do Conselho de Ministros um deputado. O cargo cabia sempre a um senador ou chefe de partido: Zacarias era chefe da oposição na Câmara, porta-voz das novas ideias, como Nabuco de Araújo o era no Senado, até com mais expressão e programa político. O enfoque principal do projeto progressista refletia as preocupações de magistrado Nabuco de Araújo, como por exemplo, a separação das funções judiciais e policiais, a autonomia e profissionalização aos magistrados, descentralização e liberdades individuais.³⁰⁷

³⁰⁴ Justiniano José da Rocha, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, professor do Colégio Pedro II e da Escola Militar. Deputado conservador foi um dos principais panfletários e jornalistas do Império, autor de *Ação; Reação; Transação*. Cf. JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Três panfletários no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto), 2009, pp.125-159. Uma crítica a respeito da pena de aluguel de Justiniano Cf. GUIMARÃES, Lucia M. P. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Loderina, 2005.

<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0589.pdf>

³⁰⁵ J.J. da Rocha, "Discurso proferido na sessão de 19 de maio de 1855". Brasil, Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, v. 3, 1855, p. 43-49.

³⁰⁶ CARVALHO (1980) op. cit. pp. 205.

³⁰⁷ Idem, pp.206.

O período progressista foi instável, o próprio Imperador reclamou das constantes eleições e mudanças de ministros. No seu Diário, D. Pedro II destacou:

Acho muito prejudicial ao serviço da Nação a mudança repetida de ministros; o que sempre procuro evitar, e menos se daria se as eleições fossem feitas como desejo; (...) fui sempre partidário da eleição por círculos, e me opus fortemente aos círculos de mais de um.

(...) não sendo o ministério atual, porém, um que não possa ser suspeito de pender para qualquer dos partidos extremos quem presida às eleições onde a autoridade deve manter a liberdade do voto e portanto a execução escrupulosa das leis. (...) o que desejo é saber, por meio de uma eleição tão livre, como o permitam nossas circunstâncias, qual a política.³⁰⁸

No âmbito externo, o ministério liberal precisou enfrentar o período mais complicado do Império. As décadas de 1850 e 1860 foram caracterizadas pelo aumento das tensões na Bacia do Prata e as represálias britânicas no contexto da **Questão Christie** com rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e a Grã-Bretanha.

Segundo Paulo Fagundes Vizentini, a política externa envolve aspectos dentro dos conjuntos das relações internacionais, pois ela enfoca a orientação dos governos ao propósito de determinados governos ou regiões e estruturas dentro de contextos específicos³⁰⁹. A interação das políticas externas, conflitos e cooperações, em seu conjunto, formam a política internacional. Nesse sentido, para se entender a política externa, duas questões são fundamentais, quem formula a política e como se articula a política interna. As decisões políticas são definidas por setores hegemônicos dos Estados, no caso brasileiro, as elites políticas liberais e conservadoras, que a partir de meados do século XIX construíram bases para uma expansão dos interesses imperiais no sistema mundial.³¹⁰

Segundo Ricardo Salles, o desafio da política externa brasileira, em meados do século XIX, se deu em duas frentes:

1. A posição brasileira na região do Prata (expansão econômica -ataque)
2. Tráfico Internacional de escravos (defesa da escravidão)³¹¹

³⁰⁸ D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, Vol. XVIII, 1956 – pp. 16-17, 97-988 e 288.

³⁰⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases*. Porto Alegre, Ensaio FEE, v.20, n.1, pp. 134-154, 1999.

³¹⁰ Idem, pp. 1-2;

³¹¹ SALLES, op. cit. pp. 50.

Na primeira frente é importante mencionar os principais atores nesse processo de interação entre o Brasil e a região do Prata. Como por exemplo, José Maria da Silva Paranhos (visconde de Rio Branco), Irineu Evangelista de Souza (barão de Mauá), Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (visconde do Paraná). Esses indivíduos foram os principais responsáveis pelos tratados diplomáticos, acordos comerciais e intervenções armadas do governo imperial na região platina.³¹²

O visconde do Uruguai organizou as condições materiais e financeiras essenciais para a retirada de Oribe, presidente do Uruguai e Rosas, presidente da Argentina do poder. Depois da expulsão de Oribe, por exemplo, o Império assinou tratados comerciais com o novo governo. Esses acordos ratificados garantiram a entrada de produtos brasileiros no Uruguai, a livre-navegação nos rios e o governo imperial recebeu uma indenização devido aos prejuízos que os governos anteriores causaram aos comerciantes e proprietários brasileiros na região.³¹³

Consequentemente, o governo brasileiro assumiu o papel de avalista diplomático (nos conflitos da região platina) de credores particulares, como no caso do barão de Mauá. Paulo Roberto de Almeida exemplificou essa situação e concluiu que:

Garantidor da independência uruguaia contra as pretensões do caudilho Rosas, o Brasil apóia, em maio de 1853, na pessoa de seu ministro residente em Montevideú, a concessão de mais um empréstimo(...) Na verdade Mauá esteve envolvido desde muito cedo com concordância explícita do ministro Paulino Soares de Souza, no apoio ao governo de Montevideú. Em carta ao ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, ele se comprometia a cobrir o déficit financeiro criado com a retirada de subsídio mensal da França a Rivera, por meio de empréstimos.³¹⁴

A eclosão da Guerra do Paraguai representou o ápice da intervenção brasileira na região platina. De forma sucinta, interpretamos que o governo imperial agiu da mesma forma em relação a Solano Lopez, como foi no caso de Oribe e Rosas. No entanto, a dimensão da Guerra do Paraguai mostra de forma pontual o auge do Império, da economia brasileira e a afirmação de uma política externa que levou o país na maior guerra da história da América do Sul.

Essa guerra representou um choque militar devido à construção de um projeto na região do Prata que não estava afinado com os interesses brasileiros. Solano Lopez tinha

³¹² Cf ALMEIDA, op. cit.

³¹³ Idem, pp. 145.

³¹⁴ Idem, pp. 201.

um sonho de desenvolver “*El gran Paraguay*”, o líder guarani queria diminuir a influência brasileira na região e conquistar uma saída para o oceano Atlântico.

(...) De Francia a Solano Lopez (...) – o Estado paraguaio de modernizou, se complexificou, se ocidentalizou, não somente no sentido de sua adesão a determinadas instituições típicas dos Estados Nacionais europeus e de seus congêneres em formação da América Latina, mas como lugar de promoção de iniciativas administrativas que aprofundaram os traços de complementaridade das economias exportadoras: estradas de ferro, linhas de navegação, administração das rendas de exportação e importação.³¹⁵

A diplomacia brasileira queria estabelecer a hegemonia continental no Prata e impedir a formação de um país que pudesse rivalizar com o poderio do Império. Nesses termos, identificamos o desenvolvimento de um “*sub-imperialismo*” brasileiro na região. As elites brasileiras queriam o apoio do Estado para promoverem uma política externa que se assentou no aumento dos vínculos da economia brasileira com Uruguai, Paraguai e Argentina. E também numa manutenção de uma ordem política na região que seria pensada e conduzida pelos políticos brasileiros, como uma espécie de “*pax brasileira*”. Ricardo Salles concluiu:

Nessa perspectiva, a presença do Brasil na região de dava como a de um outro império. Um império que, na sua relação complementar, subordinada e contraditória com o pólo dominante capitalista das relações internacionais, tinha que se apresentar como concorrente, condição necessária para buscar a sua sobrevivência.³¹⁶

A segunda frente do desafio da política externa imperial era de defender dos ataques promovidos pela Grã-Bretanha imperialista, principalmente no tocante a escravidão. Ilmar de Matos mostrou de forma brilhante essa relação contraditória entre Brasil e Grã-Bretanha:

Relações complementares entre as duas faces da moeda, assim possibilitando que se efetive e reproduza a articulação econômica que gera a divisão internacional do trabalho; mas, relação contraditória também, erige a Coroa que se opõe à extinção do tráfico intercontinental e da própria escravidão, contrariando assim os interesses prevaletentes da primeira face da moeda (a Inglaterra).³¹⁷

³¹⁵ SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990, pp. 30.

³¹⁶ Idem, pp. 49.

³¹⁷ MATTOS, op. cit. pp.100.

Como vimos anteriormente, o ponto de tensão entre Brasil e Grã-Bretanha era em relação ao tráfico de escravos. Mesmo com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, nas décadas de 1850 e 1860, a orientação do governo britânico foi de manter a vigilância dos mares e pressionar o governo brasileiro para resolver a questão dos africanos emancipados.

O governo imperial não aceitou a criação da Comissão Mista (1858) proposta pela legação britânica. No relatório anual do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ministro Abrantes justificou que a proposta britânica não incorporava as reclamações brasileiras que existiam, principalmente, referentes às apreensões de navios brasileiros depois do **Bill Aberdeen**. Para o governo imperial, aceitar a nova Comissão Mista nos moldes da Grã-Bretanha seria na prática uma legitimação das agressões e das sentenças proferidas pelos tribunais britânicos em relação ao tráfico de escravos.³¹⁸

Em outubro de 1862, dois meses antes das represálias britânicas, o Conselho de Estado mais uma vez se reuniu para decidir sobre a aceitação ou não de uma nova Comissão Mista entre Brasil e Grã-Bretanha³¹⁹. A ata da reunião tinha o seguinte propósito:

(...) 1º Se deve o Governo Imperial insistir na inteligência que deu à Convenção de dois de junho de 1858 no ponto controvertido; e, firmado nela, recusar-se ao novo ajuste para que é convidado 2º Se à vista da resposta do Governo Britânico relativamente às reclamações brasileiras, que procedem dos apresamentos ilegais, feitos pelos cruzadores ingleses, a pretexto do tráfico de escravos, convém anuir à celebração de qualquer novo ajuste 3º No caso afirmativo, para que fim e em que termos deve ter lugar o aludido ajuste.³²⁰

O visconde do Uruguai apontou no seu parecer o principal problema que dificultava a assinatura de um novo acordo. Isso porque, os britânicos não admitiam as reclamações do governo imperial em relação aos casos referentes ao tráfico de escravos, principalmente com o Bill Aberdeen. Mas, de acordo com o visconde, o Império não pode anuir à exclusão das mesmas reclamações pelos motivos que tem sempre dado ao Governo Britânico, sem reconhecer implicitamente como justificáveis os insultos e violências que esse Governo praticou com o Brasil. A Grã-Bretanha aplicou às presas

³¹⁸ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, pp.16.

³¹⁹ O Conselho de Estado para José Murilo de Carvalho se constituía na “cabeça do governo”. CARVALHO (1980), op. cit. Uma leitura diferente sobre o Conselho de Estado está no trabalho de Maria Fernanda Martins. Cf. MARTINS, Maria Fernanda. **A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Estadual, 2007.

³²⁰ Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864, pp. 198.

dos navios brasileiros com as condições estabelecidas pelas leis britânicas, condições nunca aceitas pelo governo imperial, contra as quais sempre protestaram. O Conselheiro de Estado afirmou,

A questão de hoje, posto que mais fria, é a mesma e está ligada a todas as questões do passado sobre o mesmo assunto. São estas inseparáveis de todas as questões pendentes, e teriam de reproduzir-se em cada um dos casos. Todavia a Seção crê que, por honra nossa, embora estas reclamações nunca sejam atendidas pelo Governo Britânico, nunca devemos, por qualquer modo, dar o nosso consentimento à sua exclusão. Não constituem elas simplesmente uma questão de indenização e de dinheiro, estão inseparavelmente envoltas com graves questões de independência e soberania nacional.³²¹

Os outros conselheiros divergiam quanto à assinatura de uma nova Convenção, como o visconde de Abaeté, que entendia que os julgamentos por uma Comissão Mista seriam mais vantajosos aos interesses brasileiros³²². Mas que o país só deveria assinar o novo acordo se as reclamações passadas pudessem ser revistas. O visconde de Jequitinhonha achava que se o governo recusasse estipular uma nova Convenção geraria atritos diplomáticos com o Governo britânico³²³. A nova Convenção poderia ser redigida de forma que inteiramente fiquem salvos os direitos e decoro do Brasil, já em referência às presas não admitidas.³²⁴

O próprio Imperador, em seu diário, comentou sobre a reunião do Conselho no dia 20 de outubro de 1862 e concordou com o visconde do Uruguai que a recusa de uma nova Comissão poderia gerar problemas diplomáticos com a Grã-Bretanha³²⁵. D. Pedro

³²¹ Idem, pp.199.

³²² Antonio Paulino Limpo de Abreu, primeiro e único **visconde com grandeza de Abaeté**, bacharel pela Universidade de Coimbra em 1820. “Foi Grande do Império; Conselheiro de Estado; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Exerceu diversos cargos de magistratura, tendo sido decisivo para a sua carreira pública a nomeação para Juiz em Minas Gerais. Foi Desembargador da Relação da Bahia, da Relação do Rio de Janeiro; Ministro Adjunto do Conselho Supremo Militar e do Supremo Tribunal de Justiça; Presidente de Minas Gerais. Durante a Regência de Feijó tornou-se um de seus principais auxiliares. Ocupou as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros em diversos períodos”. http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroii014.asp

³²³ Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, cujo nome de batismo era Francisco Gomes Brandão, primeiro e único visconde de Jequitinhonha. Bacharel pela Universidade de Coimbra, foi deputado em várias legislaturas, com importante participação na Lei de 1831, conhecida como a “lei para inglês ver, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros em 1837, senador e conselheiro. A respeito da atuação de Montezuma e a Lei de 1831 Cf. CUPELLO, op. cit.

³²⁴ Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864, pp. 200.

³²⁵ Pedro Gustavo Aubert, através da análise da atuação política do visconde de Uruguai no Conselho de Estado e no Senado, assim com na publicação de dois livros de debates sobre temas como o papel do Poder Moderador, questionou a historiografia que enfatizou no afastamento político do saquarema Paulino Soares de Souza (visconde de Uruguai) após o gabinete da conciliação. AUBERT; Pedro Gustavo.. **Entre as Idéias e a Ação: o visconde de Uruguai, o Direito e a Política de consolidação do Estado Nacional (1850-1866)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. PPGHS. Cf. também COSER, Ivo. **Visconde de Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

II citou os incidentes diplomáticos em relação ao tráfico da Grã-Bretanha com franceses e norte-americanos.³²⁶ No entanto, o Imperador pressionava pelo fim das agressões da marinha britânica contra os navios brasileiros para assinar a nova Comissão Mista. Entrementes, o governo britânico só proporia ao Parlamento a revogação da Lei ofensiva quando fosse assinado e ratificado um novo tratado contra o comércio de escravos³²⁷. Por esses motivos, o projeto de uma nova Comissão não avançou pelo impasse entre os países.

No entanto, importante ressaltar que a Grã-Bretanha não foi o único país que sofreu com a mudança de postura da política externa brasileira. O marquês de Abrantes, ministro dos negócios estrangeiros no início da década de 1860, justificou os motivos da não assinatura de novos acordos com outros países, como por exemplo, a Áustria.

Alguns governos têm se esforçado para obter para seus Cônsules seus favores concedidos, ou que ele deve conceder, para a nação mais favorecida. Neste sentido, o governo imperial recebeu propostas do governo de sua Majestade Britânica e de sua Imperial e Nobre Majestade Apostólica. Estas propostas não poderiam ter sido levadas em consideração para chegar a um acordo com os dois poderes mencionados, pois havia deficiência na base essencial em tais acordos de tratamento dos Agentes Consulares das Altas Partes Contratantes na posição da mais perfeita igualdade e reciprocidade no exercício de suas funções (Tradução nossa).³²⁸

O próprio William Dougal Christie corroborou com a afirmação acima, quando comentou as reclamações dos diplomatas estrangeiros devido as Convenções firmadas e das novas políticas do Brasil.

The Consular Conventions concluded by Brazil with France, Switzerland, Italy, Spain, and Portugal, are at present the subject of a warm controversy as to the interpretation of the clauses which concern administration of successions; the five European governments being unanimous, and their representatives at Rio having protested in a collective note against the proceedings of the Brazilian government in the matter.³²⁹

Mesmo se opondo a mudança de postura por parte do governo imperial, Christie sob ordens do governo britânico não aceitou as reivindicações e nem cedeu nos pontos

³²⁶ Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, dia 20 de outubro de 1862.

³²⁷ BETHELL, op. cit. pp. 426.

³²⁸ CHRISTIE, op. cit. pp. 118.

³²⁹ Idem, pp. 128. *As Convenções Consulares concluídas pelo Brasil junto à França, Suíça, Itália, Espanha e Portugal, são no presente momento um assunto de controvérsia quanto à interpretação das cláusulas que preocupam a administração de sucessões; os cinco governos europeus estando unânimes, e seus representantes no Rio tendo protestado numa nota coletiva contra os procedimentos do governo Brasileiro em questão.* (Tradução nossa)

relacionados ao tráfico de escravos. Christie afirmou que essa condição desigual não era prejudicial para os países,

(...) England could not possibly have agreed to either of these conditions without a special Act of Parliament, making an exception for Brazilians in our laws as to administration and as to nationality; and it was not likely that the English parliament would entertain an exceptional. Legislation in these matters for Brazil. Why should Brazil make difficulties when other South American states make none? Literal reciprocity after all is not essential equality. There is “no perfect equality” in the circumstances and conditions of the two nations (...).³³⁰

A justificativa britânica era para não aceitar a reciprocidade, como desejada pelo governo brasileiro, e tal postura pode ser exemplificada pelo comentário do cônsul, quando o Parlamento britânico aprovou leis que não poderia ser modificadas por acordos com outros países e também que para Christie não existia reciprocidade perfeita na relação entre Brasil e Grã-Bretanha, mas essa condição de alteridade não interferia nas boas relações entre os países.

3.2 A versão brasileira e a atuação de Calógeras na Questão Christie.

No primeiro capítulo, mostramos o processo que culminou na Questão Christie sob o ponto de vista dos britânicos. Achamos importante analisar o ponto de vista do governo brasileiro, problematizar e discutir os limites e avanços da política externa do país, e esboçar possíveis interpretações acerca das ações, projetos e conflitos do Brasil com a Grã-Bretanha. Não buscamos reproduzir parte do discurso produzido pelas autoridades imperiais da época. Porém, achamos ser fundamental o aprofundamento da análise dos impactos das represálias sofridas pelo Brasil e as subsequentes respostas promovidas pela diplomacia imperial.

As relações entre a Grã-Bretanha e o Brasil podem ser divididas em três períodos distintos no contexto da Questão Christie. O primeiro, de 5 a 31 de dezembro foi de uma arrogância e agressividade por parte de Christie culminando com a ordem de represálias. O segundo, e também mais curto estágio, o conflito anglo-brasileiro, limitou-se à primeira semana do novo ano. Durante esse período Christie assumiu

³³⁰ Idem, pp.121. *A Inglaterra não poderia ter concordado com nenhuma destas condições sem o especial Ato de Parlamento, abrindo uma exceção para os Brasileiros em nossas leis quanto a administração e quanto a nacionalidade; e não era provável que o parlamento Inglês iria cogitar uma legislação excepcional nesses termos para o Brasil. Por que o Brasil deveria dificultar enquanto os outros estados sul americanos não? Reciprocidade literal, afinal, não é igualdade essencial. Não há “nenhuma igualdade perfeita” nas circunstâncias e condições das duas nações* (Tradução nossa)

conduta mais conciliatória e o governo Brasileiro cedeu às reclamações britânicas e as represálias terminaram. O período final, estendendo-se até os princípios de julho, caracterizou-se pela peculiar agressividade brasileira, em reivindicar uma compensação pelo bloqueio do porto do Rio de Janeiro, que terminou com a ruptura de relações entre os países. Os três estágios estudados em conjunto revelam o balançar do pêndulo entre o ultimato britânico e a retaliação brasileira.³³¹

Não pretendemos repetir a escalada das tensões que culminaram no rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Grã-Bretanha, pois já foi abordado anteriormente. Intentamos em analisar os pontos cruciais em relação à escalada das tensões, inicialmente com a chegada do navio militar britânico na área do naufrágio e as repercussões geradas por esse acontecimento. O marquês de Abrantes sintetizou o discurso do governo imperial em despacho para Christie,

A esses embaraços e dificuldades, posso assegurar-lo ao Sr. Christie, acrescerão os que resultavam da presença da força estrangeira no porto, força que a voz publica dizia haver comparecido para apoiar as reclamações do cônsul britânico, e que, despertando os brios da população pela offensa que nisso enxergava a independência e a dignidade nacional (...). Passando a ocupar-me do segundo ponta da nota do Sr. Christie, o de um novo inquérito feito na presença de um oficial da marinha inglês, para justificar a recusa do governo imperial a esta pretensão do S. M. Britannica, baster-me-há ponderar ao Sr. Christie que proceder de outro modo importaria reconhecer a impotência, ou a inépcia das justiças do país, e a incapacidade do próprio governo, importando ao mesmo tempo a tolerância por parte deste o mais flagrante desrespeito a soberania e a dignidade nacional.³³²

Em outro despacho, o ministro brasileiro respondeu que mesmo com as boas intenções por parte da Grã-Bretanha, o patriotismo da população poderia se avivar em um leve sinal da presença estrangeira.³³³ O clima entre os países pioraram ao longo do ano de 1862, com o ápice em 31 de dezembro, quando Christie ordenou que o comandante Warren bloqueasse o porto do Rio de Janeiro.

Através do diário do Imperador, percebemos que as represálias não representaram uma surpresa absoluta para o governo, pois, no dia 27 de dezembro, o Imperador comentou sobre o ultimato de Christie e que se o bloqueio ocorresse, ele não iria ao Arsenal da Marinha para não causar uma agitação popular muito intensa. Mas, D. Pedro

³³¹ GRAHAN, op. cit. pp. 389.

³³² Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro (1863), Anexo n.1 pp.69.

³³³ Idem, pp. 76.

II iria até o Paço imperial para não parecer indiferente em tal conjuntura.³³⁴ Além disso, percebemos que o governo brasileiro queria filtrar as informações dos jornais e colocar a questão amplamente desfavorável em relação à Grã-Bretanha. Porque, no dia 30 de dezembro de 1862, Abrantes confirmou ao Imperador que pretendia mandar imprimir em segredo na Imprensa Nacional, os principais documentos referentes à questão. O objetivo do ministro era de preparar uma defesa contra qualquer afronta por parte dos britânicos e que a comunidade internacional pudesse estar ciente do ocorrido.³³⁵

No fatídico dia 31 de dezembro, mais uma vez, o Imperador em seu diário mencionou a publicação da correspondência de Abrantes na imprensa, a preparação de uma artilharia de defesa e as agitações na praça do comércio. Os brasileiros queriam afundar um navio britânico no porto do Rio de Janeiro³³⁶. O barão de Mauá tentou negociar um acordo com Christie e, na carta enviada ao marquês de Olinda, Mauá recordou que não era a primeira vez de uma intervenção pessoal nos assuntos referentes ao Brasil e Grã-Bretanha. No entanto, o marquês de Olinda preferiu esperar a resposta do Conselho de Estado.³³⁷ A participação de Mauá não foi totalmente eclipsada pelo governo imperial, pois o barão discutiu os termos para o fim das represálias pessoalmente com as autoridades britânicas no Rio de Janeiro. Como apontou José Antônio Soares de Souza, não foi a primeira vez que Mauá intercedeu numa briga entre Brasil e Grã-Bretanha, durante o período da lei Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queiróz, Mauá manteve contato direto com o representante britânico, James Hudson.³³⁸

No dia 3 de janeiro, Christie e Abrantes os diplomatas reuniram-se para traçar uma nota que fosse aceitável para ambas as partes. Não podemos afirmar com exatidão se a mudança de atitude de Christie foi o resultado do susto ao ver suas ações o levarem tão longe, ou se ficou impressionado com a oposição demonstrada na cidade para com suas ações. Richard Graham especulou que o barão de Mauá conseguiu convencer Christie a tomar uma atitude mais razoável. Em todo caso, deste ponto em diante notou-

³³⁴ Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, dia 27 de dezembro de 1862.

³³⁵ Idem, dia 30 de dezembro de 1862.

³³⁶ No dia 4 de janeiro, o Imperador falou em seu diário que uma publicação na Imprensa foi censurada, pois seria publicado um manifesto com o objetivo de organizar um grupo de voluntários para lutar contra a Inglaterra.

³³⁷ Idem, dia 31 de dezembro de 1862.

³³⁸ SOUZA, José Antônio Soares de, *O Final do Tráfico de escravos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.323. Departamento de Imprensa Nacional, Brasília, 1980, pp.5

se uma nova direção nas negociações, devido à insistência do próprio cônsul britânico.³³⁹

Em seu diário, o Imperador desabafou “*Que triste começo de ano sob a pressão de ameaça dum governo estrangeiro*” e comentou que já tinha escolhido o rei Leopoldo da Bélgica para o arbitramento entre os países, mas que alertou Abrantes para que mostrasse para Christie que a ideia partiu do governo britânico.³⁴⁰ Abordamos anteriormente que as represálias cessaram no dia 5 de janeiro de 1863, com a recapitulação do governo imperial. Isso porque, D. Pedro II aceitou pagar a indenização sob protesto no caso do naufrágio e o arbitramento internacional na questão da prisão dos oficiais britânicos. A reunião do Conselho de Estado mostra claramente os humores dos políticos brasileiros e do Imperador em relação à agressão britânica.

As deliberações e discursos dentro do Conselho de Estado mostraram claramente as posições dos líderes políticos do Império. O visconde do Uruguai comentou que transparecem nos problemas aparentes que levaram as represálias, outras questões maiores para os interesses britânicos. Ele acreditava que os principais pontos que influem indiretamente nesse contexto, são as da Convenção para uma Comissão Mista de reclamações e da Convenção Consular. A análise do visconde era que as relações tensas entre Brasil e Grã-Bretanha, referente à questão do tráfico e dos emancipados, tinha que ter sido resolvida e não deixado acumular ao longo dos anos.

O visconde do Uruguai condenou a ação britânica e as justificativas dadas por Christie, principalmente em relação às represálias, pois o político brasileiro apontou que essa atitude deveria ser o ultimo recurso de uma nação. No entanto, o arbitramento não foi utilizado como instrumento jurídico legítimo entre os países. A opinião do conselheiro de Estado era de conservar a dignidade nacional,

Tomam embarcações brasileiras para segurar o seu pagamento. É represália, não é estado de guerra. Pois bem, nós opomo-nos singularmente à tomada de cada embarcação, quando as circunstâncias o permitem. É contra-represália. Não é estado de guerra. Estamos no nosso direito. Quisera que, como um protesto mais verdadeiro e real do que as de simples palavras, fossem expedidas ordens, com conhecimento da Legação britânica e de todos, e o mais publicamente possível, às embarcações e fortalezas brasileiras, para que não tolerassem que à sua vista fossem feitas tais capturas, e as embaraçassem, enquanto pudessem dar um tiro, limitando-se somente a repelir e a embaraçar a agressão. Não se passando a atos que qualifiquem o estado de guerra, não

³³⁹ GRAHAN, op. cit. pp. 391.

³⁴⁰Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, 1 de janeiro de 1863.

Ihe inspiram receios graves essas contra-represálias, que ao menos concorrem para salvar o decoro.³⁴¹

No entanto, o próprio visconde ressalta que existia um limite do seu próprio discurso e da soberania do país frente à Grã-Bretanha,

Estamos muito entrelaçados com a Inglaterra por negócios e relações financeiras e comerciais, cujo estremecimento sobretudo agora, nos há de fazer grande mal. Vence-se em dezembro deste ano o nosso empréstimo de 1843 contraído em Londres. Vence-se em abril do ano próximo o empréstimo de 1324, cujo capital circulante o último Relatório da Fazenda calcula em cerca de dois milhões, trezentas e cinquenta e seis mil e seiscentas libras. O estado da nossa agricultura e das nossas finanças não é próspero, vai talvez em decadência. É preciso grande soma de prudência. Mas há limites que esta não deve ultrapassar com jactura da dignidade e honra.³⁴²

O visconde de Jequitinhonha reforça a opinião do visconde do Uruguai se baseando na indignação com que foram recebidas as hostilidades (o conselheiro não utiliza a palavra represália) praticadas pela esquadra britânica, os possíveis prejuízos comerciais, finalmente nos princípios de justiça das Nações civilizadas. Interessante notar que no final do argumento, o visconde fala “*não se trata hoje, Senhor, de uma questão de tráfico africano*”.³⁴³ O conselheiro tentou separar a questão do tráfico das tensões diplomáticas que levaram ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro. E sua opinião era enfática em relação ao repúdio a intervenção britânica.

Acreditamos ser necessário analisar a participação de Calógeras no processo, já que ele foi um dos principais intermediadores entre o Estado Imperial e Christie. Como já apontado anteriormente, Calógeras foi nomeado primeiro oficial da secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros. Em 1862, torna-se diretor na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e por isso, participou efetivamente dos acontecimentos que culminaram no fechamento do porto do Rio de Janeiro por Christie e as negociações para a obtenção de um acordo entre Brasil e Grã-Bretanha³⁴⁴.

A participação de Calógeras na crise diplomática pode ser explicada não só pelo trabalho realizado como funcionário público, mas também pela sua proximidade com os políticos da época. Mencionamos no capítulo anterior, a fundação do colégio de Calógeras com o barão de Tautphoneus no terreno do Conselheiro de Estado, Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, um dos principais líderes do Partido

³⁴¹ Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864, pp. 208.

³⁴² Idem, pp.209.

³⁴³ Idem, pp. 210.

³⁴⁴ Cf capítulo 2.

Conservador, e presidente do conselho de ministros do gabinete de 1853-1856. Calógeras comentou a sua proximidade com outro político de destaque na época, marquês de Abrantes,

Quando estava na Secretaria dos Negócios do Império, e depois com Marquês de Abrantes, eu fazia algo de útil, todo mundo o reconhecia de bom grado e me era simpático (...). Quando trabalhava com o bondoso Marquês, a realidade conjugava-se com as aparências. Agora é que lhe rendo mais justiça. Ele continua sempre a ser tão bom e amável para conosco. Quer nos receber-nos pelo menos aos domingos, embora nem sempre possamos ir.³⁴⁵

Os jornais da época relataram também a constante presença de Calógeras no Paço Imperial para cumprimentar a família real.³⁴⁶ O próprio Imperador escreveu sobre o envolvimento de João Batista com Christie,

(...) Depois do despacho recebi a carta que junto do Abrantes lhe fosse falar ou mandasse seu secretário o Calógeras. Este trouxe um papel por letra e muito pouco delicado (sic) do Christie, em forma de lembrança, mas assinado, em que diz que o governo do Brasil se sujeita a pagar a soma que o governo inglês marcar pelo negocio do Albardão³⁴⁷.

Além disso, os jornais comentavam a importância de Calógeras e outros burocratas nos negócios públicos, A revista *O Espectador* destacou:

Os quatorze ministros – Há no paiz sete pastas e quatorze ministros, sete para vestir a farda e de outros meios de conservar a deliciosa actualidade e outros sete ou para aconselhar ou para dirigir completamente os negócios públicos. **Império – Senhor Calógeras** e o senhor Torres, Marinha – Senhor Alfonso e senhor Pessoa, Justiça – Senhor Martin e senhor Ferreira, Estrangeiros – Senhor Peçanha e Senhor Paranaguá. Quando estes ajudantes não podem com as cargas que carregão, há recurso para o conselho de estado pleno, ou para respectivas secções (...)³⁴⁸

Devemos relativizar as críticas acidas da revista *Espectador* e também no *Diário do Rio de Janeiro*, sobre o funcionamento da máquina burocrática brasileira. No entanto, anteriormente citamos o desabafo de Calógeras no tocante ao seu trabalho no

³⁴⁵ Carta de Calógeras para sua mulher, dia 24 de julho de 1859. Ver em CARVALHO (1959), op.cit. pp. 36. Na nota de pé de pagina, Antonio Gontijo cita o livro do Barão de Paranapiacaba, em suas *Memórias*, anexas à versão de *Prometeu acorrentado* por D. Pedro II, Rio de Janeiro, 1907, pp.191). Recorda o Barão, “o marquês despertava cedo, despachava a pasta dos Estrangeiros, preparada pelo seu oficial de gabinete, o ilustradíssimo João Batista Calógeras.

³⁴⁶ *Correio Mercantil*, 21 de janeiro de 1856, dias 14 e 31 de março de 1859, 14 e 22 de julho de 1862, 3 de fevereiro de 1863, 15 de janeiro e 12 de setembro de 1865, 4 de junho de 1866, 26 de junho e 13 de agosto de 1867.

³⁴⁷ *Diário do Imperador Pedro II*, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol.33, dia 3 de janeiro de 1863.

³⁴⁸ *O Espectador*, dia 25 de janeiro de 1868.

Ministério, principalmente na pasta do Império, quando por muitas vezes despachou documentos sem a atenção precisa de seu ministro.³⁴⁹

Nas cartas mandadas para sua mulher, João mencionou a fundação de um novo jornal, “*A verdade sem rebouço*”, a reportagem destacou que os ministros eram arrastados para o lodo e que o Ministério dos Negócios Estrangeiros estava de fato nas mãos dos estrangeiros. Um grego que seria guiado pelo General *Yankee*.³⁵⁰

Por esses motivos, Calógeras acabou por se envolver inteiramente nas negociações diplomáticas entre Brasil e Grã-Bretanha. Não pretendemos afirmar que o burocrata tinha autonomia para costurar acordos políticos com Christie, mas apenas ressaltar a peculiaridade da situação que o mesmo presenciou como testemunha ocular. Como já mencionado, João Batista nasceu na Grécia, depois se naturalizou brasileiro e conseguiu se inserir na sociedade patrimonial e nobiliárquica brasileira. Obviamente, Abrantes ou o próprio Imperador não confiariam a qualquer um a missão de ser o principal interlocutor de um momento tão complicado do país.

A participação de Calógeras no incidente diplomático aconteceu no momento de maior tensão entre os países. A situação política entre Brasil e Grã-Bretanha se deteriorou no decorrer do mês de dezembro. Christie enviou para Abrantes instruções de como o governo brasileiro deveria proceder na questão da prisão dos britânicos no Rio de Janeiro. Entre elas, a demissão do chefe do destacamento dos policiais que prenderam os oficiais britânicos, a punição do sentinela que agrediu os oficiais britânicos, um pedido de desculpa do governo brasileiro e o chefe de polícia deveria ser censurado publicamente. No caso do naufrágio, os britânicos cobravam a indenização pelos prejuízos, mas a quantia seria discutida na arbitragem internacional, depois que o governo brasileiro acatasse as reivindicações do governo britânico.³⁵¹

A primeira referência a Calógeras, e que já foi mencionada, ocorreu quando Christie mandou um despacho para o ministro Russell. O diplomata britânico encontrou Calógeras, este mencionou que o relatório do ministro da Justiça sobre as prisões dos britânicos ainda não tinha sido mandado para Abrantes. Logo depois, em outro momento, Christie comentou sobre uma reunião com Abrantes e Calógeras,

I therefore sought the Marquis of Abrantes, and took Mr. Brodie with me. I stated to the Marquis that I had come to make an important communication, and as conversations were sometimes misunderstood and misremembered, I

³⁴⁹ Cf CARVALHO (1959), op. cit.

³⁵⁰ Idem. pp. 144.

³⁵¹ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 734.

thought he might agree with me in wishing that each should be attended by a witness. He therefore called in his Private Secretary (Calógeras), and the following conversation took place, in the presence of Mr. Brodie and that gentleman (...)³⁵²

Percebemos nessa passagem, a confiança que Abrantes tinha no seu secretário nas discussões diplomáticas e até mesmo na simpatia que Calógeras despertava no diplomata em Christie. Em despacho para Abrantes, Christie falou:

A este respeito não se fez reserve alguma na note que V. Ex. me dirigio em 5 do corrente, em consequência da qual, depois de varias conferencias com o secretario de V. Ex., concordei em suspender as represálias, e em relaxas as presas.

V. Ex. com sciencia dos seus collegas, mandou-me o seu secretario para representa-lo, e o governo imperial esta ligado pelo procedimento deste. Pela minha parte tive grande satisfação em tratar com o Sr. Calogeras, e felicito sinceramente a V. Ex. a ao seu paiz adoptivo pela acquisicao de um funcionario publico tão hábil, zeloso e honrado.³⁵³

Em outra passagem, Calógeras foi até a casa de Christie para uma conferência e o próprio Imperador comentou o encontro entre os dois,

(...) Admite a conferência pedida pelo Christie e o memorandum, de que fala o protocolo da conferência entre Christie e Calógeras, mas sendo o memorandum redigido por terceira pessoa, porque assim o exige a dignidade do ministro e talvez a este convenha emendá-lo.³⁵⁴

A conferência citada acima aconteceu depois da ordem de Christie para fechar o porto do Rio de Janeiro. Como Abrantes estava doente, coube ao seu secretário interceder junto ao diplomata britânico. O memorando dizia que o governo brasileiro deveria pagar uma quantia de indenização sob protesto, e os dois países escolheriam em acordo o árbitro internacional e a publicação das correspondências entre as nações sobre as discussões diplomáticas. Calógeras levou o memorando para o Conselho de Estado que estava reunido com a presença do imperador, e depois levou a resposta do governo brasileiro que essencialmente aceitava a proposta britânica.

O diplomata britânico fazia questão da publicação nos jornais dos despachos entre ele e Abrantes, pois alguns políticos acabaram por jogar toda a opinião pública

³⁵² Idem, pp. 738.

³⁵³ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro 1862, número 60, pp. 157.

³⁵⁴ Diário do Imperador Pedro II, Anuário do Museu Imperial, Petrópolis vol.33, dia 5 de janeiro de 1863.

brasileira contra o governo britânico. Christie relatou que as correspondências que levaram as represálias não foram publicadas pelo governo brasileiro no *Diário Oficial*.

The secretary of the Marquis of Abrantes, whom indeed he had sent to come to me at an early hour, to express the astonishment and indignation of the Marquis at the non-publication, and at the explanation given in the official journal, to assure me that he had given orders for the publication, and that it had been stopped without knowledge, and to promise that the publication should be made without fail the next day, and the statement of the official journal contradicted.³⁵⁵

No seu livro, Christie afirmou que Calógeras tinha boas intenções em resolver o problema ligado as publicações. No entanto, seria natural que com menos poder, Calógeras não tenha conseguido determinar a publicação das informações. Para o diplomata britânico, os ministros brasileiros achavam que a divulgação das notas poderia mudar o julgamento da sociedade brasileira. Essa opinião de Christie foi provada pelas conversas do Imperador com Abrantes poucos dias antes do acontecido. Como citamos anteriormente, Abrantes tinha organizado as correspondências que pudessem depor a favor a causa brasileira nos jornais e com isso, jogar a opinião pública contra o ato violência da Grã-Bretanha.

Mesmo com o fim das represálias promovidas pela Grã-Bretanha, à relação entre Brasil e Grã-Bretanha não melhorou como todos os envolvidos acreditavam. A circular enviada pelo marquês de Olinda para os presidentes de província ilustraram as repercussões diplomáticas das represálias,

(...) as questões foram para o arbitramento e que o problema foi resolvido sem a menor quebra da dignidade do Brasil. O mesmo governo confia nos sentimentos patrióticos que se tem manifestado no povo desta capital, sem distinção de posições sociais e opiniões políticas, terão eco nas províncias do Império, e que seus habitantes dellas se unirão como um só corpo e rodearão o augusto trono do Imperador, sempre que se tratar de decoro e dignidade da nação brasileira.³⁵⁶

Richard Graham não concordou com a tese de que o naufrágio e a prisão dos oficiais possam explicar a organização das represálias. Na opinião do historiador britânico, a Grã-Bretanha procurava uma ocasião exibir o predomínio do seu poder. O autor afirmou que mesmo com o acordo de 1826, muitos dos africanos emancipados continuavam com a situação da escravidão sendo uma constante reclamação dos

³⁵⁵ British and Foreign State of Papers, vol. 54, pp. 748.

³⁵⁶ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1862, Anexo N.1, pp. 155.

britânicos até as represálias. O mesmo ministro que levava avante as represálias, também estava interessado na questão do tráfico dos escravos, os "emancipados" e os acordos comerciais eram a principal preocupação da Grã-Bretanha nos despachos entre os dois países. Segundo Grahan, Christie acusava o fato de escravos nascidos na África serem contrabandeados depois do fim legal do tráfico.³⁵⁷ Grahan afirmou,

Finalmente, um observador contemporâneo acusa como o maior erro de Abrantes o não ver o que era sabido em tôdas as côrtes da Europa, isto é, a Grã-Bretanha, nesse momento, procurava uma ocasião para humilhar o Brasil e forçá-lo a assinar um tratado comercial favorável.³⁵⁸

O governo imperial utilizou os jornais para manifestar seu posicionamento frente ao bloqueio britânico. Abrantes declarou que o governo consideraria uma dívida de honra os prejuízos gerados pela Grã-Bretanha. Inclusive, nos despachos entre os governos, Christie comentou que no jornal *Diário Oficial*, o governo imperial reivindicava uma indenização pelos custos causados pelas represálias. E também afirmou que não entendia os motivos das reclamações brasileiras, pois nas conferências realizadas com Calógeras, de acordo com o diplomata britânico, todos os assuntos foram resolvidos. Como resposta, Abrantes declarou:

O Sr. Christie estará sem duvida lembrado do que quaisquer respostas que lhe desse o meu secretario, quando perguntou se o governo imperial se responsabilizaria pelos prejuízos resultantes das represálias, não deixou de declarar que o mesmo governo não podia assumir semelhante responsabilidade se não debaixo de protesto.³⁵⁹

Durante todo o mês de janeiro de 1863, Abrantes e Christie trocaram despachos em relação aos motivos levaram o governo brasileiro em pagar a indenização no caso do navio naufragado, o modo como seria organizado o arbitramento entre os países e também a legitimidade das reclamações brasileiras a respeito do apresamento dos navios promovidos pela marinha britânica. O diplomata britânico indagou quais seriam os parâmetros estabelecidos: se a prisão dos marinheiros foi legítima; a maneira como foram tratados os oficiais e qual seria punição para as autoridades brasileiras envolvidas. Abrantes respondeu a Christie,

³⁵⁷ GRAHAN, op. cit. pp. 122.

³⁵⁸ Idem, pp. 126

³⁵⁹ Idem, pp. 157.

O ajuste celebrado entre o governo imperial e o Sr. Christie consistio em effectuar-se em Londres, sob protesto, o pagamento da quantia queo o governo de S. M. Britannica exigisse como indenização pelo naufrágio da barca Príncipe of Wales, e em submeter ao julgamento de um arbitro a questão da fragata Forte, nos termos da minha nota de 5 do corrente (...) Afim de enternder-se directamente com o gabinete de S. M. Britanica, não só acerca do cumprimento do mesmo ajuste, como ainda a respeito das reclamações que tem o governo imperial o direito de intentar contra as violências praticadas e os prejuízos dellas resultantes, e da satisfação condigna a violação da soberania territorial pelo acto de se effectuarem e conservarem as presas nas próprias águas brasileiras.³⁶⁰

Por esses motivos, Abrantes mais uma vez ratificou o que foi discutido pelo Conselho de Estado, isto é, o arbitramento seria apenas discutido a aplicação das leis do país aos oficiais britânicos e não da natureza e execução das leis do Império. Para o ministro brasileiro, o país tinha o direito também de reclamar as indenizações relativas ao bloqueio ao porto do Rio de Janeiro, mesmo sem ter sido discutido nos acordos de paz do dia 5 de janeiro com Calógeras.

Embora com as tensões constantes, em fevereiro de 1863, o governo britânico aceitou o arbitramento do rei da Bélgica. Além disso, o diplomata brasileiro em Londres, Francisco Ignácio Carvalho Moreira pagou a indenização de 3.200 libras referente ao naufrágio. Mais uma vez, o discurso do agente imperial era que o pagamento foi feito como consequência dos movimentos ilegais na marinha britânica, portanto, sendo resultado do uso da força e não uma admissão de culpa por parte do governo brasileiro.³⁶¹

O governo britânico manteve os argumentos da culpabilidade das autoridades brasileiras na questão do naufrágio. Lorde Russel (ministro dos negócios estrangeiros a Grã-Bretanha) e Christie concordavam que as represálias foram fundamentais para obter justiça por parte do governo imperial. No dia 5 de maio de 1863, Carvalho Moreira enviou um despacho dando praticamente um ultimato para Lorde Russel.

(...) o abaixo-assinado, por parte do governo de Sua Majestade o Imperador, tem a honra de propor ao governo de Sua Majestade Britannica o que poderia ser uma solução satisfactoria na presente dificuldade: Que o governo de Sua Majestade Britannica exprima o seu pezar pelos factos que acompanharão as represálias, e declare que não tivera a intenção de ofender a dignidade e de violar a soberania territorial do Império; e, quanto aos danos resultantes de apresamento dos navios, que concorde o governo britannico

³⁶⁰ Idem, pp.165.

³⁶¹ Idem, pp. 175.

em atender, mediante uma liquidação arbitral, a reclamação feita em favor dos interessados.³⁶²

Com a recusa do governo britânico em aceitar as reivindicações relativas às represálias e um novo arbitramento para resolver essa nova celeuma, D. Pedro II não esperou o resultando final do julgamento do rei Leopoldo e rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

A postura de D. Pedro II, mesmo com o arbitramento internacional sendo favorável ao Brasil, estava relacionada ao fato de que os britânicos não se retrataram pela postura belicosa no bloqueio do Rio de Janeiro. Em nota de Lorde Russel para os diplomatas britânicos no Rio de Janeiro, o ministro explicou que as represálias foram feitas para obter a segurança das vidas e propriedades dos britânicos. No mesmo despacho, Russel comentou sobre as boas relações entre os países, mas que existiam conflitos relacionados ao problema do tráfico de escravos e das condições dos africanos emancipados.

O político britânico citou uma série de despachos acerca dos emancipados que não foram respondidos pelo governo imperial. Interessante destacar que uma das notas foi enviada no dia 12 de fevereiro de 1863 e respondida por Abrantes apenas no dia 28 do mesmo mês. Exatamente em fevereiro, o Brasil tinha pagado sob protesto a indenização referente ao naufrágio e as relações foram se deteriorando até o rompimento em maio. Lorde Russel declarou:

O único fim do governo de Sua Majestade era obter segurança para as vidas e propriedades dos seus súditos, que possam ter a desgraça de naufragar nas costas do Brasil, e tornar respeitadas as pessoas dos oficiais de marinha de Sua Majestade, no território brasileiro.

Se no correr deste negocio foi necessário autorizar a captura de navios brasileiros nas águas brasileiras, tal necessidade foi a origem e o limite da ação diplomática e das autoridades navais de Sua Majestade.

(...) É notório, porém, que o governo do Brasil há muito desatende habitualmente as representações que lhe são apresentadas pelos agentes diplomáticos de S. M no Brasil, e, como prova disto, entre outras, pode-se mencionar que seis notas dirigidas ao governo brasileiro, no espaço decorrido de 19 de dezembro a 17 de abril de 1862, ficaram senão sem resposta, seguramente que sem resposta satisfatória. Estas notas, redigidas segundo as ordens do governo de Sua Majestade, pediam ao governo brasileiro informações quanto ao número, e explicações quanto a condição de alguns milhares de negros aprendidos aos navios empregados no tráfico de escravos, e há muitos anos declarados livres pela comissão mista do Rio de Janeiro, os

³⁶²Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1863, 1A, Anexo 1-pp. 8.

quais porém, há motivo para crer, ainda se conservam escravos, em contravenção da Le e das obrigações contraídas por tratado.³⁶³

No mesmo despacho, Russel analisou os problemas que levaram ao fracasso da organização de uma nova Comissão Mista, mostrando que as questões relativas à escravidão estavam presentes no contexto diplomático entre os países. Bethell concluiu:

A supressão final do comercio brasileiro de escravos durante os anos 1850-1 – vinte anos depois de ter sido declarado ilegal por tratado com a Grã-Bretanha e mais de quarenta anos depois de esta última ter abolido a sua própria parte do comércio transatlântico e feito as suas primeiras propostas abolicionistas oficiais em Lisboa e no Rio de Janeiro – não removeu imediatamente a questão daquele comércio das relações anglo-brasileiras. Pelo contrario, tanto a lembrança como o legado de um conflito tão prolongado e as vezes tão amargo ainda envenenaram, por muitos anos, as relações entre os dois países. E a continuação em vigor da Lei Aberdeen, muito depois de o tráfico ter sido abolido, serviu de maneira muito efetiva para manter viva a controvérsia em torno do comércio de escravos.³⁶⁴

Por esses motivos, não podemos desconsiderar todo o passado de atritos entre Brasil e Grã-Bretanha referentes ao tráfico de escravos. Isto não quer dizer que os problemas pontuais do naufrágio, prisão dos oficiais britânicos e as represálias tenham pouca importância no corte das relações diplomáticas. Mas, acreditamos que as pressões britânicas para a supressão do tráfico, como por exemplo, os constantes despachos pedindo a lista dos africanos emancipados e o confisco de navios brasileiros foi fundamental para a deteriorização das relações entre os países.

Nesse sentido, a consolidação do Estado Imperial nas décadas de 1850 e 1860, permitiu que o Império não aceitasse mais a intervenção britânica na política interna e no próprio território. O discurso de soberania nacional foi estimulado em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, isto é, o governo imperial suprimindo o tráfico internacional como se fosse uma ação puramente brasileira e não por pressões britânicas. Sabemos que a lei de 1850 não foi promulgada apenas por decisão imperial, mas também como resposta aos inúmeros confiscos de navios negreiros desde o Bill Aberdeen. No entanto, o rompimento diplomático de fato ressaltou certo grau de autonomia política do país. Podemos incluir também, as incursões no Uruguai e pouco tempo depois a própria Guerra do Paraguai, como o momento de auge da política externa imperial.

³⁶³Idem, pp. 14-15

³⁶⁴BETHELL, op. cit. pp. 410.

José Maia Bezerra Neto destacou que a historiografia³⁶⁵, iniciada depois da supressão do tráfico, tal qual o livro do Conselheiro, político liberal e advogado Tito Franco de Almeida, *O Brazil e a Inglaterra ou o Tráfico de Africanos*, de 1868, defendeu a tese de que, apesar das pressões britânicas, coube ao Brasil o mérito da abolição do tráfico, opondo-se àqueles que viam o fim desse comércio ilegal apenas como resultado do ato de força britânico, através do *Bill Aberdeen* de 1845. Por sua vez, Aureliano Cândido Tavares Bastos, político liberal e advogado, em *Cartas do Solitário* de 1863, mesmo reconhecendo a importância britânica para a abolição do tráfico, diante, muitas vezes, da fraqueza dos governos brasileiros, demonstrou que não coube aos britânicos o fim do tráfico, mas ao governo imperial.³⁶⁶ Outro importante político e intelectual foi Perdígão Malheiro que, em 1867, culpava os estrangeiros pelo tráfico, e que “apesar da repressão britânica, sendo justamente a mudança da opinião pública brasileira e internacional o fator importante para o combate ao comércio ilegal de africanos, cabendo ao parlamento e ao governo brasileiro decisivo papel na sua extinção”.³⁶⁷

O arbitramento internacional deu ganho de causa para o Brasil. Pelo depoimento, o rei Leopoldo julgou que não existiam provas que o conflito foi causado pelos agentes brasileiros. E que os oficiais britânicos não estavam fardados e nenhum indício corroborava com o status de oficiais. Em relação ao tratamento que os britânicos receberam na prisão, Leopoldo utilizou os despachos dos britânicos, pois os oficiais foram mandados para um lugar mais adequado quando foram identificados. Como conclusão, o rei belga afirmou que as leis brasileiras aplicadas não ofenderam a marinha britânica³⁶⁸

Calógeras em seu diário ressaltou a situação um ano depois do rompimento entre os países,

Estamos sempre na mesma em nossa questão com a Inglaterra. O Conde Russel respondeu da maneira mais ultrajante a ultima nota do Conde de Lavradio, Ministro do nosso Mediador, o Rei de Portugal. Creio, todavia que

³⁶⁵ BEZERRA NETO, José Maia. O Africano indesejado. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão Pará, 1850-1860). *Afro-Ásia*, 44 (2011), 171-217. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_JMBezerra.pdf

³⁶⁶ Cf. Tito Franco de Almeida, *O Brazil e a Inglaterra ou tráfico de africanos*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868. Aureliano Cândido Tavares Bastos. *Cartas do solitário*. Rio de Janeiro: 1863, 2ª ed., pp. 108-109, 112, 126-129. Perdígão Malheiro, *A escravidão*, pp. 41, 43-44, 49, 51, 52-57.

³⁶⁷ MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. III parte e apêndice. Volume II, Petrópolis: Vozes / Brasília: INL, 1976, pp. 41, 43-44, 49, 51, 52-57. In: BEZERRA NETO, op. cit, p. 175.

³⁶⁸ Marquês de Abrantes, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1863, pp. 17.

seria oportuno chegar-se a um acordo, se o Imperador não fosse tão teimoso, pois, num telegrama expedido à última hora, dizem-nos que o negócio se arranjará se renunciássemos à terceira condição da satisfação que exigimos, isto é, a indenização dos prejuízos causados pelas represálias. As duas outras condições referem-se à apresentação de desculpas pelos fatos que acompanham as represálias, e à execução da sentença do Rei Leopoldo. Tendo essa sentença declarado que a Inglaterra não tinha razão no caso dos oficiais da **Forte**, é preciso que a Inglaterra reconheça que errou ao fazer represálias nesse caso. São meses e anos, para conseguir que essa velha Albion diga cousas tão simples! Esses ingleses são duros. Os fatos que acompanharam as represálias consistem em terem sido feitas em nosso mar territorial, e em que os navios capturados foram guardados num dos nossos portos. Estas assim a par, mas não fales no último telegrama, pois ainda é segredo.³⁶⁹

Portanto, mesmo com a derrota diplomática na **Questão do Forte**, os britânicos não aceitaram se retratar nem pagar algum tipo de indenização decorrente das represálias. O governo português entrou em cena para mediar uma tentativa de reconciliação em meados do ano de 1863. No entanto, Lorde Russel declarou para o mediador português Conde do Lavradio³⁷⁰ que não aceitava a proposta brasileira, porque mesmo que Leopoldo tenha dado uma sentença favorável ao Brasil, os britânicos não deveriam se desculpar por causa das represálias ordenadas e executadas³⁷¹. A justificativa do ministro britânico era que o bloqueio aconteceu por caso do naufrágio e a postura do governo brasileiro. Além disso, Russel citou as represálias que o Império organizou contra o Uruguai em 1864.³⁷² No final do despacho, o político britânico alertou,

No final da sua nota apresentada o Conde do Lavradio como razão, que, em sua opinião, devia induzir o governo de Sua Majestade a anuir as condições brasileiras, que a interrupção das relações diplomáticas entre Grã-Bretanha é extremamente nociva nos interesses dos dois Estados (...) O governo de Sua Majestade liga a devida importância as relações comerciais entre Grã-Bretanha e o Brasil, porém o abaixo assinado pede licença para observar que o comércio entre os dois países constitui apenas uma trigésima segunda parte do comércio estrangeiro da Grã-Bretanha, em quanto que ele figura quase a

³⁶⁹CARVALHO (1959), op. cit. pp.133-134.

³⁷⁰Nasceu no dia 12 de julho de 1797 e faleceu no dia 1 de fevereiro de 1870. Foi ministro de Estado, par do reino, veador da infanta D. Isabel Maria, comendador da ordem de N. Sr.^a da Conceição, grã-cruz da de Cristo, da Torre e Espada, e das seguintes estrangeiras: Leopoldo da Bélgica, Ernesto Pio de Saxônia, Guelfos de Hanover e Danebrog da Dinamarca; condecorado com a ordem da Casa de Hohenzolern de 1.^a classe, enviado em missão extraordinária à corte Coburgo, ministro plenipotenciário em Londres, conselheiro de embaixada em outras cortes, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Disponível no site: <http://www.arqnet.pt/dicionario/lavradio2c.html> (Dicionário Histórico)

³⁷¹José Antonio Saraiva, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1865, Anexo N.1, pp.16

³⁷²Idem.

metade do comércio estrangeiro do Brasil e este comércio é de certo muito mais importante para o Brasil do que para a Grã-Bretanha.³⁷³

A intenção do ministro britânico foi de mostrar que era muito mais importante para o Brasil reatar relações com a Grã-Bretanha do que o contrário. Embora, no mesmo despacho, Russel afirmou que o problema entre os países não resultou em prejuízos comerciais. Porém, o governo imperial manteve o argumento que as represálias só poderiam ser feitas em alto mar, ou nos portos pertencentes do governo que os manda fazer. João Pedro Dias Vieira, ministro das relações exteriores do Império na época, explicou que os portos e mares territoriais fazem parte da jurisdição da nação e a Grã-Bretanha violou a soberania nacional brasileira. O ministro brasileiro justificou que a intervenção no Uruguai foi diferente, pois os brasileiros residentes no país passaram a ter as suas propriedades invadidas e o seu gado furtado pelo governo uruguaio. Além disso, o almirante brasileiro avisou antes o governo uruguaio da organização das represálias.³⁷⁴

Acreditamos que o contexto externo influenciou na mudança de política, principalmente por parte do Brasil. O final do ano de 1864 foi emblemático, pois nos meses de novembro e de dezembro de 1864, as tropas brasileiras, com o apoio naval da esquadra brasileira, sob o comando de Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré, lançaram ao Uruguai um ataque fulminante. Em represália à intervenção no Uruguai, no dia 11 de novembro de 1864, Francisco Solano López ordenou que fosse apreendido o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, iniciando a Guerra do Paraguai.³⁷⁵

Diante dos conflitos armados na região da Sul, a postura do governo brasileiro mudou em relação à Grã-Bretanha. Por mais que o Império mostrasse um amadurecimento de sua política externa, o Estado não tinha fôlego financeiro e político para manter uma autonomia frente a um novo conflito armado. Por isso, no dia 23 de junho de 1865, o governo brasileiro aceitou a proposta do governo britânico do dia 7 de fevereiro de 1865. Pelo parecer de Lorde Russel, o país acataria a decisão do rei

³⁷³ José Antonio Saraiva, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1865, Anexo- N. 1, pp. 32-33.

³⁷⁴ Idem, pp. 44,45 e 46.

³⁷⁵ Cf SALLES, op. cit. A respeito da Guerra do Paraguai, cf. também AMAYO, Enrique. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. *Estudos Avançados*. [online]. 1995, vol.9, n. 24, pp. 255-268. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a13.pdf>

Leopoldo, declararia que o governo não teve a intenção de ofender a dignidade do Império e mandaria um novo diplomata ao Rio de Janeiro.³⁷⁶

Por esses motivos, o governo britânico enviou o diplomata Eduard Thornton para se encontrar D. Pedro II no acampamento de Uruguaiana, no dia 23 de setembro de 1865. O processo de restabelecimento das relações diplomáticas foi concluído no dia 20 de novembro de 1865. No entanto, é importante notar, quando do restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Grã-Bretanha, não mais renovou sua questão em torno dos africanos livres face ao Decreto brasileiro de 24 de novembro de 1864, declarando emancipados todos os africanos livres existentes no Império. Restava, então, a revogação do *Bill Aberdeen*, segundo Malheiro, “*uma questão, ainda de honra e dignidade da Nação*”, ato só revogado pelo governo britânico em abril de 1869.³⁷⁷

³⁷⁶ José Antonio Saraiva, Relatório anual dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro, 1865, Anexo N.1, pp. 41.

³⁷⁷ Cf. Perdigão Malheiro, *A escravidão*, pp. 65. Sobre o *Bill Aberdeen*, ver Bethell, *A Abolição*, pp. 433-434.

3.3 As repercussões da Questão Christie na Semana Ilustrada:

Os irmãos Fleiuss, Henrique e Carlos, foram responsáveis pela inauguração de um Instituto Artístico em parceria com o pintor Carlos Linde. Em 1863, o empreendimento foi reconhecido pelo Imperador e passou a se chamar Imperial Instituto Artístico. A revista *Semana Ilustrada* foi uma das principais realizações do Instituto, com suas caricaturas e charges ácidas, culpou Christie pelas brigas entre os países. Na edição do dia 25 de janeiro de 1863, a revista publicou uma charge que fazia alusão ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro.³⁷⁸

Figura 8: Charge fazendo uma alusão ao alcoolismo de Christie.



(Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - *Semana Ilustrada* – 15-02-1863)

Na figura 8, podemos perceber que a revista relacionou a bebedeira dos oficiais britânicos que foram presos no Rio de Janeiro com Christie. Este se transformou no símbolo de arrogância e vilania no Brasil, por isso, foi aludido como um alcoólatra.

³⁷⁸ KNAUSS, Paulo et al. (organizadores). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

Figura 9: Charge referente aos atritos causados pelo embaixador William Christie.



(Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - *Semana Ilustrada* – 25-01-63)

(Naquele tempo, Christie aos seus patrícios: Desejando dar-vos que comer, eu estendi uma perna desde a Inglaterra até o Brasil, onde consegui pôr o pé: mas infelizmente uma chuva de flechas lançadas pelos caboclos me fizeram mais que depressa desocupar o ponto.)³⁷⁹

Observando a imagem da figura 9, podemos perceber que a perna o marinheiro britânico esta cravejada de flechas e com cabeça de leão, animal símbolo da nação britânica. As flechas representavam a nação brasileira caracterizada pelo índio, que estava em escala menor em relação ao marinheiro. Podemos interpretar que a figura demonstra o expansionismo e poder da Grã-Bretanha que estende seu domínio da Europa até a América.

No mês seguinte, Machado de Assis, que escrevia da revista com o pseudônimo de Doutor Semana, em um tom irônico publicou:

V. Excia., já jantou? Ainda não jantou? Dúvida terrível, que me fez vacilar na remessa desta carta, porque se já jantou é triste para mim ir perturbar a mansa digestão de V. Excia. Um beefsteack, e dois ou três cálices de vinho (daquele da Tijuca) uma vez caídos no estômago querem ser satisfeitos em paz e sossego; acomodam-se ali dentro, e enquanto o dono, se é súdito de Sua Majestade, como V. Excia., suspira pelas margens do Tâmis, vão se desfazendo mansamente, e vai subindo a parte vaporosa ao cérebro... Mas aí

³⁷⁹ TELLES, Ângela Cunha da Motta, op., cit., pp. 68.

estou eu a ensinar o Padre Nosso ao Vigário: há de V. Excia. perdoar, mas isso provém de fazer eu respeitar em V. Excia. até o estômago.

Como talvez ainda não tenha jantado, consentirá que eu manifeste as dolorosas impressões que me sugeriu a leitura de um artigo do Diário, onde se anuncia a retirada de V. Excia.. V. Excia. vai partir e nos deixa. Sabe quanto sinto? quanto soffro? ou, economicamente falando, quanto perco? Que assunto para a imaginação caprichosa do meu desenhista era V. Excia.. E agora que ainda está de notas para cá e para lá, como mulher que brigou e quer falar por último, como isto não dava matéria para as minhas quatro páginas!

V. Excia. há de lembrar-se que Molière escreveu boas comédias, não só por ser um gênio, mas por ter matéria com que enchê-las. Esta Semana Ilustrada, que é comédia hebdomadária deste seu criado, tinha farto assunto. Alguns inimigos meus, para abater-me, chamam a minha folha pura farsa; mas eu repilo a designação, não só por mim, como por V. Excia., a quem fere diretamente e a quem os malévolos poderiam aplicar os derivados, como farsola, etc..

Mas V. Excia. vai partir e isto me dói mais que tudo. Partir! Deixar esta terra, onde V. Excia. via o céu, para onde não sabe se irá depois de morto, e ir meter-se entre os nevoeiros de Londres! É duro, Exmo. Sr.!

O meu moleque, que é instruído, lembra-me que, partindo V. Excia., nem assim ficaremos desprovidos de assunto, porque as personagens como V. Excia. ficam sempre na história, e por muito que se diga mais fica por dizer. Esta razão me consola, e praza a Deus que, sempre fiel, possa a nossa memória reproduzir nestas páginas, como exemplo a futuros ministros, a interessante e original verônica de V. Excia.

Aproveito a ocasião para renovar a V. Excia. os protestos de minha mais alta consideração.
Dr. Semana.³⁸⁰

O grande escritor brasileiro debochou da bebedeira dos oficiais britânicos na Tijuca, e sugeriu que Christie era alcoólatra. Além disso, podemos perceber uma fina ironia de Machado na partida do diplomata britânico para a Grã-Bretanha. O escritor brasileiro justifica que a partida iria gerar um prejuízo econômico e um sofrimento, pois a tensão entre os países produziu centenas de assuntos e desenhos. A postura de Machado de Assis em temas nacionalistas rendeu benefícios para um dos maiores escritores da história do Brasil. Visto que foi nomeado pelo próprio D. Pedro II como Cavaleiro da Ordem da Rosa, em 1867, pela sua manifestação quando da questão Christie e escrevendo contra Lopes, em defesa do Brasil, como nos afirma Gondim da Fonseca, um dos mais importantes biógrafos de Machado, em seu livro "Machado de Assis e o hipopótamo".³⁸¹

³⁸⁰ TELLES, Angela Cunha da Motta, op. cit. pp. 68-69.

³⁸¹ Cf FONSECA, Gondim da. *Machado de Assis e o hipopótamo, uma revolução biográfica*. São Paulo: Fulgor, 1960.

Na imagem da figura 10, o caricaturista desenhou Christie com roupas formais e um topete, em forma de crista de galo e dedo em riste, mostrando um ar de superioridade e arrogância. Nesta primeira imagem, no plano de fundo, podemos perceber os oficiais que foram presos no Rio de Janeiro. O diálogo retratou a tensão e a indignação causada pelos ingleses e a expectativa das autoridades em resolver o caso. Na segunda parte da imagem, o marinheiro estava com a cara de leão e a legenda ironizou as reações comerciais entre os países, o naufrágio no navio britânico e as pressões pelo pagamento das indenizações ao governo da Grã-Bretanha. Já no terceiro quadrinho, o desenho mostra um homem falando com um unicórnio, animal mítico europeu, e a legenda descreveu a postura intransigente da Inglaterra em receber a indenização.

Figura 10: Charge ressaltando a postura arrogante do embaixador William Christie.



(Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - *Semana Ilustrada* – 11-01-63)

(Lord Crista – Miseráveis ! Indignos de fazerem parte de uma nação civilizada. Duas garrafas de Bordeaux e meia garrafa de cognac entre três! Antes elas fossem de veneno, que assim se pouparia a vergonha que recai sobre os nossos patrícios.

-Você não ter razão de briga com inglês, que traz muita coisa para brasileiro compra...

- É verdade, e até querem que lhe compremos os seus defuntos que vêm dar a costa nas nossas praias.

- Se o senhor não me pagar até amanhã as 6 horas da tarde, arranque-lhe a casaca e as calças que tem no corpo: é direito hoje admitido pelos alfaiates civilizados. Ouviu?

- Se eu soubesse disso, não encomendava obra a alfaiate inglês!)³⁸²

³⁸² TELLES, Ângela Cunha da Motta, op., cit., pp. 79.

Figura 11: Charge de um brasileiro repudiando as influências britânicas no Brasil.



(Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - *Semana Ilustrada* – 01-03-63)

(VINGANÇA DE UMA PATRIOTA)

Moço – V. S. quer para sobremesa um pouco de plum pudding?

*Malvado! Plum pudding! Não sabes que jurei não engolir nada de inglês? Gosto bem disso, mas se quiseres que eu coma, chama-o pudim, porque com este nome brasileiro eu não quebro meu juramento)*³⁸³

Na imagem da figura 11, a charge da revista ilustrou a reação da população da cidade do Rio de Janeiro depois das manobras militares da Grã-Bretanha. Na figura, podemos perceber a oposição do cliente do restaurante em relação às influências culturais britânicas. O homem sentando repreendeu o garçom por falar o nome da sobremesa em inglês, no entanto, podemos perceber que o mesmo cliente corrigiu o garçom a falar em português a sobremesa para não atingir a honra nacional. A figura retratou mesmo que de forma irônica o atentado a soberania do Brasil e o crescimento de um sentimento de revolta em relação à presença britânica. No entanto, a insatisfação em relação à Grã-Bretanha tinha certo limite, principalmente, no âmbito econômico. Mesmo com o rompimento das relações diplomáticas, como já abordado anteriormente, comércio entre brasileiros e britânicos não foi prejudicado.

³⁸³ TELLES, Ângela Cunha da Motta, op., cit., pp. 80.

Figura 12: Lorde Russel e Marquês de Abrantes negociando a indenização do navio Prince of Wales.



(Fonte: Fundação Biblioteca Nacional - *Semana Ilustrada* -12-04-63)

Na imagem da figura 12, percebemos que as transações diplomáticas entre os países eram conhecidas pela sociedade e pelos meios de comunicação. Falamos anteriormente que o governo imperial publicou nos jornais do Rio de Janeiro os documentos referentes à Questão Christie de modo que pudesse colocar a opinião pública da capital a favor do governo brasileiro. Por essa imagem, acreditamos que o governo imperial conseguiu atingir seus objetivos, pois na figura 12, Lorde Russel (em pé), está segurando a balança que tem um prato mais leve com a inscrição, “L. 3.200”. Esse foi o valor pago pelo Brasil ao governo britânico referente ao caso do naufrágio no sul do país. O marquês de Abrantes estava sentado, a legenda da figura reforça a pressão econômica e política britânica no Brasil.

Considerações finais:

Não tenho com esse estudo a pretensão de abarcar todas as possibilidades de pesquisas que envolvem a Questão Christie e suas repercussões políticas para o Brasil e Grã-Bretanha. Ao longo desse trabalho, de dois anos de pesquisa, busquei analisar as

questões mais importantes que diziam respeito às motivações das políticas externas anglo-brasileiras e a atuação e os discursos dos principais políticos envolvidos.

A nossa intenção foi problematizar e determinar se, nas queixas referentes ao naufrágio e a prisão dos oficiais britânicos, encontra-se a causa das ações da Grã-Bretanha. Isso porque, um exame da natureza dos incidentes que tiveram lugar durante 1861 e 1862, combinado com um estudo da diplomacia que se baseou neles, parece demonstrar claramente que não foram apenas estes os motivos que moveram a política externa da Grã-Bretanha em relação ao Brasil.³⁸⁴

Acreditamos que estava em jogo na crise de 1863 era a defesa da escravidão, por meio de um discurso nacionalista do Império, contra uma pressão de décadas por parte da Grã-Bretanha em relação ao fim do tráfico. Ou, para citar o título do mais recente livro de Sidney Chalhoub, o que estava em jogo era à força da escravidão no Brasil.³⁸⁵ Foi por denunciar as tentativas de burlar a proibição ao tráfico negreiro, a escravização ilegal de africanos e a postura agressiva de Christie e outros diplomatas britânicos, que a relação diplomática entre Brasil e Grã-Bretanha entrou na pior fase de sua história.

Como alertou Bethell, a supressão final do comércio brasileiro de escravos durante os anos 1850-1 – vinte anos depois de ter sido declarado ilegal por tratado com a Grã-Bretanha e mais de quarenta anos depois de esta última ter abolido a sua própria parte do comércio transatlântico e feito as suas primeiras propostas abolicionistas oficiais em Lisboa e no Rio de Janeiro, não removeu imediatamente a questão daquele comércio das relações anglo-brasileiras. Pelo contrário, tanto a lembrança como o legado de um conflito tão prolongado e às vezes tão amargo ainda envenenaram, por muitos anos, as relações entre os dois países. E a continuação em vigor da Lei Aberdeen, muito tempo depois de o tráfico ter sido abolido, serviu de maneira muito efetiva para manter viva a controvérsia em torno do comércio de escravos.³⁸⁶

Além disso, optei por privilegiar, um indivíduo que participou efetivamente desse processo como uma testemunha ocular. João Batista Calógeras representou um caso exemplar, nascido na Grécia e naturalizado brasileiro, a trajetória de Calógeras permitiu abrir uma investigação nos escalões da burocracia imperial que foi pouco estudada pela historiografia brasileira. Num ambiente político marcado pelo domínio das elites e

³⁸⁴ Cf GRAHAN, op. cit.

³⁸⁵ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

³⁸⁶ BETHELL, op. cit. pp. 411.

relações patrimonialistas, a análise da ascensão de Calógeras contribuiu para ressaltar atuação desses indivíduos que não pertenciam aos grupos políticos dominantes.

Como apontou José Murilo de Carvalho, o grupo dominante era seleta, pois em 67 anos de Império, foram 235 senadores, 219 ministros e 72 conselheiros de Estado. Isto é, 526 posições foram preenchidas por 342 pessoas. Muitos cargos importantes eram mais administrativos do que políticos, como por exemplo, os presidentes de províncias que ficavam no cargo em média por menos de dois anos.³⁸⁷ Outros cargos importantes também tinham uma rotatividade muito acentuada, por isso a importância de indivíduos, como Calógeras ou Conselheiro Tolentino, que atuaram na burocracia por anos e que na prática deram uma estabilidade política e fizeram a máquina do governo funcionar mesmo que de forma precária.

Por esses motivos, acreditamos que, a Questão Christie e o rompimento diplomático entre Brasil e Grã-Bretanha representaram um momento singular na história da política externa imperial. Deixando de lado o discurso nacionalista, por meio da análise da trajetória de Calógeras, os discursos dos políticos brasileiros e as ações do governo, de fato podemos concluir, que a política externa atingiu seu auge no início da década de 1860.

³⁸⁷ CARVALHO (1980), op. cit. pp. 122.

Fontes primárias:

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Fontes manuscritas:

Carta de João batista Calógeras ao marques de Olinda. IGHB, pasta 207, lata 87.

Escritura de arrendamento de uma casa e dois prazos em Petrópolis que faz o Conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão a João Batista Calógeras e outros. IHGB, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1850, lata 747 pasta 6.

Carta de Calógeras para Marquês de Olinda, 22 de março de 1857. IHGB, lata 214 e documento 88.

Cortines Laxe. Porto de Caxias, Typografia do Popular, 1861. IGHB, pasta 6.1.36.

Diccionario Bibliografico brasileiro, Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Inocência Francisco da Silva, vol.3

Arquivo Histórico do Itamaraty Rio de Janeiro

Missões Diplomáticas Brasileiras. Missão José da Silva Paranhos (1857-1858)

Livro de Ofícios. Estante 272, prateleira 1, maço 5.

Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

D. Pedro II – Diário de 1862 – Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, Vol. XVIII, 1956 – pp. 16-17, 97-98 e 288.

(Diário do Imperador D. Pedro II, 1840-1891, vol. 27, CD-Rom, Organização Begonha Bediaga, Museu Imperial, 1999)

Fundação Casa Rui Barbosa

Correspondências de João Batista Calógeras a Margarida Calógeras (1864 a 1874) AL. 06/07/1943 a s.d./03/1970

Fontes primárias publicadas:

Anais Parlamentares – disponível em: www.camara.gov.br e www.senado.gov.br
Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Deputados, 1853-1856, 1862-1863.
Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1853-1856, 1862-1863.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. Terceiro Conselho de Estado, 1857-1864. CÓDICE – 307. www.senado.gov.br.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

B. M Add. MSS 43124 (Aberdeen Papers) Disponível em:
<http://www.nationalarchives.gov.uk/>

British and Foreign State of Papers, vol. 53.

British and Foreign State of Papers, vol. 54. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=mTBFAvlgkoC&pg=PA1403&dq=British+and+Foreign+State+of+Papers,+vol.54&hl=ptBR&sa=X&ei=onCOUbx7hKb0BImTgJgJ&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q=British%20and%20Foreign%20State%20of%20Papers%2C%20vol.54&f=false>.

Correio Braziliense, nº. 083. Abril de 1815, disponível em <http://www.brasiliana.usp.br>.

Discurso do Imperador – Novo e Completo Índice Chronologico da historia do Brasil, p.226. Dia 29 de dezembro de 1862. Disponível no site <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>

Decreto Imperial número 2006 – Aprovação Imperial do Regulamento para os colégios públicos de instrução secundaria do Município da Corte. Ver em *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1857*, tomo XVIII parte I, Typographia Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>.

Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica a Benito Bisso Schmidt. Essa entrevista foi realizada por *e-mail*, em junho de 2002. Extraído do site, www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/.../704

The British shipmaster's hand book to Rio Grande do Sul foi publicada em Londres na década de 1860, em que relata a costa do Rio-Grande. Disponível em: <http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=46¬icia=53710>.

Jornais: Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

(*Biblioteca Nacional Digital Nacional*)

Correio Mercantil (1848-1868)

Diário de Notícias (1870-1872)

Diário do Rio de Janeiro (1841-1858)

ECHO DO SUL (1862)

Jornal Mercantil (1879)

O Commercial (1862)

O Diario Rio Grandense (1862)

O Espectador (1868)

Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros, Rio de Janeiro (1862-1865). Disponível em: <http://brazil.crl.edu>.

Referências Bibliográficas:

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Niterói: FUNARJ/Imp. Oficial, 2012.

AMAYO, Enrique. *A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. Estudos Avançados [online]*. 1995, vol.9, n. 24, pp. 255-268.

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a13.pdf>

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *A Ideologia da Decadência*. São Paulo: IPES, 1983.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.

ALMEIDA, Maurício L. C. Bertola de. *O preço de um fracasso: a Companhia União e Indústria, a política e a economia no Império (1852-1872)*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História). USP. PPGHE.

AMARAL, José Maria do. *Diários, cartas e apontamentos, 1857-1862*. Cadernos do CHDD, ano 6 número 11, 2007.

AUBERT; Pedro Gustavo. *Entre as Idéias e a Ação: o visconde de Uruguai, o Direito e a Política de consolidação do Estado Nacional (1850-1866)*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. PPGHS.

BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo/Bergen/Tromso: Universitetsfoglaset, 1972.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Política tarifária e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX”. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, pp. 203-239, abr./jun. 1980.

BENTIVOGLIO, Julio. A Facção Áulica e a Maioridade: a presença de Aureliano Coutinho na transição para o Segundo Reinado. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.catalao.ufg.br/historia/arquivosSimposios/historia/VISIMPOSIO/PDF%%20resumo/Texto%20completo/Julio%20Bentivoglio.pdf>.

BERTIN, Enidelci. Construindo novas identidades: a emancipação dos africanos livres. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/enidelcebertin.pdf>.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*. Num. 2. vol. 61, abril-junho de 1999.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. *Estudos Avançados*. 2009, vol. 23, nº. 65.

BEZERRA NETO, José Maia. O Africano indesejado. Combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão Pará, 1850-1860). *Afro-Ásia*, 44 (2011), 171-217. http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_JMBezerra.pdf

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

CALÓGERAS, João Batista. *Casa de Caridade e Hospital da Imperial Colônia de Petrópolis*. Revista Popular ano 1 e tomo 2. Garnier, 1959.

_____. *Meandros*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959.

_____. *Comissão Scientifica Exploradora de Algumas Províncias do Império*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959.

_____. *A Questão Bancaria*. Revista Popular ano 1 e tomo 3. Garnier, 1959.

_____. *A Política Americana*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1866

CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império*. Volume 3. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1933.

CANDIDO, Antonio. *Um Funcionário da Monarquia. Ensaio sobre o Segundo Escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Editora Ouro sobre Azul, 2007.

CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Um ministério visto por dentro. Cartas inéditas de João Batista Calógeras*. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1959

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2581997000200003&script=sci_arttext.

_____. *Cidadania: tipos e percursos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiapolitica/files/2012/02/Cidadania-tipos-e-percursos-Jose-Murilo-de-Carvalho.pdf>.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Tráfico, traficantes e sociedade Pernambucana. In: Idem. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n.15, jul.-dez.2007. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi15/topoi%2015%20%20artigo7.pdf

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CHAPMAN, Stanley D. *Merchant Enterprise in Britain. From the Industrial Revolution to World War I*. Cambridge: Cambridge Um. Press, 1992.

CHRISTIE, William Dougal. *Notes on Brazilian Questions*, London: Macmillian and Co.1865.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSER, Ivo. *Visconde de Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

COSTA, João Craveiro. O Visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1937). <http://www.brasiliana.com.br/obras/o-visconde-de-sinimbu-sua-vida-e-sua-atuacao-na-politica-nacional/pagina/177/texto>.

COSTA, Wilma P. *A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado nacional (1808-1850)*. In: SZMRACSÁYI, Tamás e LAPA, José Roberto do (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Huicitec, 1996.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Lugar das Elites Regionais*. REVISTA USP, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003 Disponível no site - <http://www.usp.br/revistausp/58/07-miriam.pdf>.

ELIAS, Nobert. *Mozart, Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil Monárquico (1842-1856)*. São Paulo,

2010. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH. Pós-graduação em História Social.

FAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Rio de Janeiro, 1ª versão revisada. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 1996.

FERTIG, André. *A Guarda Nacional e as relações entre os poderes Central e Local na província do Rio Grande do sul no século XIX*. Revista de Pesquisa Histórica, n.29.1, 2011. <http://www.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/173/118>.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Gondim da. Machado de Assis e o hipopótamo, uma revolução biográfica. São Paulo: Fulgor, 1960.

GONÇALVES, Reinaldo. Evolução das relações comerciais do Brasil com a Inglaterra: 1850-1913. Texto de discussão número 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, 1982.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e poder no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. Tese (doutorado em História Econômica), USP. PPGHE, 1997.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005

HARLAFTIS, Gelina. *A History of Greek-Owned shipping: the making of an international Tramp Fleet, 1830 to the Present Day*. London: Taylor Francis, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>.

HESPANHA, A. M. *As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal: Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. 3ª Ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova História*. Organizador Marcos Costa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. A Herança Colonial-Sua Desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v.1, 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

_____. (org.). *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.

KNAUSS, Paulo et al. (organizadores). *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

KINDLEBERGER, Charles P. *Historia Financeira de Europa*. Barcelona: Ed. Critica, 1988.

KARASH, Mary. *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade, 1836-1851*. Madison, University of Wisconsin, 1967 (dissertação de mestrado inédita).

LACERDA, Antonio Henrique. *NEGÓCIOS DE MINAS: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Niterói, 2009. Tese de Doutorado em História. UFF-PPGH.

LEVI, Giovanni. *Les usages de la biographie*. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, v. 44, n. 6, pp. 1325-1336, 1989.

LORIGA, Sabina. A Biografia como Problema. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARQUES, Juliano de Leon Viero. *O caso do Prince of Whales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862)*. Trabalho de final de conclusão de curso. Rio Grande do Sul: Departamento de História/UFRGS, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. *A Grã-Bretanha, o Brasil e as "complicações no estado atual da nossa população": revisitando a abolição do tráfico atlântico de escravos (1848-1851)*. Curitiba, Quarto Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

_____. *Revisitando o problema da "transição para o trabalho livre" no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres*. (RTF). GT Mundos do Trabalho – Jornadas de História do Trabalho – Pelotas, 6-8/11/2002. Disponível em http://www.antiga.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/JHT_Beatriz_Mamigonian

MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila (org.). *Dossiê – Para inglês ver? Revisitando a Lei de 1831*. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nº 1/2/3, Jan/Dez 2007.

MANCHESTER, Alan K. *A preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. São Paulo; Editora Brasiliense, 1973.

MARQUESE, Rafael Bivar e PARRON, Tâmis. *A Internacional Pró-Escravista: a política da escravidão nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, c.1820-1860*, HERMES & CLIO, Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica, 2011. FEA/USP. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Rafael%20Marquese%20.pdf>.

MARTINS, Maria Fernanda. *O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)*. *Loccus: Revista de História*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 13, nº. 1, junho, 2007.

_____. *A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. São Paulo, 2010. Dissertação (mestrado em História). USP. PPGHE.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Belo Horizonte, 2011. Tese de (Doutorado em História). UFMG. FFCH.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Oxford Dictionary of National Biography.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEIXOTO, Rafael Cupello. *O poder e a Lei: o jogo político no processo de elaboração da “lei para inglês ver” (1826-1831)*. Niterói, Dissertação (Mestrado em História), UFF/PPGH, 2012.

PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850. *Tempo* [online]. 2011, vol. 17, n.º. 31, pp. 285-312. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/12.pdf>;

PEREIRA, Walter Luiz C. Tráfico Ilegal de africanos e conexões interprovinciais. 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizada em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil, em março de 2011. Disponível em <http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST08/ST08.4%20Walter%20Luiz%20C%20de%20M%20Pereira.pdf>.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/cecult, 2000.

RODRIGUES, José Honório, *Brasil e África: Outro horizonte*. 2ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira. 1964.

SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack Revista*

eletrônica semestral, novembro 2012, nº 4. Disponível em <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/issue/current>.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 9, agosto 2012, 88-105. Disponível em www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/download/366/301.

SCHAPOCHNICK, Nelson. *Uma biblioteca desaparecida: The Rio de Janeiro British Subscription Library*. Disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecadesaparecida.pdf>.

SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1990.

_____. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

SANTOS, Paulo Coelho M. *O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações*. Campinas, 2009. Dissertação (Mestrado em Ensino e História das Ciências da Terra). UNICAMP, Instituto de Geociências.

SCHWACZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II. In: Idem. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

_____. *Um debate com Richard Graham ou “Com Estado mas sem nação: o modelo Imperial brasileiro de fazer política*. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol15_mesa3.html.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

TELLES, Angela Cunha da Motta. A produção Simbólica da Nação: A Semana Ilustrada na Cobertura da Questão Christie (1863). In: Idem. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860 e 1870*. Brasília: FUNAG, 2010.

TOLENTINO, Thiago Lenine T.. “*Monumentos de Tinta e Papel*”: *Cultura e Política na produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em História). UFMG. FFCH.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978.

WEBER, Max. *Economia e sociedade; fundamentos de sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. UNB, 1999

VIZENTINI, Paulo G. F.. *O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, nº 1, pp. 134, 1999.